



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Formação de Professores

Julianna Carolina Oliveira Costa


**Hospedaria da Ilha das Flores: um dispositivo para a efetivação das
políticas imigratórias (1883 – 1907)**

São Gonçalo

2015

Julianna Carolina Oliveira Costa

**Hospedaria da Ilha das Flores: um dispositivo para a efetivação das políticas
imigratórias (1883 – 1907)**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Social.

Orientador: Prof. Dr. Luis Reznik

São Gonçalo

2015

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/CEHD

C837 Costa, Julianna Carolina Oliveira.
Hospedaria da Ilha das Flores: um dispositivo para a efetivação das
políticas imigratórias (1883–1907) / Julianna Carolina Oliveira Costa. – 2015.
104f.

Orientador: Prof. Dr. Luis Reznik.
Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade do Estado do
Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores.

1. Migração – Rio de Janeiro (RJ) – Teses. 2. Políticas públicas – Teses. I.
Reznik, Luis. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de
Formação de Professores. III. Título.

CDU 314.15-026.49 (815.3)

Autorizo apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta
dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Julianna Carolina Oliveira Costa

**Hospedaria da Ilha das Flores: um dispositivo para a efetivação das políticas
imigratórias (1883 – 1907)**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Social.

Aprovada em 24 de fevereiro de 2015.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Luis Reznik (Orientador)

Faculdade de Formação de Professores – UERJ

Prof^a. Dra. Lená Medeiros de Menezes

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UERJ

Prof. Dr. Paulo César Gonçalves

Universidade Estadual Paulista

São Gonçalo

2015

DEDICATÓRIA

À minha pequena Alice.

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho jamais seria possível sem o apoio de um conjunto de pessoas que eu, em hipótese alguma, poderia deixar de agradecer.

Em primeiro lugar, agradeço a Deus por ter iluminado o meu caminho para que eu pudesse concluir mais uma etapa na minha vida.

Aos meus pais, Francisco e Catia, e à minha querida avó Marly, que estiveram ao meu lado em todos os momentos, sempre me dando forças e torcendo para que os meus objetivos fossem alcançados.

À minha irmã Marianna, que por vezes dedicou o seu tempo a me ajudar na interminável tarefa de contar imigrantes.

Ao meu cunhado Vinícius, que com os seus conhecimentos em informática tornou mais simples a elaboração dos gráficos e tabelas que compõem este trabalho, além da formatação do mesmo.

Ao meu irmão Patrick, que dispensou muitos dos seus momentos de lazer para cumprir tarefas que eram minhas, enquanto eu produzia este trabalho.

Às minhas sobrinhas, Maria Luíza e Maria Clara, pelas brincadeiras e gargalhadas quando já não tinha mais ânimo para escrever. Obrigada meus amores! Os sorrisos de vocês renovaram as energias da tia.

Ao Bruno Inácio pela sua infinita paciência em me ouvir contar tantas e tantas vezes as mesmas histórias sobre a Hospedaria da Ilha das Flores.

À Mariana, Christiane, Lívia, Nathiele, Debora, Juliene, Suelen, Peter, Luiz Gustavo, Gabriel Mourão, Gabriel Alencar, Guilherme, Wallace e Bruno Roberto, amigos que fiz durante a minha trajetória acadêmica e que tornaram essa jornada muito mais divertida e prazerosa.

Ao Paulo César Gonçalves por ter aceitado o convite para integrar a banca de qualificação deste trabalho, fornecendo informações valiosíssimas para o desenvolvimento do mesmo.

À toda equipe do Centro de Memória da Imigração da Ilha das Flores, em particular a Rui Aniceto, que prontamente se dispôs a integrar a banca da qualificação deste trabalho, e ao meu orientador Luis Reznik, pelo importante auxílio que me foi dado no decorrer desta pesquisa.

A todos vocês os meus mais sinceros agradecimentos!

RESUMO

COSTA, Julianna Carolina Oliveira. *Hospedaria da Ilha das Flores: um dispositivo para a efetivação das políticas imigratórias (1883 – 1907)*. 2015. 104f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2015.

O objetivo deste trabalho é estudar a movimentação de imigrantes no Porto do Rio de Janeiro e na Hospedaria da Ilha das Flores entre os anos de 1883 e 1907, procurando relacioná-la com as políticas públicas de incentivo ao fluxo migratório e as mudanças na dinâmica organizacional da referida hospedaria. A ideia é demonstrar – através dos relatórios do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas e, posteriormente da Indústria, Viação e Obras Públicas – que as oscilações no número de entrada de imigrantes no território brasileiro acompanharam as políticas imigratórias favoráveis ou desfavoráveis a vinda de trabalhadores estrangeiros. Assim, pretende-se demonstrar que a Hospedaria da Ilha das Flores foi uma construção integrada à estrutura dos movimentos migratórios e que, portanto, sua manutenção esteve sujeita a agenda política do governo imperial e republicano. Nesse sentido, em 1891, após a adoção do sistema federalista, transferiu-se para os estados a responsabilidade pelos serviços referentes à imigração e à colonização, o que reduziu gradativamente o fluxo de imigrantes na Hospedaria da Ilha das Flores, fazendo com que a instituição perdesse a importância que tinha na década anterior. Somente em 1907, diante da dificuldade dos estados em promover a imigração, o poder central retomou as políticas imigratórias e a Hospedaria da Ilha das Flores tornou a florescer.

Palavras-chave: Imigração. Políticas imigratórias. Hospedaria da Ilha das Flores.

ABSTRACT

COSTA, Julianna Carolina Oliveira. *Immigrants Hostel of Flores Island: a device for effective immigration policies (1883 – 1907)*. 2015. 104f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2015.

This work aims at studying the movement of immigrants in the Port of Rio de Janeiro and in the Immigrants Hostel Flores Island between the years of 1883 and 1907, relating it with the public policies which stimulated the migratory stream and the changes in the dynamic organizational of the referred hostel. The idea is to demonstrate through reports of the Department of the Agriculture, Commerce and Public Works and, subsequently the Industry, Viaduct and Public Works – that the shifts in the Immigrants Entrance Number in the Brazilian territory were accompanied by migratory policies favorable or unfavorable to the coming of foreign workers. Therefore, it intends to show that the Immigrants Hostel of Flores Island was a construction integrated to the structure of the immigration movements and that, therefore, its maintenance depended on the political agenda of the Republican and Imperial government. In that sense, in 1891, after the adoption of the Federalist system, the responsibility of regarding immigration and colonization services was transferred to the states, which reduced gradually the stream of immigrants in the hostel, which made this institution lose the importance it had had in the previous decade. Only in 1907, when it faced difficulty in promoting immigration, that the central power went back to the migratory policies and the Hostel for Immigrants Hostel of Flores Island started blossoming.

Keywords: Immigration. Immigration Policies. Immigrants Hostel of Flores Island.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 –	Emigração italiana para a Europa e a América (1876-1915)	25
Figura 1 –	Mapa do Município de São Gonçalo, localizando a Ilha das Flores ..	52
Figura 2 –	Vista da Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores	59
Figura 3 –	Planta de Saneamento da Ilha das Flores	63
Figura 4 –	Alojamentos de imigrantes na Ala Norte	87
Figura 5 –	Caixa d'água da Hospedaria de Imigrantes	88

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Emigração italiana (1861-1920)	26
Tabela 2 –	Estatística americana da emigração portuguesa (1855-1914)	27
Tabela 3 –	Estatística americana da emigração espanhola (1882-1914)	30
Tabela 4 –	Nacionalidade dos doentes acometidos pela febre amarela na cidade do Rio de Janeiro, no ano de 1876	55
Tabela 5 –	Tempo de permanência dos imigrantes acometidos pela febre amarela na cidade do Rio de Janeiro, no ano de 1876	56
Tabela 6 –	Imigrantes ingressos no Brasil, no Porto do Rio de Janeiro e na Hospedaria da Ilha das Flores (1883 – 1890)	61
Tabela 7 –	Nacionalidade dos imigrantes que passaram pela Ilha das Flores (1183-1887)	66
Tabela 8 –	Profissão dos imigrantes que passaram pela Ilha das Flores (1883-1887)	67
Tabela 9 –	Estado Civil dos imigrantes que passaram pela Ilha das Flores (1883-1887)	68
Tabela 10 –	Faixa etária dos imigrantes que passaram pela Ilha das Flores (1883-1887)	68
Tabela 11 –	Destino dos imigrantes que passaram pela Ilha das Flores (1883-1885)	69
Tabela 12 –	migrantes ingressos no Brasil, no Porto do Rio de Janeiro e na Hospedaria da Ilha das Flores (1891-1906)	81

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	11
1	DOS DOIS LADOS DO ATLÂNTICO	17
1.1	A Grande Migração: uma discussão teórica	17
1.2	O triunfo do capitalismo como fator de repulsão	20
1.2.1	<u>Itália</u>	24
1.2.2	<u>Portugal</u>	27
1.2.3	<u>Espanha</u>	30
1.3	O progresso europeu	32
1.4	A ambição das elites brasileiras como fator de atração	34
2	HOSPEDARIAS DE IMIGRANTES	39
2.1	A gênese dos grandes sistemas de recepção	39
2.2	A Hospedaria do Morro da Saúde: um ensaio para a Ilha das Flores	45
2.3	A quarentena em questão	52
2.4	A Hospedaria da Ilha das Flores	57
2.5	Os Livros de Registro de Imigrantes	65
3	“ILHA DAS FLORES OU DE HORRORES?”	71
3.1	Novos rumos das políticas imigratórias	71
3.2	A Hospedaria da Ilha das Flores nas páginas dos jornais	74
3.3	A reestruturação das políticas imigratórias	81
3.4	A Hospedaria de Imigrantes volta a florescer	85
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	90
	REFERÊNCIAS	94

ANEXO – Resumo das despesas das obras feitas ou em execução na Ilha das Flores	99
---	-----------

INTRODUÇÃO

Durante a minha trajetória acadêmica tive a oportunidade de integrar o grupo de pesquisa “História de São Gonçalo: Memória e Identidade”. Na época em que ingressei no grupo iniciavam-se novas pesquisas sobre a Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores, pois a Universidade do Estado do Rio de Janeiro havia acabado de firmar uma parceria com a Marinha do Brasil para a criação do Centro de Memória da Imigração da Ilha das Flores¹.

Logo no início das nossas pesquisas muitas questões começaram a surgir. Estávamos cientes que a Hospedaria era um importante dispositivo de registro, controle e encaminhamento dos imigrantes recém-chegados. Entretanto, não sabíamos ao certo se essa era a única função daquela instituição. A bibliografia sobre o tema era precária. Alguns autores acreditavam, por exemplo, que ali funcionava um espaço destinado a quarentena; outros investiam na ideia de que a construção da hospedaria fazia parte de um conjunto de políticas adotadas pelo governo imperial para atrair a imigração europeia para o Brasil, buscando substituir a mão-de-obra escrava por trabalhadores europeus e povoar as áreas onde houvesse um “vazio demográfico”. Decidi então investigar esta questão para conhecer e contar um pouco da história da Hospedaria da Ilha das Flores.

A princípio examinei diversos documentos reunidos sob o fundo do Ministério da Agricultura, órgão responsável pela gestão da hospedaria desde a sua fundação, em 1883, até 1891, quando esta passou a ser administrada pelo Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas. Após meses de busca no Arquivo Nacional, não encontrei nenhuma pista sobre as condições de funcionamento daquele estabelecimento. Desse modo, iniciei a leitura dos relatórios do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, disponíveis no site da Universidade de Chicago, onde pude encontrar algumas informações sobre o fechamento de uma hospedaria no Morro da Saúde em decorrência de uma epidemia de febre amarela, no ano de 1876.

Com base nestas informações, comecei a trabalhar com os relatórios do Ministério do Império, mais especificamente com as seções referentes à Junta Central de Higiene Pública. Ao examinar aquela fonte, eu procurava entender qual era a relação entre a febre amarela e o sistema de recepção de imigrantes na cidade do Rio de Janeiro, durante o último quartel do

¹ Atualmente, a Ilha das Flores pertence ao Ministério da Marinha e sedia o Comando da Tropa de Reforço dos Fuzileiros Navais. Em 2011, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro, em parceria com a Marinha do Brasil, criou o Centro de Memória da Imigração da Ilha das Flores, um equipamento cultural com vistas a agregar pesquisadores da área e, principalmente, sensibilizar a população acerca do tema da imigração.

século XIX. Foi quando, finalmente, descobri que naquela época a capital do Império era conhecida como “túmulo dos estrangeiros” por ser altamente insalubre e ciclicamente infestada por epidemias.

A imagem dos imigrantes contraindo febre amarela após chegar à cidade do Rio de Janeiro, vindo a falecer pouco tempo depois em virtude da doença, tornou-se extremamente prejudicial às propostas de implementação de políticas imigrantistas. Antes de tudo, para se estabelecer um fluxo imigratório significativo era preciso reverter este quadro. Foi com este objetivo que o Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas adquiriu a Ilha das Flores, estabelecendo ali uma hospedaria adequada para receber os imigrantes recém-chegados, impedindo-os de manter contato com a população da Corte e, principalmente, com as suas constantes epidemias.

A análise dos relatórios do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas revelou, ainda, que, durante os primeiros anos de funcionamento da hospedaria, a preocupação com a questão sanitária foi constante. Neste conjunto documental foram encontradas várias informações como a do ministro João Ferreira de Moura, na qual afirma que

acha-se bem organizado ali o serviço sanitário [...] tendo eu mesmo sido testemunha, na visita que ali fiz, das boas condições que o estabelecimento apresenta, para que, com pouco mais, corresponda plenamente ao fim que o Governo teve em vista, quando resolveu fundá-lo².

Assim, passei a considerar a hipótese de que a Hospedaria da Ilha das Flores tinha sido mais do que um simples local de registro, controle e encaminhamento dos imigrantes recém-chegados, pois tudo indicava que a referida instituição também havia desempenhado a função de promover a imagem do Brasil no exterior, atuando, portanto, como um importante instrumento para atrair imigrantes. Minhas suspeitas tornaram-se ainda mais fortes durante uma reunião com os integrantes do projeto, quando uma das estagiárias que realizava pesquisas nos jornais da época apresentou o resultado do seu trabalho. Graças a ela, me deparei com uma matéria d’A *Folha Nova* que fazia menção ao Guia do Emigrante para o Império do Brasil³. O guia era uma espécie de folheto “rico de pormenores da hospedaria de

² MOURA, João Ferreira de. *Relatório apresentado à Assembleia Geral na primeira sessão da décima nona legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas*. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1885, p. 361.

³ Tempos depois, o professor Paulo César Gonçalves me indicou o caminho das pedras ao informar que o Guia do Emigrante para o Império do Brasil estava disponível para consulta no site da Biblioteca Brasileira.

imigrantes”⁴, que deveria ser distribuído pela Europa a fim de apresentar os favores concedidos aos imigrantes espontâneos.

A partir de então me debrucei sobre diversos jornais, disponíveis no site da Hemeroteca Digital, da Biblioteca Nacional. Ao longo das pesquisas descobri que, apesar da importância da hospedaria para o desenvolvimento do fluxo imigratório, na década de 1890, esta passou por um período crítico. Ao comparar as matérias que denunciavam a precariedade da hospedaria com o número de entrada de imigrantes no Porto do Rio de Janeiro⁵, percebi que os anos de descaso com aquele estabelecimento, em grande parte, coincidiram com o período de retração do movimento imigratório. Essa situação só se alterou em 1907, quando a hospedaria passou por uma completa reestruturação, descrita minuciosamente no relatório do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas.

O objetivo desta pesquisa tornou-se, portanto, o estudo do fluxo imigratório no Porto do Rio de Janeiro e na Hospedaria da Ilha das Flores, entre os anos de 1883 e 1907, procurando relacioná-lo com as políticas públicas de incentivo a introdução de imigrantes e as mudanças na dinâmica organizacional da referida hospedaria. A ideia é demonstrar – através dos relatórios do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas e, posteriormente, da Indústria, Viação e Obras Públicas – que as oscilações no número de entrada de imigrantes acompanharam as políticas imigratórias favoráveis ou desfavoráveis a vinda de trabalhadores estrangeiros. Em outras palavras, pretendeu-se demonstrar que a Hospedaria da Ilha das Flores foi uma construção integrada à estrutura dos movimentos imigratórios e que, sendo assim, sua manutenção esteve sujeita a agenda política do governo imperial e republicano.

Delimitado o tema e definido os objetivos, colocou-se em questão a metodologia que melhor atendia os desafios propostos. Inicialmente, optou-se por uma revisão bibliográfica sobre o momento histórico no qual se inseriu a construção das hospedarias de imigrantes. Desse modo, buscou-se compreender os motivos que desencadearam o fenômeno da “Grande Migração” e, principalmente, como se deu a inserção do Brasil nesse processo. O primeiro capítulo aborda justamente essas questões ao tratar dos fatores de repulsão e atração que

⁴ *A Folha Nova*, 13/10/1884.

⁵ Nos relatórios do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas e, posteriormente, do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas constam o número de entrada de imigrantes no Brasil, no Porto do Rio de Janeiro e na Hospedaria da Ilha das Flores. Além disso, os livros de registro dos imigrantes da Hospedaria da Ilha das Flores, que estão sob a guarda do Arquivo Nacional, contêm o número de indivíduos recebidos naquela instituição até o ano de 1932.

contribuíram para o desenvolvimento do fenômeno que o historiador Eric Hobsbawm denominou como “a maior migração dos povos na História”⁶.

De acordo com esta perspectiva, na medida em que o capitalismo se expandiu, os campos europeus se desarticularam, modificando o modo de vida da população camponesa e alterando a relação do homem com a terra. Ou seja, durante a transferência da agricultura para o sistema capitalista, a terra tornou-se posse de proprietários privados que poderiam negociá-la livremente, transformando-a em mercadoria destinada à produção em larga escala, conforme a demanda mundial por alimento e matéria-prima. A partir desse momento, a terra começou a perder a sua função social, como meio de subsistência da população rural europeia.

Os camponeses que haviam garantido o acesso à terra tornaram-se proprietários rurais, sujeitos à falência caso houvesse inabilidade econômica. Nestes casos, compradores economicamente mais competentes tinham a oportunidade de adquirir propriedades por uma quantia abaixo do valor de mercado, aumentando a concentração de terras e empregando no seu cultivo uma classe de trabalhadores sem-terra. Simultaneamente, uma rede de agente e subagentes se estendeu pela Europa, a fim de recrutar trabalhadores para as grandes fazendas de café existentes no Brasil ou, ainda, para promover a ocupação do extenso território brasileiro.

Nesse contexto, os avanços tecnológicos no setor de transporte e comunicação ganharam importância. Inovações como a instalação dos telégrafos transatlânticos, expansão das estradas de ferro e substituição dos veleiros pelos vapores aceleraram a transmissão de informações e a movimentação de cargas e pessoas, contribuindo, portanto, para o aumento do fluxo migratório. Mas, entre as inovações tecnológicas, os vapores merecem um maior destaque, pois, além da agilidade e da regularidade, possuíam uma capacidade muito superior à das embarcações a vela. Para os passageiros, mesmo os de 3ª classe, isso significava mais espaço e comodidade. Para as companhias de navegação, um grande investimento que possibilitava conjugar o transporte de cargas e pessoas, atendendo a crescente demanda de passageiros.

Assim, no último quartel do século XIX, milhões de europeus deixaram os seus países de origem para seguir em direção as Américas, principalmente para os Estados Unidos, Argentina e Brasil. Para receber e organizar toda essa população, a partir da década de 1880, o poder público passou a intervir de maneira direta, criando dispositivos territoriais e

⁶ HOBBSAWM, Eric. *A era do capital* (1848-1875). Tradução de Luciano Costa Neto. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p. 207.

administrativos para registro, controle e – em alguns casos – encaminhamento dos imigrantes recém-chegados. O segundo capítulo versa sobre o surgimento dessas grandes estruturas de recepção, dando destaque a *Ellis Island*, nos Estados Unidos; *Hotel de Inmigrantes*, na Argentina; Hospedaria do Brás, no Brasil e, principalmente, a Hospedaria da Ilha das Flores, também localizada no Brasil.

Para descrever a organização e o funcionamento da Hospedaria da Ilha das Flores foram analisados os relatórios do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, bem como da Indústria, Viação e Obras Públicas. Embora preciosa, tal documentação foi insuficiente, visto que, em muitos momentos, surgiram questões que não podiam ser respondidas apenas pela leitura daquelas fontes. Quando o material se mostrou incompleto, foi preciso recorrer a outros tipos de registros, como o Guia do Emigrante e os jornais do período, ou até mesmo a outros contextos, onde situações semelhantes ocorreram, para encontrar explicações verossímeis, dentro de um universo de possibilidades historicamente determinadas.

No segundo capítulo sustentou-se a ideia de que a Hospedaria da Ilha das Flores havia desempenhado a função de promover a imagem do Brasil no exterior, atuando como um importante instrumento para atrair cada vez mais imigrantes. Nesse sentido, defendeu-se a autonomia do sujeito, pois, apesar de todas as dificuldades enfrentadas em seu país de origem, o candidato a emigrante tomava a decisão de ficar ou partir com base nas informações enviadas por parentes, amigos e vizinhos já estabelecidos na sociedade receptora, ou, ainda, através das notícias de agentes recrutadores, jornais internacionais e campanhas publicitárias. Desse modo, garantir aos imigrantes recém-chegados um lugar adequado para a sua hospedagem foi essencial para o êxito das políticas imigrantistas.

Para encerrar o segundo capítulo foram utilizados os livros de registro dos imigrantes da Hospedaria da Ilha das Flores a fim de realizar a quantificação do fluxo de imigrantes que usufruíram da instituição, entre os anos de 1883 e 1887. Quantificar dados como nacionalidade, categoria sócio profissional, estado civil, idade e destino dos imigrantes foi fundamental para compará-los as necessidades da época, tornando possível avaliar até que ponto a existência daquele estabelecimento foi importante para a efetivação das políticas imigratórias, criadas pelo governo imperial.

Por fim, no terceiro capítulo foi examinada a legislação referente à imigração e à colonização a fim de demonstrar que, após a Proclamação da República, as políticas imigratórias foram sendo descentralizadas. Pôde-se verificar nos relatórios ministeriais que, neste período, os gastos com a manutenção da Hospedaria da Ilha das Flores diminuiram

gradativamente, fazendo com que a instituição perdesse a importância que tinha na década anterior. Ao mesmo tempo, verificou-se que a hospedaria passou a estampar as páginas dos jornais que denunciavam a precariedade com que os imigrantes eram recebidos naquele estabelecimento. Pretendeu-se demonstrar assim que, nos anos de 1890, o poder central abriu mão da imagem da Hospedaria da Ilha das Flores como meio de propaganda para atrair novos imigrantes. Somente em 1907, diante da dificuldade dos estados em promover a imigração, o poder central retomou as políticas imigratórias e a Hospedaria da Ilha das Flores tornou a florescer.

1 DOS DOIS LADOS DO ATLÂNTICO

1.1 A Grande Migração: uma discussão teórica

De acordo com Hobsbawm, na segunda metade do século XIX, teve início “a maior migração dos povos na História”⁷. Estima-se que durante o período de 1880 a 1915 cerca de 31 milhões de europeus se deslocaram pelo continente a fim de alcançar um dos portos que permitissem o embarque num vapor rumo as Américas⁸. Segundo Alves,

apesar da fuga de gentes se processar desde os tempos das descobertas, só agora, na turbulência do século XIX, ela se evidencia mais claramente como um fluxo preocupante, no qual alguns descortinam, para lá do tipo normal, uma nova emergência, a patológica, ou seja, a que deriva exclusivamente da miséria⁹.

Inúmeros estudos buscaram compreender os motivos que originaram o estabelecimento deste “fluxo preocupante”, conhecido na historiografia como “grande migração”. As pesquisas mais antigas seguiram basicamente, o modelo do *push-pull*, uma espécie de mecanismo que analisava os deslocamentos populacionais a partir da identificação de variáveis que condicionavam os migrantes aos seus locais de saída e chegada¹⁰. Em contrapartida, os trabalhos mais recentes se dedicaram a questão da autonomia do sujeito, levando em consideração os diferentes projetos e as estratégias adotadas pelos migrantes para concretizá-los¹¹.

⁷ HOBBSAWM, Eric. *A era do capital (1848-1875)*. Tradução de Luciano Costa Neto. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p. 207.

⁸ Klein informa que, entre 1880 e 1915, o Brasil e a Argentina receberam 2,9 e 4,2 milhões de imigrantes, respectivamente, ficando atrás apenas dos Estados Unidos que, neste mesmo período, registrou a entrada de mais 21 milhões de imigrantes. Cf. KLEIN, Herbert. “Migração Internacional na história das Américas”. In: FAUSTO, Boris (Org.). *Fazer a América. A imigração em massa para a América Latina*. São Paulo: EDUSP, 2000, p. 25.

⁹ ALVES, Jorge Fernandes. “Terra de esperanças – O Brasil na emigração portuguesa”. Portugal e Brasil – Encontros, desencontros, reencontros. Cascais: Câmara Municipal, VII Cursos Internacionais, 2001, p. 114.

¹⁰ RAVENSTEIN, Ernest. “As leis das migrações”. In: MOURA, Hélio (Org.). *Migração interna, textos selecionados*. Fortaleza, BNB/ENTENE, 1980, p. 25-88. TRENTO, Ângelo. *Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1988.

¹¹ BAILY, Samuel. “La cadena migratória de los italianos em la Argentina”. In: DEVOTO, Fernando; ROSOLI, Gianfausto (Orgs.). *La inmigración italiana em la Argentina*. Buenos Aires: Biblos, 1985. ALVES, Jorge

Durante anos, os estudos migratórios procuraram enunciar as leis gerais que regiam as migrações. Pesquisadores como Ravenstein, por exemplo, defenderam a existência de uma estreita relação entre os deslocamentos populacionais e o desenvolvimento do capitalismo ao afirmar que tanto a população quanto as atividades econômicas estariam espacialmente distribuídas de forma desigual¹². De acordo com Ravenstein, essa desigualdade gerou algumas regiões com excedente de mão-de-obra e outras com escassez, o que possibilitou à existência de áreas de absorção e áreas de dispersão de mão-de-obra¹³. Assim surgiu a teoria do *push-pull*, considerando, sobretudo, as condições econômicas como as principais responsáveis pelo êxodo europeu.

Em outras palavras, a estruturação da economia mundial impulsionou milhões de europeus a abandonar o seu continente devido à falta de trabalho, tanto nos campos como nas cidades. Diante da miséria, as promessas dos engajadores ligados às agências de imigração ou companhias de navegação subsidiadas, surgiram como um raio de esperança para estes homens e mulheres que passaram a enxergar nas Américas à possibilidade para uma melhor condição de vida. Simultaneamente, uma rede de agente e subagentes se estendia pela Europa a fim de recrutar trabalhadores para as grandes fazendas de café existentes no Brasil, justamente durante o período em que ocorria a transição da mão-de-obra escrava para a livre, ou, ainda, para promover a ocupação do vasto território brasileiro.

A partir da década de 1980, a teoria do *push-pull* passou a ser questionada e a ênfase deixou de recair sobre os fatores de repulsão e atração, devido à consciência de que os comportamentos e realidades sociais não se conformam a ficar confinados em modelos preestabelecidos. A revisão dos estudos migratórios foi apenas um dos sintomas da crise dos paradigmas estruturalistas que, segundo Chartier, conduziu a história “à beira da falésia”¹⁴. Nesse contexto de reação ao estruturalismo surgiu uma “Nova História”, capaz de possibilitar a ampliação dos objetos de pesquisa, exigindo, por sua vez, a adoção de novas fontes e métodos. Dentre as inovações metodológicas destacou-se a interdisciplinaridade, permitindo aos historiadores o diálogo com outras áreas do saber, como a antropologia e a sociologia.

Fernandes. *Os brasileiros, emigração e retorno no Porto oitocentista*. 1993. Tese (Doutorado) - Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, 1993.

¹² RAVENSTEIN, Ernest. “As leis das migrações”. In: MOURA, Hélio (Org.). *Migração interna*, textos selecionados. Fortaleza: BNB/ENTENE, 1980, passim.

¹³ *Ibidem*.

¹⁴ Cf. CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietudes*. Porto Alegre: Ed. Universidade, 2002.

Assim, surgiram novos gêneros historiográficos que colocaram os indivíduos no cerne da análise, priorizando as abordagens socioculturais ao invés dos enfoques econômico-sociais, até então predominantes.

Sob o olhar pós-estruturalista, os estudos migratórios passaram a considerar os migrantes como sujeitos históricos capazes de perseguir seus objetivos e mobilizar para tais fins os recursos que possuíam a sua disposição. Samuel Baily adotou esta perspectiva ao atribuir o aumento do fluxo migratório às relações interpessoais¹⁵. Segundo ele, os laços de parentela, amizade e conterraneidade entre os indivíduos que já se encontravam no exterior e os que ainda pretendiam migrar possibilitaram a construção de redes de sociabilidade que garantiram a circulação de informação sobre o destino, além de facilitar a inserção dos recém-chegados no mercado de trabalho da sociedade receptora¹⁶. Para Leite, “esse tipo de informação concreta e personalizada, desenvolvida no âmbito de relações coletivas em que o potencial emigrante se sentia apoiado, servia de base a decisão de ficar ou partir”¹⁷.

Pode-se concluir, portanto, que do ponto de vista estruturalista o indivíduo é um encadeamento de variáveis, tais como nacionalidade, idade e categoria sócio profissional; enquanto na visão pós-estruturalista esse indivíduo é um encadeamento das relações estabelecidas com os membros de uma mesma comunidade. Ademais, do ponto de vista estruturalista a migração é tida como um processo de ruptura; enquanto na visão pós-estruturalistas a migração revela-se como um processo de continuidade das relações construídas e mantidas entre os dois polos envolvidos.

Neste trabalho serão levados em consideração os pressupostos até aqui apresentados, ou seja, serão valorizadas as escolhas dos migrantes, mas sem renunciar as contribuições do mecanismo *push-pull*. Optamos por esta abordagem, pois acreditamos que a grande migração não foi um fenômeno exclusivamente individual. Ela também carregou consigo uma complexidade de fatores econômicos que não devem ser negligenciados, visto que os deslocamentos populacionais ocorreram em uma realidade mais abrangente. Vale ressaltar, ainda, o alerta feito por Leite, no qual afirma que

o tema da repulsão e atração (*push-pull*) não deve ser visto como exercício de seleção de um fator e eliminação de outro, uma vez que nem a atração nem a

¹⁵ BAILY, Samuel. “La cadena migratoria de los italianos em la Argentina”. In: DEVOTO, Fernando; ROSOLI, Gianfausto (Orgs.). *La inmigración italiana em la Argentina*. Buenos Aires: Biblos, 1985, p. 47.

¹⁶ Ibidem.

¹⁷ LEITE, Joaquim da Costa. “O Brasil e a emigração portuguesa (1855-1914)”. In: FAUSTO, Boris (Org.). *Fazer a América. A imigração em massa para a América Latina*. São Paulo: EDUSP, 2000, p. 182.

repulsão existem em termos absolutos, antes se definem uma em relação à outra. Por outras palavras, as migrações não acontecem em função exclusiva da necessidade ou da oportunidade, mas, sim, da conjugação, em situações concretas da necessidade com a oportunidade¹⁸.

Com base na citação acima, pode-se afirmar que as condições dos países de origem são sempre importantes, pois situações de crise contribuem para as migrações em massa. Entretanto, apesar de todas as dificuldades, os migrantes conseguem aguardar as informações de parentes, amigos e vizinhos já estabelecidos na sociedade receptora, anunciando o melhor momento para migrar. Dessa maneira, Leite negou a imagem tradicional do migrante sem instrução, que na sua miséria era movido por um desespero cego, demonstrando a existência de uma ponderação entre riscos e garantias que só seria possível com a disponibilidade de informações adequadas¹⁹.

Para além dos contatos pessoais, os que desejavam migrar poderiam contar ainda com as informações obtidas através de agentes recrutadores, jornais internacionais e campanhas publicitárias, como o Guia do Emigrante para o Império do Brasil, produzido pelo governo brasileiro a fim de que fossem conhecidos nos países europeus os favores concedidos aos imigrantes espontâneos. Nessa perspectiva, mesmo quando o país receptor não possuía afinidades culturais ou vínculos comerciais, os candidatos a migração eram capazes de tomar decisões individuais ou familiares que acabaram por resultar nesse grande movimento migratório, em um verdadeiro exercício de liberdade e esforço consciente para melhorar de vida.

1.2 O triunfo do capitalismo como fator de repulsão

De acordo com Klein, as condições econômicas constituem um importante fator de repulsão²⁰. Portanto, torna-se essencial saber por que mudam tais condições. Nesse sentido, discorrer sobre os deslocamentos populacionais nos remete, necessariamente, ao fenômeno

¹⁸ LEITE, Joaquim da Costa. “O Brasil e a emigração portuguesa (1855-1914)”. In: FAUSTO, Boris (Org.). *Fazer a América*. A imigração em massa para a América Latina. São Paulo: EDUSP, 2000, p. 183.

¹⁹ *Ibidem*, p. 182.

²⁰ KLEIN, Hebert. “Migração Internacional na história das Américas”. In: FAUSTO, Boris (Org.). *Fazer a América*. A imigração em massa para a América Latina. São Paulo: EDUSP, 2000, p. 14.

que o historiador Eric Hobsbawm denominou como “o triunfo do capitalismo”²¹. Este triunfo foi possível graças à crença de que somente a livre competição da iniciativa privada estimularia o crescimento econômico, garantindo “um mundo de contínuo e acelerado progresso material e moral”²². Mas antes os obstáculos que ainda se colocavam no caminho do livre desenvolvimento da economia privada deveriam ser definitivamente extintos. Entre estes obstáculos estava o tradicionalismo da agricultura europeia, fortemente associado à ordem feudal.

Segundo Hobsbawm, a transferência da agricultura para o sistema capitalista ocorreu porque o crescimento da economia industrial exigiu a transição de grande parte da população agrícola para as áreas urbanas, devido à necessidade de mão-de-obra para as indústrias²³. Nesse contexto, os camponeses precisavam ser atraídos para os novos ofícios ou até mesmo forçados a eles, visto que, inicialmente, estiveram imunes a vantagens como o trabalho assalariado, se mostrando relutante em abandonar o seu modo de vida tradicional. Para reverter esta situação, Hobsbawm destaca que foi vital a adoção de estratégias capazes de modificar a relação do homem com a terra²⁴.

Em outras palavras, para seguir em direção aos grandes centros urbanos, a população rural precisava ser arrancada das suas raízes, perdendo o acesso à terra, juntamente com outros vínculos que os prendiam a ela. Desse modo, a servidão dos camponeses foi definitivamente abolida e a proibição de venda ou dispersão que se aplicava as propriedades nobres foi quebrada. Ademais, as terras da Igreja, assim como as terras coletivas, foram sendo gradativamente confiscadas e colocadas à disposição de empresas individuais. A terra, finalmente, se integrava ao modelo capitalista, tornando-se posse de proprietários privados que poderiam negociá-la livremente, transformando-a, portanto, em mercadoria.

Essa transformação marcou o fim do cultivo comunal e da cultura de subsistência. Agora, os poucos camponeses que haviam garantido o acesso à terra eram proprietários rurais que estavam sujeitos à falência caso houvesse inabilidade econômica. Nestes casos, compradores economicamente mais competentes tinham a oportunidade de adquirir

²¹ HOBBSAWM, Eric *A era do capital* (1848-1875). Tradução de Luciano Costa Neto. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p. 21.

²² *Ibidem*, p. 22.

²³ *Ibidem*, p. 195.

²⁴ Vale ressaltar que o processo de transição da agricultura para o modelo capitalista não ocorreu no mesmo período em toda a Europa, muito menos, de forma homogênea. Ao contrário, houve particularidades em cada país onde se apresentou. Para maiores esclarecimentos. Cf. HOBBSAWM, Eric. *A era das revoluções, 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

propriedades por uma quantia abaixo do valor de mercado, aumentando a concentração de terras e empregando no seu cultivo uma classe de trabalhadores sem-terra. O solo tornava-se então propriedade de homens estimulados pela razão e pelo lucro, capazes de desenvolver ao máximo os seus recursos produtivos.

Para Klein, a mudança nos métodos de arrendamento, cultivo e produção, foi apenas um dos sintomas gerados pelo crescimento populacional ocorrido ao longo do século XIX²⁵. Segundo ele, no período em que os índices de natalidade superavam os de mortalidade, o setor agrícola foi enormemente pressionado para atender a crescente demanda alimentar, implicando na supressão do direito de acesso à terra²⁶. Ou seja, no ápice do crescimento populacional, muitos camponeses perderam o seu direito de acesso à terra em prol do aumento da produtividade agrícola, garantida somente por uma classe de fazendeiros capitalistas, capazes de promover a mecanização da agricultura, estimulando assim a produção em larga escala.

Vale ressaltar que a transferência da agricultura para o sistema capitalista não ocorreu de maneira pacífica. Ao contrário, provocou diversas convulsões sociais no cenário europeu, pois a divisão das terras comunais em lotes individuais retirou dos camponeses diversos recursos aos quais tinham direito, como, por exemplo, a possibilidade de reivindicar o auxílio do senhor feudal em épocas de colheitas ruins. Além disso, nesse mesmo momento, o capitalismo atingiu a sua fase financeira, unindo os interesses industriais e bancários. Alves aponta que a partir de então houve a substituição das tradicionais confrarias, que emprestavam pequenas quantias a juros modestos e sem delimitação de prazo, pelas novas instituições de crédito de natureza bancária, que faziam da hipoteca a chave para o crédito, dificultando ainda mais a situação dos pequenos proprietários²⁷. Sem assistência e dinheiro, muitos camponeses não conseguiram se manter nas terras que durante décadas haviam sido ocupadas pelos seus antepassados. Diante deste cenário, nada mais natural que resistissem da melhor maneira que pudessem.

Expropriados não só da terra, mas também dos seus meios de vida, a maioria dos camponeses já não possuía mais trabalho no campo. A fome e a miséria convertiam qualquer apelo para resistir nas famosas marchas para ocupação e divisão das terras, além da pilhagem

²⁵ KLEIN, Hebert. “Migração Internacional na história das Américas”. In: FAUSTO, Boris (Org.). *Fazer a América. A imigração em massa para a América Latina*. São Paulo: EDUSP, 2000, p. 14.

²⁶ *Ibidem*, p. 15.

²⁷ ALVES, Jorge Fernandes. “Terra de esperanças – O Brasil na emigração portuguesa”. Portugal e Brasil – Encontros, desencontros, reencontros. Cascais: Câmara Municipal, VII Cursos Internacionais, 2001, p. 118.

das casas e do assassinato dos grandes proprietários rurais. A intranquilidade na zona rural, juntamente com a erosão do modo de vida camponês, levou inúmeras pessoas a migrar para as cidades europeias. Simultaneamente, a demanda de trabalho por parte das indústrias e ocupações urbanas atraía o excedente populacional. No entanto, como afirma Hobsbawm, “nenhuma industrialização poderia fornecer emprego para a vasta e crescente ‘população em excesso’ dos pobres”²⁸, pois, apesar do extraordinário desenvolvimento industrial, na segunda metade do século XIX, uma fábrica com 300 trabalhadores podia ser considerada uma empresa de grande porte.

Em resumo, os centros urbanos possuíam capacidade para absorver apenas uma parcela da população expulsa do campo devido à transformação da terra em mercadoria e a progressiva modernização da agricultura. A menor necessidade de mão-de-obra para a realização das atividades agrícolas coincidiu, justamente, com o período em que surgia um excedente de força de trabalho, promovido pelo aumento da população europeia. Para Arruda, o crescimento populacional só pode ser explicado através da Revolução Industrial que estimulou cada vez mais o casamento entre os jovens, além de gerar a necessidade de um número maior de filhos para aumentar a renda familiar²⁹. Ademais, graças as novas tecnologias, o padrão alimentar incrementou-se e uma parcela da sociedade europeia passou a ter acesso a produtos, como batata andina, cereais, carne e derivados, proveniente das Américas³⁰. Os avanços científicos melhoram ainda as condições de higiene através da mudança das ideias sobre saneamento e a introdução de vacinas contra o tifo, a cólera e a difteria³¹.

Pode-se afirmar, portanto, que para os homens e as mulheres que possuíam emprego nas fábricas, por piores que fossem as condições de trabalho ou por mais baixo que fossem os seus salários, a expectativa de vida havia melhorado. O problema eram os desempregados, deserdados do trabalho no campo ou oriundos das formas artesanais anteriores à atividade industrial. Gonçalves descreve que o medo dos levantes sociais promovidos por esses grupos levou certos setores da sociedade a apoiar as políticas emigratórias, pois, para eles, quanto

²⁸ HOBBSAWM, Eric. *A era do capital* (1848-1875). Tradução de Luciano Costa Neto. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p. 53.

²⁹ ARRUDA, José Jobson de Andrade. “A expansão europeia oitocentista: emigração e colonização”. In: SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia; PEREIRA, Conceição Meireles (Org.). *A emigração portuguesa para o Brasil*. Porto: CEPESE; Afrontamento, 2007, p. 15.

³⁰ *Ibidem*.

³¹ *Ibidem*.

maior fosse à quantidade de pobres embarcada para fora dos países europeus melhor seria para todos³². Por um lado, o mercado de trabalho seria aliviado, estimulando o aumento salarial. Por outro, haveria uma maior circulação de dinheiro, através das economias enviadas pelos emigrantes a seus familiares.

Para corroborar a sua afirmativa, Gonçalves cita a tese elaborada pelo deputado italiano Sonnino, na qual defendia que “a emigração seria a ‘válvula de segurança’ para se evitar as tensões sociais”³³, passando a ser vista como possível solução para as questões de ordem pública. Desse modo, embora contrariasse os interesses de alguns grupos, a emigração conquistou o apoio de importantes políticos, bem como de setores ligados ao comércio marítimo, cujos anseios se traduziam na ampliação do mercado externo e, conseqüentemente, no desenvolvimento das frotas marítimas mercantis.

1.2.1 Itália

Em geral, o aumento acentuado da população e o excedente de força de trabalho foram fatores de repulsão em todo continente europeu. Porém, a partir da década de 1870, a Itália acrescentou a estes motivos o confisco de pequenas propriedades, cujos donos não conseguiam pagar a taxa sobre a farinha. Segundo Trento, somente entre 1875 e 1881 o governo daquele país confiscou 61.831 propriedades em virtude de impostos atrasados³⁴. Outro fator que impulsionou o êxodo italiano em direção as Américas foi a diminuição da oferta de trabalho nas nações vizinhas, como na França, no Império Austro-Húngaro e na Alemanha, tradicionais mercados de trabalho para emigração temporária de trabalhadores do nordeste da Itália³⁵.

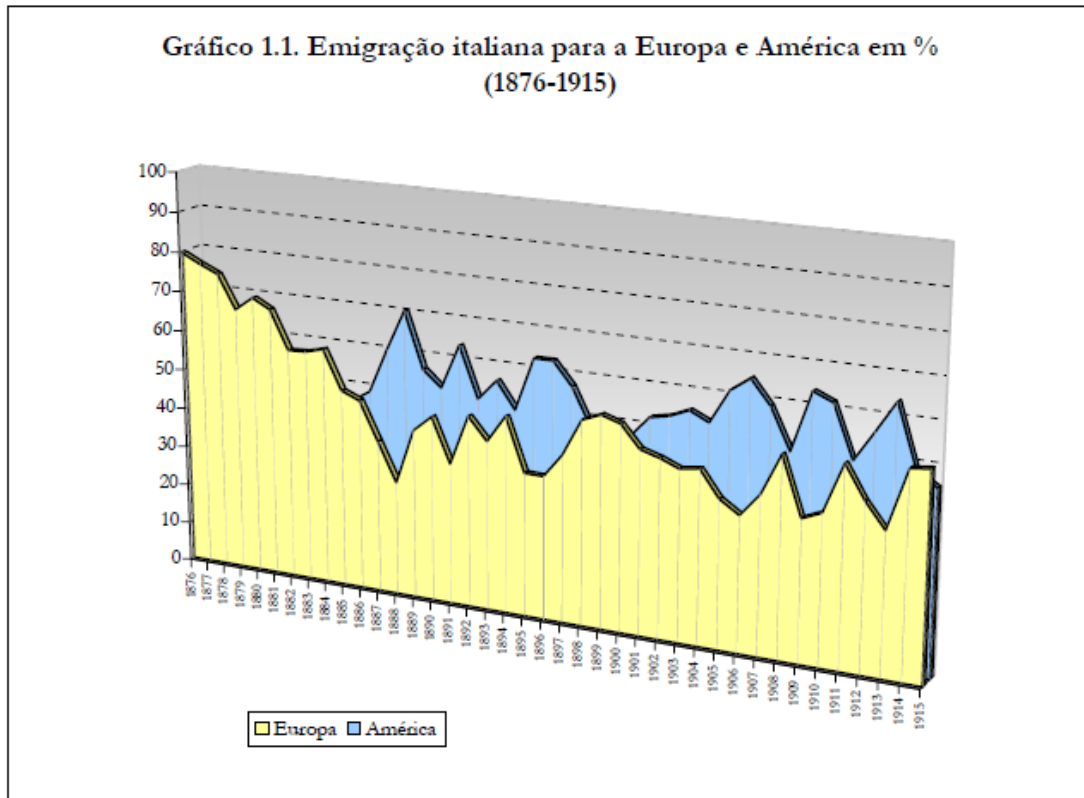
³² GONÇALVES, Paulo César. *Mercadores de braços: riqueza e acumulação na organização da emigração europeia para o Novo Mundo*. 2008. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História Econômica, São Paulo, 2008, p. 21.

³³ *Ibidem*, p. 52.

³⁴ TRENTO, Ângelo. *Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1988, p. 32.

³⁵ GONÇALVES, op. cit., nota 32, p. 20.

Gráfico 1 – Emigração italiana para a Europa e a América (1876-1915)



Fonte: GONÇALVES, 2008, p.47.

Iniciada no Norte, na década de 1860, a emigração em massa de italianos só posteriormente atingiu o sul da península, encaminhando-se quase que exclusivamente, para as Américas. O gráfico acima demonstra que no final da década de 1880 a emigração transoceânica havia superado a antiga emigração continental. Nesse contexto, a cidade de Gênova desempenhou papel fundamental, pois o porto genovês recebeu uma enorme quantidade de pessoas que abandonaram o continente europeu. Nápoles, em menor proporção, também foi essencial ao tráfico de emigrantes na península. Juntas, as duas cidades reuniram indivíduos de todos os cantos da Itália que aguardavam para embarcar a bordo de um navio que as levaria para as terras do além-mar.

Entretanto, a movimentação nos portos de Gênova e Nápoles não se restringiu aos italianos uma vez que incluiu emigrantes de outras nacionalidades, como os provenientes do Império Austro-Húngaro. Fenômeno semelhante pôde ser verificado nos portos da França. Marselha, Havre e Bordeaux foram os locais de embarque de milhares de italianos que esperavam encontrar melhores oportunidades do outro lado do Atlântico. Segundo Gonçalves, ao tentar conter o movimento emigratório, o governo italiano adotou diversas medidas

restritivas³⁶. Na prática, tais medidas favoreceram a concorrência de portos estrangeiros, tornando-os as principais alternativas para o tráfico clandestino, além de causar importantes prejuízos à marinha nacional.

Tabela 1 – Emigração italiana (1861-1920)

Anos	Saídas
1861-1870	1.210.000
1871-1880	1.180.000
1881-1890	1.880.000
1891-1900	2.830.000
1901-1910	6.030.000
1911-1920	3.830.000
Total	16.960.000

Fonte: GONÇALVES, 2008, p. 44.

A tabela acima aponta que, apesar do aparato restritivo, a emigração italiana continuou a crescer, inclusive em sua forma clandestina. A intensificação do fluxo migratório acirrou o debate entre os grandes proprietários de terra, contrários a emigração em virtude do aumento salarial que o êxodo representaria, e os comerciantes marítimos, interessados em ampliar os seus negócios, conjugando o transporte de cargas e pessoas. Nesse contexto, o Parlamento italiano foi obrigado a ampliar a discussão sobre as questões emigratórias, revelando a dificuldade do Estado em mediar os interesses conflitantes dos grupos nele representados.

Pode-se concluir, portanto, que o Parlamento italiano adiou o máximo que pôde a discussão sobre as duas tendências conflitantes: a que desejava impor a vigilância da emigração à ação estatal e a que reivindicava para o Estado o direito de dirigi-la. Com base nos argumentos apresentados por Fernando Manzotti, Gonçalves destaca que

a conduta oscilante [do Estado], circunscrita a lei de polícia, [...] jamais correspondeu plenamente ao espírito reacionário dos proprietários de terras, não era realmente animada por precisa vontade repressora, que exigira a coordenação dos procedimentos restritivos à emigração com outras medidas lesivas à liberdade do cidadão. Na verdade, à época, predominava no ambiente político um *animus* conservador, não um *animus* decididamente antiliberal³⁷.

³⁶ GONÇALVES, Paulo César. *Mercadores de braços: riqueza e acumulação na organização da emigração europeia para o Novo Mundo*. 2008. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História Econômica, São Paulo, 2008, p. 105.

³⁷ *Ibidem*, p. 43.

Deve-se ressaltar que no oitocentos o liberalismo emergiu com força no cenário europeu, levando o indivíduo a conquistar a liberdade de dispor sobre si mesmo, inclusive se movimentando além das fronteiras. A conjugação dos fatores descritos até aqui com os princípios liberais, fizeram com que a península itálica se transformasse na maior exportadora de mão-de-obra para as Américas.

1.2.2 Portugal

Os italianos não foram os únicos a migrar em massa para as Américas. A emigração portuguesa também apresentou números significativos durante a segunda metade do século XIX e início do século XX, tendo como principal destino as terras brasileiras, conforme demonstra a tabela a seguir.

Tabela 2 – Estatística americana da emigração portuguesa (1855-1914)

Ano	Brasil	Argen- tina	EUA	Total	Ano	Brasil	Argen- tina	EUA	Total
1855	9.839	---	205	10.044	1885	7.611	182	2.024	9.817
1856	9.159	---	128	9.287	1886	6.287	374	1.194	7.855
1857	9.340	2	92	9.434	1887	10.205	153	1.360	11.718
1858	9.327	37	177	9.541	1888	18.289	331	1.625	20.245
1859	9.342	49	46	9.437	1889	15.240	209	2.024	17.473
1860	5.914	68	122	6.104	1890	25.174	160	2.600	27.934
1861	6.460	33	47	6.540	1891	32.349	44	2.999	35.392
1862	5.625	7	72	5.704	1892	17.797	93	3.400	21.290
1863	4.420	18	86	4.524	1893	28.986	192	4.631	33.809
1864	5.097	14	240	5.351	1894	17.041	200	2.196	19.437
1865	3.784	19	365	4.168	1895	36.055	178	1.452	37.685
1866	4.724	72	344	5.140	1896	22.299	219	2766	25.284
1867	4.822	87	126	5.035	1897	13.558	195	1.874	15.627
1868	4.425	113	174	4.712	1898	15.105	175	1.717	16.997
1869	6.347	1	507	6.855	1899	10.989	197	2.054	13.240
1870	4.458	54	697	5.209	1900	8.250	205	4.234	12.689
1871	6.230	90	887	7.207	1901	11.261	156	4.165	15.582

1872	12.918	62	1.306	14.286	1902	11.606	141	5.207	16.954
1873	1.310	21	1.185	2.516	1903	11.378	202	9.317	20.897
1874	6.644	77	1.611	8.332	1904	17.318	518	6.715	24.551
1875	3.692	94	1.939	5.725	1905	20.181	674	5.028	25.883
1876	7.184	38	1.277	8.499	1906	21.706	885	8.517	31.108
1877	7.965	80	2.363	10.408	1907	25.681	1.118	9.608	36.407
1878	6.136	59	1.332	7.527	1908	37.628	2.083	7.307	47.018
1879	8.841	81	1.374	10.296	1909	30.577	1.651	4.956	37.184
1880	12.101	101	808	13.010	1910	30.857	2.848	8.229	41.934
1881	3.144	119	1.215	4.478	1911	47.493	2.575	8.374	58.442
1882	10.621	98	1.436	12.155	1912	76.530	4.959	10.230	91.719
1883	11.286	108	1.573	12.967	1913	76.701	3.619	14.171	94.491
1884	8.683	136	1.927	10.746	1914	27.935	1.397	10.898	40.230

Fonte: LEITE, 1987, p. 480.

De acordo com Leite, entre 1855 e 1914, Portugal registrou a saída de aproximadamente 1,3 milhões de emigrantes³⁸. Cerca de 85% desses emigrantes seguiram em direção ao Brasil, tendo somente uns 200 mil escolhido outros destinos³⁹. O intenso fluxo migratório de portugueses em direção as terras brasileiras pode ser explicado pela ligação cultural e social existentes entre os dois países, dada a condição brasileira de antiga colônia portuguesa. Para Leite,

onde nada ou quase nada existia antes, tudo tinha que ser criado em função da emigração. Em contrapartida, onde tudo ou quase tudo existia antes, a emigração apenas concretizava as oportunidades abertas pelas disparidades econômicas. Era esse o caso da emigração de Portugal para o Brasil, que utilizava redes de informação e transporte já estabelecidas⁴⁰.

Nessa perspectiva, pode-se afirmar que entre Portugal e Brasil se estabeleceu um fluxo migratório contínuo, conhecido na historiografia como “cadeia migratória”. Segundo Oswaldo Truzzi, tal conceito foi desenvolvido pelos pesquisadores John MacDonald e Leatrice MacDonald para descrever o fenômeno no qual os emigrantes de uma geração utilizam os

³⁸ LEITE, Joaquim da Costa. “O Brasil e a emigração portuguesa (1855-1914)”. In: FAUSTO, Boris (Org.). *Fazer a América. A imigração em massa para a América Latina*. São Paulo: EDUSP, 2000, p. 178.

³⁹ *Ibidem*, p. 178-179.

⁴⁰ *Ibidem*, p. 199.

contatos e experiências da geração anterior, servindo por sua vez de referência aos emigrantes da geração seguinte⁴¹. Desse modo, Leite defende que “as conseqüências de uma época migratória não se esgotam no seu próprio tempo”⁴². Elas se estendem ao longo de anos, graças às relações de parentesco, amizade e conterraneidade mantidas entre os indivíduos que se encontram no exterior e os que pretendem emigrar, dando continuidade ao fluxo mesmo quando as causas que originaram a emigração tenham desaparecido.

Assim, apesar de existir cadeias migratórias entre Portugal e Brasil desde o período da independência, na década de 1880 o perfil predominante do emigrante português sofreu alterações. Nas últimas décadas do oitocentos, o fluxo migratório deixou de ser o do jovem solteiro ligado a certos setores do mercado de trabalho urbano, como o pequeno comércio e a construção civil, passando a ser indivíduos ou famílias inteiras de agricultores, habituados ao trabalho no meio rural. Pode-se atribuir a mudança de perfil à crise agrícola ocorrida em Portugal no final dos anos 80. Além disso, a fraca industrialização do país impossibilitou a estrutura produtiva de absorver os camponeses libertos das atividades agrícolas, resultando em um grande número de trabalhadores que não encontrava ocupação nem na indústria, nem no campo.

Leite relaciona a mudança de perfil do emigrante português com a geografia do fluxo⁴³. Segundo o autor, a estrutura fundiária da região noroeste, baseada em pequenas propriedades produtoras de milho, possibilitou parte da população a mobilizar recursos e enviar seus filhos para o Brasil, na tentativa de preservar a base e a propriedade familiar⁴⁴. A obrigatoriedade do serviço militar por um período de 6 anos fez com que muitas dessas famílias preferissem investir na compra de passagens que pudessem levar seus filhos para a segurança no estrangeiro, com a vantagem adicional do retorno financeiro representado pelas remessas de dinheiro dos seus parentes emigrados. Em contrapartida, nas terras de centeio do Nordeste, onde a emigração demorou mais a chegar, a pobreza do solo implicou na decisão de emigrar com a família⁴⁵. Assim, em situação de desespero, muitos emigrantes do Nordeste

⁴¹ TRUZZI, Oswaldo. “Redes em processos migratórios”. *Tempo Social*. São Paulo, v. 20, n. 1, p. 202, jun. 2008.

⁴² LEITE, Joaquim da Costa. “O Brasil e a emigração portuguesa (1855-1914)”. In: FAUSTO, Boris (Org.). *Fazer a América*. A imigração em massa para a América Latina. São Paulo: EDUSP, 2000, p. 181.

⁴³ *Ibidem*, p. 192-193.

⁴⁴ *Ibidem*, p. 193.

⁴⁵ *Ibidem*, p. 194.

deixaram as suas terras sem tempo e nem condições de obterem garantias de viagem e acolhimento.

1.2.3 Espanha

Semelhante ao movimento migratório dos portugueses para as terras brasileiras, a migração espanhola para os países americanos foi estimulada pela antiga relação metrópole-colônia. Desse modo, os principais destinos dos espanhóis foram Argentina e Cuba, porém, graças à imigração subsidiada, o Brasil ocupou o terceiro lugar no ranking dos países receptores de imigrantes espanhóis, conforme demonstra a tabela a seguir.

Tabela 3 – Estatística americana da emigração espanhola (1882-1914)

Ano	Argentina	Brasil	Cuba
1882	3.520	3.961	78.104
1883	5.023	2.660	
1884	6.832	710	
1885	4.314	952	
1886	9.895	1.617	106.465
1887	15.618	1.766	
1888	25.407	4.736	
1889	71.151	9.712	
1890	13.560	12.008	
1891	4.290	22.146	188.900
1892	5.850	10.471	
1893	7.100	38.998	
1894	8.122	5.986	
1895	11.288	17.641	
1896	18.051	24.154	170.955
1897	18.316	19.466	
1898	18.716	8.024	
1899	19.798	5.399	

1900	20.383	4.834	
1901	18.066	212	17.330
1902	13.911	3.588	9.716
1903	21.917	4.466	16.276
1904	39.851	10.046	23.759
1905	53.029	25.329	47.902
1906	79.517	24.441	26.923
1907	82.606	9.235	25.330
1908	125.497	14.862	21.305
1909	86.798	16.219	24.662
1910	131.466	20.843	30.913
1911	118.723	27.141	32.104
1912	165.662	35.492	32.531
1913	122.271	41.064	34.278
1914	52.286	18.945	20.140
Total	1.398.834	447.124	907.593

Fonte: GONÇALVES, 2008, p. 266.

Desde a década de 1880 até a Primeira Guerra Mundial cerca de 3 milhões de espanhóis migraram para as Américas. Mas, ao contrário do que ocorreu na Itália e em Portugal, na Espanha o volume do fluxo migratório atingiu o seu auge tardiamente, apenas nas primeiras décadas do século XX. De acordo com Silberstein, a migração espanhola demorou mais para alcançar seus níveis máximos devido às taxas de crescimento demográfico, inferiores aos de quase toda a Europa⁴⁶. Somente em meados dos anos 80, após a ruptura comercial com a França houve um maior estímulo à migração espanhola, pois a perda do mercado francês provocou a diminuição do preço do vinho e do azeite de oliva, dificultando ainda mais as condições de vida da população do campo.

Silberstein descreve ainda que nesta mesma época, diversas regiões da Espanha, como Galícia, Astúrias e províncias bascas, enfrentaram uma grave crise na produção agrícola devido ao efeito de pragas que atacaram a lavoura⁴⁷. O colapso da produção agrícola levou à queda de salários, ao aumento da desocupação no campo e, conseqüentemente, ao êxodo

⁴⁶ SILBERSTEIN, Carina Frid de. "A emigração espanhola na Argentina (1880-1930)". In: FAUSTO, Boris (Org.). *Fazer a América. A imigração em massa para a América Latina*. São Paulo: EDUSP, 2000, p. 95.

⁴⁷ *Ibidem*, p. 96.

rural. Escassamente modernizada, com uma industrialização muito localizada em Barcelona e Madri, a economia espanhola não pôde absorver os trabalhadores que evadiram dos campos. Neste contexto, a migração de espanhóis começou a crescer, até atingir o seu auge nas primeiras décadas do século XX.

1.3 O progresso europeu

A expansão do sistema capitalista alterou profundamente o cenário europeu, pois, por um lado, provocou a desarticulação dos campos e, por outro, garantiu o crescimento das cidades. Segundo Hobsbawm, “a cidade era sem dúvida o mais impressionante símbolo exterior do mundo industrial”⁴⁸, com as suas grandes avenidas e os seus imponentes edifícios, condizentes com o ideal moderno de salubridade. Junto a isso, inovações técnicas como a fotografia, o cinema e a eletricidade, cumpriram um conjunto de medidas cujo objetivo, ou melhor, cujo fim era o progresso e a civilização.

O progresso material atingiu, ainda, o setor de comunicação e transporte. Inovações como a instalação dos telégrafos transatlânticos, a expansão das estradas de ferro e a substituição dos veleiros pelos vapores, tornaram os meios de comunicação e transporte adequados ao meio de produção capitalista, visto que, a partir desse momento, houve uma maior possibilidade de integração com as diversas partes do mundo. Simultaneamente, a intensidade das transações comerciais aumentava, favorecida pela circulação de informações e pelo “encurtamento das distâncias”. Assim, pode-se afirmar que, durante a segunda metade do século XIX, a ideologia do progresso atingiu o seu auge, ao mesmo tempo em que o capitalismo conheceu uma grande expansão internacional.

Segundo Hobsbawm, o progresso tecnológico e científico praticamente uniu o globo terrestre, pois o telégrafo, a ferrovia e o vapor interligaram o mundo de uma maneira sem precedentes, tanto pela velocidade quanto pela regularidade⁴⁹. Graças ao telégrafo, notícias internacionais passaram a circular pelo mundo não mais em dias, semanas ou meses, mas em questões de horas ou até mesmo de minutos. Enquanto isso, as ferrovias expandiam os seus

⁴⁸ HOBBSAWM, Eric. *A era do capital* (1848-1875). Tradução de Luciano Costa Neto. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p. 222.

⁴⁹ *Ibidem*, p. 71.

trilhos para o interior dos continentes, ampliando as áreas de produção agrícola e unindo-as às zonas urbanas a fim de garantir maior rapidez no escoamento de mercadorias e no transporte de pessoas.

Mas, para Leite, entre os avanços tecnológicos, a criação do navio a vapor é o que merece maior destaque⁵⁰. Além da agilidade e da regularidade, os vapores possuíam uma capacidade muito superior à das embarcações a vela. Os veleiros da carreira do Brasil, por exemplo, eram embarcações de 200 a 400 toneladas, enquanto a Royal Mail tinha vapores que comportavam de 3 a 8 mil toneladas⁵¹. Para os passageiros, mesmo os de 3ª classe, isso significava mais espaço e comodidade. Para as companhias de navegação, um grande investimento que possibilitava conjugar o transporte de cargas e pessoas, atendendo a crescente demanda de passageiros, no período em que os movimentos migratórios se intensificavam.

Outra vantagem dos vapores é que eles não estavam sujeitos à inconstância do tempo e das correntes marítimas e, portanto, podiam cumprir rotas e horários pré-estabelecidos. Essa previsibilidade contribuía para aumentar o sentimento de segurança dos passageiros que, assim que subiam a bordo, podiam iniciar a contagem regressiva para o desembarque. Um emigrante que embarcasse num veleiro em Lisboa rumo ao Rio de Janeiro, por exemplo, deveria contar uma viagem de seis semanas, que poderia se prolongar por mais duas ou três, dependendo da direção do vento⁵². No entanto, a mesma viagem num vapor poderia ser feita em apenas duas ou três semanas⁵³.

É inegável que o desenvolvimento tecnológico no setor de comunicação e transporte acelerou a transmissão de informações e a movimentação de cargas e pessoas, contribuindo, portanto, para o aumento do fluxo migratório, mas, deve-se destacar que foram às relações sociais dos emigrantes que conferiram qualidade as informações disponíveis. As notícias enviadas pelos que se encontravam no exterior aos que pretendiam emigrar – seja por cartas, postais ou jornais – contribuíram para a decisão de ficar ou partir, uma vez que reduziram as desconfianças e as incertezas, tornando aceitável o risco de deixar seu país em busca de melhoria de vida.

⁵⁰ LEITE, Joaquim da Costa. “O transporte de emigrantes: da vela ao vapor na rota do Brasil, 1851-1914”. *Análise Social*, Lisboa, v. XXVI, 1991, p. 741.

⁵¹ *Ibidem*, p. 744.

⁵² *Ibidem*, p. 746.

⁵³ *Ibidem*.

1.4 A ambição das elites brasileiras como fator de atração

Do outro lado do Atlântico, os dirigentes brasileiros procuraram atrair uma parcela significativa da população migrante, pois enxergavam o progresso material da Europa como um exemplo a ser seguido, através da introdução de trabalhadores europeus. No entanto, Menezes ressalta que os anos de 1850 a 1915 caracterizaram-se não apenas pelo desenvolvimento industrial na Europa, mas pela transmissão das ideias, valores e comportamentos lá gestados e expandidos para o Brasil por meio da promoção de políticas imigratórias⁵⁴.

Segundo Iotti, as políticas de imigração no Brasil são anteriores a 1850, tendo sido implementadas no ano de 1808, quando D. João assinou o Decreto de 25 de novembro, permitindo a concessão de sesmarias aos estrangeiros que pretendessem fixar residência no território brasileiro⁵⁵. Para corroborar sua afirmativa, Luíza Iotti cita o historiador Luiz Demoro que defende ter sido este “o primeiro ato regular de colonização de estrangeiros, embora eles já estivessem vivendo no país, porém assumiam a atitude e o compromisso de colonizadores”⁵⁶.

A medida adotada por D. João esteve de acordo com os interesses da Coroa portuguesa em formar um povo diferente do que aqui se encontrava, constituído em sua maioria por negros e mestiços. De acordo com Seyferth, apesar das teorias raciais serem construídas mais objetivamente a partir de meados do século XIX, no começo do século, a noção hierárquica de civilização já estava por trás de certas características biológicas, como a cor da pele⁵⁷. Portanto, para a elite intelectual, a população brasileira carregava consigo o estigma da cor, que lhe conferia um caráter de inferioridade frente à população europeia.

O pressuposto da superioridade branca serviu para justificar a imigração europeia. Porém, para atrair esses indivíduos e fixá-los ao solo foi preciso conceder-lhes o direito à

⁵⁴ MENEZES, Lená de Medeiros. A imigração europeia como passaporte para o progresso e a civilização no Brasil do século XIX. *Atas do XIV Congresso Internacional AHILA*. Castellón de la Plana: Universitat Jaume I, 2005.

⁵⁵ IOTTI, Luíza. “Imigração e Colonização”. *Justiça e História*. Porto Alegre, v. 2, p. 2, 2003.

⁵⁶ DEMORO, Luiz apud IOTTI, Luíza. “Imigração e Colonização”. *Justiça e História*. Porto Alegre, v. 2, p. 2, 2003, p. 2.

⁵⁷ SEYFERTH, Giralda. “Colonização, imigração e a questão racial no Brasil”. *Revista USP*, São Paulo, n. 53, p. 119, 2002.

propriedade. Nesse sentido, a ocupação das áreas despovoadas foi fortemente incentivada pelo governo central, por meio do Ministério da Agricultura. A intenção de D. João era promover a colonização dos territórios que ainda não haviam sido povoados⁵⁸, adotando uma lógica de ocupação de terras públicas baseada na pequena propriedade e na agricultura familiar. Desse modo, além de garantir a defesa das áreas próximas das fronteiras e de proteger as terras dos ataques dos índios, a política de imigração e de colonização estimularia a produção de uma policultura capaz de abastecer as cidades e os latifúndios escravistas.

Iotti descreve ainda que D. Pedro I deu prosseguimento à política de imigração e colonização promovida por seu pai⁵⁹. Pela Constituição de 1824, o imperador reservou para si os assuntos referentes à colonização, interessando-se pessoalmente pelo povoamento e pela exploração de novas regiões do Brasil através da introdução de imigrantes europeus. Para atraí-los, o governo brasileiro ofereceu condições extremamente favoráveis, como a concessão de passagens gratuitas, a distribuição de hectares de terra, sementes, animais e auxílios financeiros.

No entanto, Petrone aponta que a política imigratória vigente durante o primeiro reinado provocou a reação dos cafeicultores⁶⁰. O pronunciamento do futuro senador do Império, Nicolau de Campos Vergueiro, emitido em 1828, sintetiza claramente o pensamento existente à época. Em seu parecer Vergueiro afirma que

chamar os colonos para fazê-los proprietários às custas de grandes despesas, é uma prodigalidade ostentosa, que não se compadece com o apuro de nossas finanças. O meu parecer, pois, é que se acabe o quanto antes com a enorme despesa que se está fazendo com eles, continuando-se o que parecer necessário para eles procurarem serviço⁶¹.

O posicionamento dos cafeicultores frente à política de imigração e colonização promovida pelo governo imperial esteve relacionado à necessidade de abastecimento de mão-de-obra para as plantações de café. Silvia Alegre descreve que desde os primeiros anos do século XIX, a classe latifundiária, prevendo a suspensão do tráfico transatlântico de africanos,

⁵⁸ Na lógica de ocupação de terras, os territórios habitados por indígenas foram considerados vazios demográficos.

⁵⁹ IOTTI, Luíza. IOTTI, Luíza. “Imigração e Colonização”. *Justiça e História*. Porto Alegre, v. 2, 2003, p. 4.

⁶⁰ PETRONE, Maria Thereza. *O imigrante e a pequena propriedade*. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 22.

⁶¹ VERGUEIRO, Nicolau de Campos apud PETRONE, Maria Thereza. *O imigrante e a pequena propriedade*. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 22.

discutiu a possibilidade de substituição da mão-de-obra escrava por trabalhadores europeus⁶². Contudo, as medidas adotadas pelo governo orientavam o fluxo de imigrantes para os núcleos coloniais, desviando-o das grandes fazendas de café. Nada mais natural que os cafeicultores se opusessem a política de imigração e colonização, reivindicando para suas lavouras os estrangeiros que ingressavam no Brasil.

Segundo Gonçalves, no século XIX, o café se expandiu para novas áreas⁶³. A cafeicultura que inicialmente se desenvolveu no Vale do Paraíba fluminense e na Zona da Mata mineira chegou até São Paulo, seguindo o caminho do Rio Paraíba e, posteriormente, alcançando o centro da província. Por fim, nas últimas décadas do oitocentos, as terras do Oeste começaram a ser incorporadas, graças ao auxílio das estradas de ferro que ampliou as áreas de produção agrícola ao uni-las às zonas urbanas, garantindo maior rapidez no escoamento do café. Desse modo, o custo do transporte não era mais impedimento para a apropriação de terras cada vez mais distantes do litoral, tornando-as economicamente viáveis.

A questão da terra estava resolvida, porém a questão do trabalho ainda necessitava de solução adequada. A mão-de-obra escrava acompanhou a expansão das lavouras de café o que teve como efeito imediato a progressiva concentração de escravos nas regiões cafeicultoras. Inicialmente, o abastecimento de escravos nas áreas produtoras de café ocorreu através da intensificação do tráfico transatlântico de africanos. Em 1850, após a promulgação da Lei Eusébio de Queiros, a aquisição de escravos passou a ser realizada mediante a compra de cativos em outras províncias, sobretudo no Norte.

No entanto, o tráfico interprovincial começou a receber uma série de restrições financeiras, através de taxações cada vez mais onerosas. Contribuíram para a imposição das restrições: a resistência escrava, o movimento abolicionista, as fugas em massa, o temor da insurreição e o desequilíbrio que se acentuava entre o norte e o sul do país. Nesse contexto, os escravos tornavam-se cada vez mais caros e mais difíceis de serem obtidos. Assim, a introdução de imigrantes surgiu como uma alternativa para a carência de braços nas grandes fazendas de café.

Em 15 de dezembro de 1830, a classe latifundiária, em uma clara reação a política de colonização, aprovou a Lei do Orçamento, responsável pela suspensão de créditos para a

⁶² ALEGRE, Silvia. 'O café dá para tudo'. A participação das elites cafeeiras no negócio de atração e transporte de imigrantes. *Anais eletrônicos do XXII Encontro Estadual de História da ANPUH-SP*. Santos, 2014.

⁶³ GONÇALVES, Paulo César. *Mercadores de braços: riqueza e acumulação na organização da emigração europeia para o Novo Mundo*. 2008. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História Econômica, São Paulo, 2008, p. 127.

colonização estrangeira. Ao restringir a formação de novos núcleos coloniais, a Lei do Orçamento atingiu as políticas imigratórias, reduzindo a entrada de imigrantes no território brasileiro. Essa situação permaneceu inalterada até a década de 1840, quando o governo imperial retomou sua antiga política de colonização. Desse modo, Petrone afirma que a política de imigração flutuou de acordo com os interesses dos grupos que estavam no poder⁶⁴.

Novamente a ideia do imigrante que se tornaria pequeno proprietário foi neutralizada com a restrição do acesso a terras públicas pela Lei de Terras. Em 1850, a promulgação da referida lei pôs fim à distribuição gratuita de terra a fim de evitar que os imigrantes se estabelecessem por conta própria. A partir de então, o governo imperial obteve o controle da legalização e legitimação do solo, através da Repartição Geral das Terras Públicas, órgão responsável por delimitar, dividir, proteger as terras devolutas, além de promover a colonização estrangeira nos territórios onde houvesse um “vazio demográfico”.

Para Petrone, a Lei de Terras,

embora assegurasse certos recursos para os programas de colonização, pode ser interpretada como resultado da pressão dos grandes proprietários monocultores de café, que (...) pretendiam drenar a corrente de imigrantes para as suas fazendas, daí o interesse de que não mais se doasse terras para a criação de núcleos coloniais⁶⁵.

A nova regulamentação dificultou o acesso à terra, garantindo que os imigrantes pobres alugassem seu trabalho por um determinado período, antes de obterem os recursos necessários para se tornarem proprietários. Desse modo, o imigrante importado foi o mais pobre, mais submisso e mais dependente, cujo único ativo negociável eram os seus braços. Seyferth descreve que “nas regras de admissão de estrangeiros o imigrante ideal, o único merecedor de subsídios, é o agricultor; mais do que isso, um agricultor branco que emigra em família”⁶⁶.

Para Menezes a imigração europeia significou mais do que uma solução para o problema de povoamento ou de mão-de-obra⁶⁷. Sem dúvida alguma ela foi resultado de mudanças econômicas e sociais, mas também das transformações culturais e mentais de uma

⁶⁴ PETRONE, Maria Thereza. “Política imigratória e interesses econômicos (1824-1930)”. *Atti del Congresso euro-brasiliano sulle migrazioni*. Roma: Centro Studi Emigrazione, 1987, p. 263.

⁶⁵ *Ibidem*, p. 263.

⁶⁶ SEYFERTH, Giralda. “Colonização, imigração e a questão racial no Brasil”. *Revista USP*, São Paulo, n. 53, p. 119, 2002.

⁶⁷ MENEZES, Lená Medeiros de. A imigração europeia como passaporte para o progresso e a civilização no Brasil do século XIX. *Atas do XIV Congresso Internacional AHILA*. Castellón de la Plana: Universitat Jaume I, 2005, p. 1-2.

sociedade influenciada por teorias científicas, como o determinismo e o evolucionismo. Tais ideias podem ser demonstradas nos discursos produzidos pelas elites brasileiras em defesa da imigração europeia, nos quais se afirmava que somente com a vinda de povos considerados “superiores” e “morigerados” o Brasil alcançaria o progresso e a civilização⁶⁸.

A ambição brasileira era, portanto, tornar-se um país cada vez mais civilizado. Isto implicava na defesa do imigrante europeu como verdadeiro agente do processo de civilização. Nesse sentido, muitos foram os discursos produzidos acerca da introdução de trabalhadores europeus, seja para promover a colonização ou para substituir a mão-de-obra escrava pela livre, pois, segundo as projeções racialistas do período, a imigração estrangeira – ou melhor, a imigração europeia – significaria uma facilitação à chegada do progresso.

Portanto, o governo brasileiro adotou uma série de medidas para promover a imigração. No ano 1876, por exemplo, foi criada a Inspetoria Geral de Terras e Colonização, órgão subordinado ao Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, responsável pelos serviços que estavam a cargo da extinta Agência Oficial de Colonização e da Comissão do Registro Geral e Estatística das Terras Públicas e Possuídas, conforme prevê o decreto n. 6.129, de 23 de fevereiro de 1876. Desse modo, ficou a cargo da referida Inspetoria a separação das terras do domínio público e particular, bem como a fiscalização e a direção de todos os serviços atinentes a imigração e colonização.

Em outras palavras, no empenho de promover a ocupação e cultura do território brasileiro, criou-se a Inspetoria Geral de Terras e Colonização cujo principal objetivo foi atrair para o Império parte da população europeia. Para tanto, entre outras atribuições, coube a Inspetoria fiscalizar os contratos firmados com particulares, em virtude dos quais ficavam estes obrigados a introduzir no Brasil certo número de imigrantes “moços e laboriosos” que fossem na máxima parte agricultores, além de assegurar ao imigrante hospedagem e transporte gratuito até o lugar que preferisse, dando-lhe plena e completa liberdade de se estabelecer na colônia que escolhesse para sua residência, bem como a garantia de acesso à terra, sementes e instrumentos de trabalho.

Por fim, vale ressaltar que mesmo que o fenômeno migratório precise de um nexo econômico, deve-se manter uma abertura para a possibilidade de que, ao mesmo tempo em que resolviam um problema econômico, muitos imigrantes estavam prestes a resolver conflitos e problemas de outra ordem, nomeadamente de ordem pessoal e familiar.

⁶⁸ MENEZES, Lená Medeiros de. A imigração européia como passaporte para o progresso e a civilização no Brasil do século XIX. *Atas do XIV Congresso Internacional AHILA*. Castellón de la Plana: Universitat Jaume I, 2005, p. 4.

2 HOSPEDARIAS DE IMIGRANTES

2.1 A gênese dos grandes sistemas de recepção

No último quartel do século XIX grandes contingentes populacionais empreenderam a travessia do Atlântico. Estima-se que durante o período de 1880 a 1915 cerca de 31 milhões de europeus se deslocaram pelo continente a fim de alcançar um dos portos que permitissem o embarque num vapor rumo as Américas⁶⁹. Diante de números tão elevados, foram comuns as cenas de pessoas dormindo ao relento ou lotando os albergues localizados nas imediações das estações marítimas, enquanto aguardavam a vinda do navio que as conduziria para o outro lado do Atlântico.

Após atravessar o oceano, amontoados na 3ª classe dos navios a vapor, multidões de imigrantes finalmente desembarcavam nos países americanos. Vidal e Chrysostomo apontam que para receber e organizar toda essa população o poder público passou a intervir de maneira direta, criando dispositivos territoriais e administrativos para registro, controle e – em alguns casos – encaminhamento dos imigrantes recém-chegados⁷⁰. Assim, surgiram grandes estruturas de recepção como *Ellis Island*, nos Estados Unidos; *Hotel de Inmigrantes*, na Argentina e as Hospedarias da Ilha Flores e do Brás, no Brasil.

Pode-se afirmar, portanto, que em grande parte do continente americano foram mobilizados recursos públicos para a construção de sistemas capazes de receber os imigrantes. Para Segawa, tais sistemas foram

construções integradas organicamente à estrutura dos movimentos migratórios [...], vinculados ao contexto econômico vigente e que responderam a esta correlação não apenas como alojamento de indivíduos em trânsito, mas como verdadeiras instalações arquitetônicas especificamente organizadas como infraestrutura de assistência médica e social [...]⁷¹.

⁶⁹ KLEIN, Herbert. “Migração Internacional na história das Américas”. In: FAUSTO, Boris (Org.). *Fazer a América*. A imigração em massa para a América Latina. São Paulo: EDUSP, 2000, p. 25.

⁷⁰ VIDAL, Laurent; CHRYSOSTOMO, Maria Isabel. “Do depósito à hospedaria de imigrantes: gênese de um ‘território de espera’ no caminho da emigração para o Brasil”. *História, Ciência e Saúde*. Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, jan./mar. 2014.

⁷¹ SEGAWA, Hugo. “Arquitetura de hospedarias de imigrantes”. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 30, p. 24, jun. 1989.

Entre os sistemas de recepção de imigrantes o de *Ellis Island* foi sem dúvida o mais conhecido. Moreno afirma que em 1892, a Ilha de Ellis, localizada no estado de Nova York, se tornou a principal porta de entrada dos imigrantes que chegavam aos Estados Unidos⁷², substituindo o *Castle Garden*, edifício destinado à recepção dos recém-chegados entre os anos de 1855 e 1890. O encerramento das atividades de *Castle Garden* e a transferência dos serviços de registro, controle médico-sanitário e triagem dos imigrantes para *Ellis Island* foi, sobretudo, resultado do aumento do fluxo imigratório. As estatísticas apresentadas por Hobsbawm demonstram que entre os anos de 1855 e 1860 a média anual de imigrantes que entraram nos Estados Unidos foi de 350 mil⁷³. Na década de 1880, o número de ingressos oscilou entre 700 e 800 mil⁷⁴.

Para receber o crescente número de imigrantes, em 1890, o Congresso Nacional e o presidente Benjamin Harrison escolheram a Ilha de Ellis para sediar a nova “Estação da Imigração”⁷⁵, retirando esta obrigação dos estados. A partir de então a Ilha passou por um processo de aterramento a fim de ampliar a sua área, se adequando ao intenso fluxo imigratório. Desse modo, surgiu uma nova ilha ligada a *Ellis Island*. Segawa descreve que a ilha principal abrigou a administração, a inspeção médica, os alojamentos e a assistência social⁷⁶, a princípio num único prédio construído em madeira. Após o incêndio ocorrido no ano de 1897, modernos edifícios a “prova de fogo” foram erguidos e, em 1900, *Ellis Island* retomou suas atividades. Segawa descreve ainda que na outra ilha foram instalados dois hospitais, sendo um exclusivamente destinado aos imigrantes portadores de doenças infectocontagiosas⁷⁷.

Segundo Rebelo, o processo de inspeção médica começava no Porto de Nova York, mais especificamente na *New York State Quarantine Station*⁷⁸. Oficiais da saúde pública

⁷² MORENO, Barry. *Images of America*. Ellis Island. South Carolina: Arcadia Publishing, 2003, p. 7.

⁷³ HOBBSAWM, Eric. *A era do capital* (1848-1875). Tradução de Luciano Costa Neto. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p. 204.

⁷⁴ *Ibidem*.

⁷⁵ Na literatura referente ao tema se utiliza o termo “Estação da Imigração” ao invés de “Hospedaria”, pois cerca de 80% dos indivíduos que passaram por Ellis Island permaneceram na Ilha por um período de 3 a 5 horas.

⁷⁶ SEGAWA, Hugo. “Arquitetura de hospedarias de imigrantes”. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 30, p. 24, jun. 1989, p. 25.

⁷⁷ *Ibidem*.

⁷⁸ REBELO, Fernanda. *A travessia: imigração, saúde e profilaxia internacional* (1890-1926). 2010. Tese (Doutorado) - FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2010, p. 102.

examinavam toda a tripulação e todos os passageiros dos navios à procura de doenças infecciosas ou contagiosas. Os indivíduos que apresentassem sintomas de doenças como cólera, febre amarela e peste ficavam detidos na estação de quarentena, recebendo o tratamento adequado até se recuperar da doença. Os imigrantes supostamente sadios eram encaminhados para o prédio principal da Ilha de Ellis⁷⁹, onde os médicos do *Marine Hospital Service*, posteriormente renomeado como *U.S. Public Health Service*, realizavam uma inspeção mais minuciosa.

Fernanda Rebelo, tomando por empréstimo o texto de Anne-Emanuelle Birn, relata que

Eles [os imigrantes] ficam em longas filas, com dois médicos para cada linha [...]. Ao se aproximarem, os médicos começam a medi-los. Primeiro são examinados como um todo. Se a impressão for favorável, eles lançam seus olhos sobre seus pés. Em seguida, vêem as pernas, corpo, mãos, braços, rosto, olhos e cabeça. Depois pedem para o imigrante dar vinte passos. Se o imigrante possui alguma deformidade, até mesmo um dedo torto, o fato é anotado. Se fica evidente que é uma pessoa saudável, que o exame não revela nenhuma razão pela qual deva ser mantida ali, ela é aprovada. Mas se houver a menor suspeita nas mentes dos doutores de que há algo errado com ele, uma marca de giz é colocada sobre a lapela do casaco⁸⁰.

De acordo com Rebelo, apesar da ideia normalmente difundida, a maioria dos imigrantes impedidos de entrar nos Estados Unidos não foi barrada em virtude de doenças transmissíveis⁸¹. Embora o *U.S. Public Health Service* tenha dedicado grande atenção a essas enfermidades, os oficiais de saúde pública se concentraram em diagnosticar doenças incapacitantes, como distúrbios mentais, deficiências físicas e problemas cardiovasculares. Os imigrantes portadores desses males eram marcados com a sigla LPC (*Likely Public Charge*), isto é, provável encargo público que geraria divisas para o estado. Para este grupo de imigrantes o “sonho americano” terminava na Ilha de Ellis, após receber a notícia da deportação.

Em *Ellis Island* os imigrantes passavam ainda por uma inspeção jurídica, conduzida pelo *Bureau of Immigration*, na Sala de Registro ou no Grande Hall. Ali, os inspetores judiciais realizavam o registro do imigrante, sucedido por um breve interrogatório e pelo

⁷⁹ Na historiografia referente à grande migração, a categoria imigrante se aplica apenas aos passageiros de 3ª classe. Passageiros de 1ª e 2ª classe, mesmo os que estabeleceram residência nos países de destino, não se enquadram ao termo. Sendo assim, somente os passageiros de 3ª classe eram encaminhados para Ellis Island, se submetendo a exames clínicos mais rigorosos.

⁸⁰ BIRN, Anne-Emanuelle apud REBELO, Fernanda. *A travessia: imigração, saúde e profilaxia internacional (1890-1926)*. 2010. Tese (Doutorado) - FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2010, p. 102.

⁸¹ *Ibidem*, p. 106.

exame da documentação. Se estivesse tudo em ordem, incluindo o estado de saúde, era concedido ao imigrante o ingresso no continente. Assim foram recepcionados os 12 milhões de imigrantes que passaram por *Ellis Island*, entre 1890 e 1924⁸².

A Argentina também se preocupou com a recepção dos seus imigrantes devido a sua condição de segundo lugar entre os destinos mais escolhido durante a Grande Migração. Nesse contexto, o governo argentino arrendava imóveis para abrigar os recém-chegados, dentre os quais o *Hotel de Inmigrantes de La Rotonda* (1882-1911). Segundo Lopes, em 1889, dadas às péssimas condições da maioria dos estabelecimentos, o diretor da *Dirección General de Inmigración*, Juan Adolfo Alsina, conseguiu, junto ao poder central, um terreno para a construção de um novo hotel de imigrantes⁸³. Localizado ao lado de Puerto Madero, o *Hotel de Inmigrantes de Buenos Aires* começou a ser construído somente no ano de 1905. Em 1911, após seis anos de obras, o complexo foi finalmente inaugurado.

O complexo do “*Gran Hotel de Inmigrantes*”⁸⁴ possuía um desembarcador próprio que permitia um completo isolamento da cidade. Ao fundo do desembarcador havia uma rua que o ligava à praça central do hotel, onde ao redor erguiam-se os prédios da administração, o hospital e o pavilhão dos dormitórios. Este último era um edifício imponente, composto por quatro andares. O primeiro andar era ocupado por uma cozinha e um refeitório, preparado para atender 1.000 indivíduos de uma só vez. Os três pavimentos superiores eram destinados ao alojamento de 3.000 imigrantes. Havia, ainda, depósitos de bagagens, escritórios para registro e controle, agência de correios e telégrafos, além de oficinas de colocação.

A narrativa apresentada por Lopes nos permite concluir que, em um primeiro momento, os serviços oferecidos no *Hotel de Inmigrantes de Buenos Aires* eram similares aos de *Ellis Island*⁸⁵. Após o desembarque os imigrantes deveriam ser registrados e, posteriormente, submetidos a uma inspeção médica. Caso fosse diagnosticada alguma enfermidade, o doente era encaminhado ao hospital do complexo para ser devidamente tratado. Entretanto, diferente do que ocorria em *Ellis Island*, o governo argentino concedia até

⁸² A estimativa se refere aos primeiros 32 anos de funcionamento da Estação da Imigração. Até 1954, ano em que a estação encerrou definitivamente as suas atividades, muitos outros imigrantes passaram pelo mesmo processo. BARRY, Moreno. *Images of America. Ellis Island*. South Carolina: Arcadia Publishing, 2003, p. 7.

⁸³ LOPES, Maíne. “*Como un justo reconocimiento a los inmigrantes*”? A imigração na Argentina pelo Museo Nacional de la Inmigración de Buenos Aires. 2012. Dissertação (Mestrado) - UNISINO, São Leopoldo, 2012, p. 25.

⁸⁴ Graciela Swiderski utiliza a expressão “Gran Hotel de Inmigrantes” para distinguir o Hotel de Inmigrantes de Buenos Aires dos demais albergues. Cf. EXPOSIÇÃO HOSPEDARIAS DE IMIGRANTES NA AMÉRICA DO SUL, 2013. São Gonçalo, RJ: Centro de Memória da Imigração da Ilha das Flores.

⁸⁵ LOPES, op. cit., nota 83, p. 26.

15 dias de hospedagem a todos os imigrantes que passavam pelo hotel. Durante este período, a oficina de colocação se encarregava em conseguir trabalho para aqueles que vinham sem nenhum contato prévio. Por fim, o Estado fornecia passagem de trem a todos que seguissem para o interior do país.

Entre 1911 e 1920, registrou-se o período de maior movimentação do *Hotel de Imigrantes de Buenos Aires*, sendo alojadas ali cerca de 500 mil pessoas.

Ao longo do litoral brasileiro também foram estabelecidas inúmeras hospedarias de imigrantes, como, por exemplo, em Belém, Vitória, Rio de Janeiro, Florianópolis e Porto Alegre. Contudo, nem todas as hospedarias se localizaram no litoral. A maior hospedaria de imigrantes do Brasil estava situada no interior da província de São Paulo, no bairro do Brás. De acordo com Paiva e Moura, o estabelecimento de uma hospedaria de imigrantes na região do Brás foi uma escolha estratégica, pois ali ocorria o entroncamento das linhas férreas da antiga Central do Brasil e da São Paulo Railway, vindas do Rio de Janeiro e do Porto de Santos, respectivamente⁸⁶.

Além de possibilitar fácil acesso aos imigrantes que desembarcavam no Porto do Rio de Janeiro e no Porto de Santos, as estradas de ferros localizadas próximas a Hospedaria do Brás, garantiam o transporte dos recém-chegados para as grandes fazendas de café do interior paulista. Para facilitar ainda mais o transporte dos imigrantes, o projeto de construção da hospedaria contou com a criação de uma estação ferroviária, localizada na lateral do complexo. Ao redor do terreno deveriam ser erguidos três pavilhões para abrigar a administração e os dormitórios. No centro, um prédio para cozinha e refeitório. A enfermaria e o hospital ficavam mais afastados, ao fundo. O projeto previa ainda a construção de consultório para a inspeção médica, sanitários, depósito de alimentos, agência de colocação e agência de correios, telégrafo e câmbio.

No ano de 1886, o presidente da província de São Paulo, Antônio de Queiroz Telles, aprovou o projeto de construção da Hospedaria de Imigrantes do Brás e ordenou que se iniciassem imediatamente as obras do complexo que viria substituir a Hospedaria do Bom Retiro (1882-1887), incapaz de atender o intenso fluxo imigratório. As instalações do Bom Retiro tinham a capacidade de abrigar no máximo 500 pessoas, enquanto as dependências do Brás seriam equipadas para receber 3.000 indivíduos de uma só vez. Em 1887, um surto de varíola e difteria antecipou o fechamento da Hospedaria do Bom Retiro e levou a Hospedaria do Brás a receber as primeiras levas de imigrantes, mesmo estando inacabada.

⁸⁶ PAIVA, Odair; MOURA, Soraya. *Hospedaria de Imigrantes de São Paulo*. São Paulo: Paz e Terra, 2008, p. 22.

Sobre o funcionamento da Hospedaria, Paiva e Moura descrevem que

logo em sua entrada, havia uma área dividida em dois compartimentos, destinados ao banho e a desinfecção de roupa, por onde passava o imigrante quando chegava. Após esse procedimento, os imigrantes eram vacinados e, depois de devidamente registrados, recebiam um cartão para as refeições⁸⁷.

Ao chegar à hospedaria todos os imigrantes passavam pela Seção de Banhos, na qual deveriam realizar uma rigorosa higiene pessoal, a fim de dificultar a propagação de epidemias. Depois de serem asseados, os imigrantes retiravam-se por um corredor que não permitia o contato com os que ainda não tivessem passado pelo banho e pela desinfecção de roupas. No Salão de Chamadas era realizado o registro e a verificação da documentação dos imigrantes, definindo se estavam ou não em condições de serem aceitos. Após serem higienizados, registrados e alimentados, os imigrantes passavam por uma inspeção médica. O hospital e a enfermaria da hospedaria atendiam apenas os casos de urgência. Os imigrantes acometidos por doenças mais graves eram encaminhados para a Santa Casa de Misericórdia ou para o Hospital de Isolamento.

A Agência Oficial de Colocação intermediava a contratação dos imigrantes pelos fazendeiros, além de auxiliar os acordos de distribuição, compra e venda de lotes de terra em núcleos coloniais. Após firmar o contrato, os imigrantes recebiam uma caderneta autenticada, constando os termos do acordo de trabalho ou de concessão de terras. O Regulamento Interno da Hospedaria assegurava a todos os imigrantes o direito de permanecer na instituição pelo período máximo de seis dias. No entanto, caso os imigrantes recusassem a colocação oferecida pelos agentes oficiais perderiam esse direito. Ao fim da hospedagem, o governo paulista concedia passagens gratuitas aos imigrantes que se dirigissem para o interior da província.

Entre 1888 e 1915, 2.803.672 imigrantes ingressaram no Estado de São Paulo, valendo-se quase todos dos serviços oferecidos pela Hospedaria do Brás⁸⁸.

Pode-se concluir, portanto, que entre o final do século XIX e o início do século XX grandes estruturas de recepção foram criadas em diversos países do continente americano, cumprindo um papel de destaque na dinâmica dos deslocamentos populacionais. Tais estruturas representaram o amadurecimento de experiências anteriores, isto é, de pequenas hospedarias reinventadas em função das especificidades dos lugares e dos contextos locais.

⁸⁷ PAIVA, Odair; MOURA, Soraya. *Hospedaria de Imigrantes de São Paulo*. São Paulo: Paz e Terra, 2008, p. 30.

⁸⁸ *Ibidem*, p. 42.

Para além das especificidades, todos os grandes sistemas de recepção enfrentaram os dilemas para estabelecer um conjunto de procedimentos para abrigar os recém-chegados e garantir aos Estados o controle do fluxo imigratório.

2.2 A Hospedaria do Morro da Saúde: um ensaio para a Ilha das Flores

Em 1867, o governo imperial tomou para si a responsabilidade de providenciar um local adequado para receber os imigrantes que chegavam à cidade do Rio de Janeiro. Para tanto, o ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Manoel Pinto de Souza Dantas, arrendou do Dr. José Rodrigues Ferreira um conjunto de prédios situados no Morro da Saúde, instalando ali a Hospedaria de Imigrantes do Morro da Saúde⁸⁹. Sob a administração de Charles Mathews Broome, a hospedaria do governo deveria seguir o mesmo modelo da casa de recepção do Estado de Nova York, tornando-se “o ‘*Castle Garden*’ do Rio”⁹⁰.

Ao se referir à hospedaria, o Almanaque Laemmert descreve que

[...] é um belo edifício no Morro da Saúde com grande jardim na frente e vista para a cidade e litoral. Está provida de tudo e sempre pronta para receber 400 imigrantes. Todo o imigrante que se destinar a qualquer das colônias do Governo terá pousada e alimentação gratuita e bem assim o tratamento em suas enfermidades; e o que não se destinar às colônias e tiver outro qualquer destino poderá ser admitido na hospedaria pagando, antes, no escritório, 5 dias adiantados [...], dando-se-lhe um recibo de talão, que apresentado na hospedaria lhe dará direito à pousada e alimentação, sendo restituído o restante, no caso de que o mesmo não complete os dias que pagou⁹¹.

A descrição feita pelo Almanaque Laemmert demonstra que a Hospedaria do Morro da Saúde foi criada com o propósito de acolher os imigrantes em trânsito, que tinham como destino as Colônias do Estado. A instituição aceitava outros tipos de imigrantes, porém o governo imperial não se comprometia com a gratuidade dos serviços prestados a eles, devendo cada um custear a sua própria estadia. O valor pago por estes imigrantes deveria ser revertido

⁸⁹ DANTAS, Manoel Pinto de Souza. *Relatório apresentado a Assembleia Geral na primeira sessão da décima terceira legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas*. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1867, p. 69-70.

⁹⁰ Título da matéria publicada no *Diário Oficial do Império*, em 02/05/1867.

⁹¹ ALMANAQUE LAEMMERT, 1868, p. 329.

na manutenção do estabelecimento, pois, de acordo com o agente oficial de colonização⁹², Ignácio da Cunha Galvão, a adoção de um sistema similar ao de *Castle Garden* trazia alguns transtornos para os cofres públicos⁹³. Para ele,

se aquele importante estabelecimento, por onde transitam anualmente de 100 a 300 mil imigrantes, pode prescindir de fornecer alimento por alguns dias aos recém-chegados, é porque as cousas lá estão dispostas de maneira mui diversa do que são entre nós. Grande número dos emigrantes que ali aportam já vem com destino determinado, a chamado de parentes e amigos, muitos dos quais tem feito remessas de dinheiro para o transporte até o local definido de seu estabelecimento. [...]. Além disso inúmeras vias de comunicação, por água e por terra, se irradiam de New York em todos os sentidos, e as partidas de trens e vapores se sucedem quase sem interrupção de sorte que, qualquer que seja o destino do imigrante, encontra ele condução imediatamente [...]. Tudo enfim concorre para que o imigrante se demore o menos possível no estabelecimento. E, de facto, o maior número conserva-se ali apenas algumas horas sendo poucos os que nele fazem uma refeição, e mais raro ainda os que nele dormem uma noite⁹⁴.

O relato de Cunha Galvão demonstra que em Nova York havia “cadeias migratórias” estabelecidas, facilitando a inserção dos recém-chegados na sociedade receptora e, conseqüentemente, reduzindo o tempo de estada nas Estações da Imigração. Oswaldo Truzzi aponta que o conceito de cadeias migratórias surgiu na década de 1960, com os pesquisadores australianos John MacDonald e Leatrice MacDonald, referindo-se ao

movimento pelo qual migrantes futuros tomam conhecimento das oportunidades de trabalho existentes, recebem os meios para se deslocar e resolvem como se alojar e como se empregar inicialmente por meio de suas relações primárias com emigrantes anteriores⁹⁵.

Samuel Baily propôs uma definição similar ao atribuir importância aos “contatos pessoais, comunicações e favores entre famílias, amigos e ‘*paesani*’ [...] em ambas as

⁹² A Agência Oficial de Colonização foi um órgão subordinado ao Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, responsável pelos serviços referentes à emigração e colonização.

⁹³ GALVÃO, Ignácio da Cunha. “Relatório apresentado ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas pelo Agente Oficial de Colonização”. In: DANTAS, Manoel Pinto de Souza. *Relatório apresentado a Assembleia Geral na segunda sessão da décima terceira legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas*. Rio de Janeiro: Typographia do Diário do Rio de Janeiro, 1868, Anexo AQ, p. 16.

⁹⁴ *Ibidem*.

⁹⁵ MACDONALD, John; MACDONALD, Leatrice apud TRUZZI, Oswaldo. “Redes em processos migratórios”. *Tempo Social*. São Paulo, v. 20, n. 1, p. 202, jun. 2008.

sociedades, emissora e receptora”⁹⁶. Para ele, eram essas relações interpessoais que garantiam a circulação de informação sobre outras localidades, seja por carta ou pessoalmente, quando emigrantes retornavam ao seu *paese* de origem. As informações fornecidas atuavam como uma espécie de elemento de atração, decidindo partidas e criando fluxos migratórios contínuos. Assim, Baily afirma que os vínculos de parentela, de amizade e de conterraneidade foram “fatores fundamentais para determinar quem emigrava, como escolhiam seu destino, onde se estabeleciam, como obtinham trabalho e com quem se relacionavam socialmente”⁹⁷.

Nos Estados Unidos, o estabelecimento de múltiplas cadeias migratórias foi um fenômeno precoce, em relação aos demais países da América. Tornou-se possível, pois, desde a década de 1830, o país já recebia um número expressivo de imigrantes das mais diversas localidades, atraídos por fatores estruturais como a disponibilidade de terras e empregos. Apesar da distância, esses pioneiros preservaram suas relações sociais, construindo redes de sociabilidade capazes de transpor o oceano. Posteriormente, as informações enviadas pelos imigrantes anteriores, estimularam muitos a emigrar visto que possuíam perspectiva de emprego e de alojamento inicial.

Ao contrário do que ocorria nos Estados Unidos, no Brasil, até a década de 1880, as cadeias migratórias estavam praticamente limitadas a grupos de portugueses. Em geral, os imigrantes de outras nacionalidades obtinham informações sobre o Brasil apenas quando chegavam aqui⁹⁸. Quando tomavam conhecimento sobre as colônias e finalmente resolviam partir, precisavam aguardar alguns dias até a chegada do navio que os conduziriam até o seu destino final. Desse modo, como demonstra o trecho a seguir, Cunha Galvão defendia um sistema de recepção capaz de hospedar e alimentar todos os imigrantes que pretendessem seguir em direção aos núcleos coloniais do governo, ainda que isto exigisse onerosos gastos públicos.

Se nos Estados Unidos, em vista da avultada corrente de imigração espontânea que há muitos anos para ali se encaminha, e tem formado sulcos profundos e difíceis de desviar, podem escassear os favores que lhes concedem e exigir dos imigrantes que

⁹⁶ BAILY, Samuel. “La cadena migratória de los italianos em la Argentina”. In: DEVOTO, Fernando y ROSOLI, Gianfausto. *La inmigración italiana em la Argentina*. Buenos Aires, 1985, p. 47.

⁹⁷ *Ibidem*.

⁹⁸ GALVÃO, Ignácio da Cunha. “Relatório apresentado ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas pelo Agente Oficial de Colonização”. In: DANTAS, Manoel Pinto de Souza. *Relatório apresentado a Assembleia Geral na segunda sessão da décima terceira legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas*. Rio de Janeiro: Typographia do Diário do Rio de Janeiro, 1868, Anexo AQ, p. 16.

tragam consigo a soma precisa para se sustentar até que possam subsistir do trabalho a que se entregarem [...] aqui não podemos fazer o mesmo. A corrente que se encaminha para o Brasil é tão tênue em contingente que não há remédio senão prodigalizar ainda por algum tempo favores de diversas naturezas e não suspender os incentivos atuais, nem criar motivos de afastamento além dos que já existem⁹⁹.

A preocupação com as despesas dos serviços imigratórios foi uma constante no governo imperial. Os gastos com a introdução, recepção e colocação dos imigrantes consumiram grandes somas do planejamento orçamentário, levantando discussões se deveriam ou não serem mantidos. Segundo o ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu, era obrigação do Estado à intervenção na colonização do país, atraindo europeus capazes de contribuir para a exploração e cultura do território brasileiro. Para o ministro, “só o desenvolvimento da nossa população não basta para, na medida das nossas nobres ambições, elevar o Brasil à altura dos grandes destinos que certo lhe estão reservados”¹⁰⁰. Assim, Sinimbu declarava que o governo brasileiro deveria “despender maior energia” com os assuntos relativos à imigração.

Despender maior energia significava promover a vinda de imigrantes por meio de contratos firmados com agências de recrutamento; garantir hospedagem gratuita a todos os passageiros de 3ª classe; encaminhá-los até o seu destino final; distribuir as terras preparadas para colocação dos recém-chegados; fornecer sementes, instrumentos de trabalho e meios de subsistência até a primeira colheita. Sinimbu acreditava que, gradualmente, essas medidas causariam a extinção do sistema de introdução com base nas agências de recrutamento, estimulando a imigração espontânea e, conseqüentemente, o estabelecimento das mais variadas cadeias migratórias. Este pensamento se evidencia na fala do ministro, na qual afirma que “há de vir tempo em que a intervenção dos poderes públicos poderá limitar-se as providências de caráter geral”¹⁰¹.

Em 1876, porém, as despesas com os serviços imigratórios se elevaram ainda mais em virtude de uma grave epidemia de febre amarela que assolou a cidade do Rio de Janeiro, atingindo alguns imigrantes alojados na Hospedaria do Morro da Saúde. Para evitar uma

⁹⁹ GALVÃO, Ignácio da Cunha. “Relatório apresentado ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas pelo Agente Oficial de Colonização”. In: DANTAS, Manoel Pinto de Souza. *Relatório apresentado a Assembleia Geral na segunda sessão da décima terceira legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas*. Rio de Janeiro: Typographia do Diário do Rio de Janeiro, 1868, Anexo AQ, p. 16-17

¹⁰⁰ SINIMBU, João Lins Vieira Cansansão de. *Relatório apresentado a Assembleia Geral na primeira sessão da décima sétima legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas*. Rio de Janeiro: Imprensa Industrial de João Paulo Ferreira Dias, 1878, p. 50.

¹⁰¹ *Ibidem*, p. 52.

maior propagação da doença, a Inspeção Geral de Terras e Colonização¹⁰² ordenou que, durante a estação calmosa, os imigrantes alojados na hospedaria, bem como todos os outros que chegassem à cidade do Rio de Janeiro, deveriam ser removidos para “pontos bem reputados por suas condições de salubridade”¹⁰³. Assim, diante da ameaça da febre amarela, o Estado, mais uma vez, foi obrigado a intervir, criando novas instituições para organizar a imigração e as questões sanitárias advindas dela.

O Inspetor Geral de Terras e Colonização, José de Cupertino Coelho Cintra, prestando conta das ações empreendidas pelo seu departamento, relatou que as casas arrendadas pelo governo na povoação de Mendes foram organizadas para receber os imigrantes da Hospedaria do Morro da Saúde, ficando a mesma fechada durante o período epidêmico¹⁰⁴. Porém, as casas de Mendes foram insuficientes para o número de imigrantes, obrigando o governo a recorrer às casas alugadas na Barra do Piraí e a aceitar favores do Diretor da Colônia de Porto Real. Coelho Cintra expôs que encontrar locais adequados para realizar os serviços de hospedagem dos imigrantes não foi o único problema enfrentado durante a sua gestão. Além disso, para transportar os recém-chegados da cidade do Rio de Janeiro para o “cimo da serra” foi necessário um verdadeiro esforço em conjunto, envolvendo a Companhia de Bondes à Vapor, o Trapiche da Prainha, a Companhia Locomotora e a Estação de Ferro Pedro II.

[...] recorri ao auxílio da companhia de bondes a vapor, que se pôs a minha disposição a fim de efetuar o movimento de embarque e desembarque dos imigrantes; utilizando-me também do armazém e trapiche da Prainha, que me foi por ela facultado para ponto de recepção e depósito de bagagem no litoral. Entendi-me igualmente com a Companhia Locomotora para realizar com prontidão o transporte dos mesmos imigrantes e bagagens daquele trapiche a estação central da estrada de ferro D. Pedro II¹⁰⁵.

¹⁰² Órgão subordinado ao Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, responsável pelos serviços que estavam a cargo da extinta Agência Oficial de Colonização e da Comissão do Registro Geral e Estatística das Terras Públicas e Possuídas. Desse modo, ficou a cargo da referida Inspeção a separação das terras do domínio público da particular, concorrendo para o aproveitamento da cultura das que pertencerem ao Estado; a fiscalização e a direção de todos os serviços atinentes a imigração e colonização; a promoção da imigração espontânea, provendo ao pronto e vantajoso estabelecimento de imigrantes.

¹⁰³ ALMEIDA, Thomaz José Coelho de. *Relatório apresentado à Assembleia Geral na primeira sessão da décima sexta legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1877, p. 403.

¹⁰⁴ CINTRA, José de Cupertino Coelho. “Relatório apresentado ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas pelo Inspetor Geral de Terras e Colonização”. In: ALMEIDA, Thomaz José Coelho de. *Relatório apresentado à Assembleia Geral na primeira sessão da décima sexta legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1877, anexo A23, p. 3.

¹⁰⁵ *Ibidem*.

Todos os dias, às 9 horas da manhã, a Companhia de Bondes à Vapor auxiliava no desembarque dos imigrantes recém-chegados, transportando-os até o Trapiche da Prainha. Após este horário, os navios que chegavam ao porto tinham os seus passageiros de 3ª classe transferidos para o transporte Vassimon, colocado à disposição da Inspeção Geral de Terras e Colonização pelo Ministério da Marinha para servir de abrigo a todos os imigrantes que pernoitavam no litoral. Na impossibilidade do Arsenal da Marinha disponibilizar também lanchas para o desembarque foram contratadas as embarcações da Companhia de Bondes à Vapor, conforme mencionado. Às 10 horas da manhã, a condução da Companhia Locomotora levava os imigrantes do Trapiche da Prainha até a Estação de Ferro D. Pedro II de onde seriam transportados para os depósitos de Mendes, Barra do Piraí e Porto Real.

Pode-se perceber, portanto, que a internação de imigrantes para os depósitos de Mendes, Barra do Piraí e Porto Real enfrentava grandes obstáculos. Ademais, o funcionamento de diferentes depósitos exigia a contratação de um número maior de funcionários. Coelho Cintra informa que

para tão importante e afanoso serviço mui limitado era o pessoal pertencente a ex-Agência Oficial de Colonização. [...] [Portanto] designei para coadjuvar-me mais alguns empregados, como auxiliares extraordinários, dois interpretes e dois guardas, além dos chamados para servirem ao lado dos administradores dos sobreditos depósitos de imigrantes¹⁰⁶.

Para administrar os depósitos de Mendes e Barra do Piraí foram designados o ajudante e o administrador da Hospedaria do Morro da Saúde, respectivamente, enquanto o depósito de Porto Real ficou sob a responsabilidade do diretor da Colônia de mesmo nome. O Dr. Paulo Barbosa Pereira da Cunha foi contratado para visitar todos os dias os imigrantes internados em Mendes. Em Barra do Piraí e em Porto Real não houve a necessidade de contratar médicos, pois o Dr. Segismundo de Almeida Beltrão se ofereceu para prestar os seus serviços gratuitamente no primeiro estabelecimento, enquanto o médico da colônia de Porto Real deveria atender os imigrantes para lá encaminhados.

Em julho de 1876, com o fim da epidemia de febre amarela, os serviços de recepção e hospedagem dos imigrantes voltaram a funcionar normalmente, após a reabertura da Hospedaria do Morro da Saúde. O estabelecimento funcionou sob a responsabilidade do

¹⁰⁶ CINTRA, José de Cupertino Coelho. “Relatório apresentado ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas pelo Inspetor Geral de Terras e Colonização”. In: ALMEIDA, Thomaz José Coelho de. *Relatório apresentado á Assembleia Geral na primeira sessão da décima sexta legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Publicas*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1877, anexo A23, p. 2.

governo imperial até o ano de 1879, quando foi entregue por meio de um contrato a Cardoso de Albuquerque & Cia. Em 1881, as atividades da hospedaria foram definitivamente encerradas sob o argumento de que em épocas de epidemia exigiam “conveniências da saúde pública o recolhimento dos imigrantes recém-chegados à localidade”¹⁰⁷. Diante disso, o governo imperial autorizou a

construção de um edifício adequado a recepção de imigrantes, em condições de comportar o movimento anual de 30.000 indivíduos, e organização de um serviço de informação, locação e venda de terras que habilitasse o colono recém-chegado a colocar-se convenientemente segundo a sua aptidão, e no menor prazo¹⁰⁸.

Para este fim, em 16 de janeiro de 1883, a Inspetoria Geral de Terras e Colonização adquiriu, pelo valor de 170 contos de réis, a Ilha das Flores e duas contíguas, pertencentes ao senador José Ignácio Silveira da Motta¹⁰⁹. Conforme demonstra a imagem 1, a Ilha das Flores tornou-se uma opção viável para o estabelecimento de uma Hospedaria de Imigrantes por estar localizada na Baía de Guanabara, a curta distância do Porto do Rio de Janeiro, próxima de águas navegáveis e de estradas férreas. Ademais, à existência de uma linha telegráfica entre a cidade de Niterói e as Fortalezas da Barra possibilitava certa agilidade na transmissão de informações sobre a entrada de vapores com imigrantes, endossando ainda mais a escolha do local.

¹⁰⁷ D’AVILA, Henrique Francisco. *Relatório apresentado a Assembleia Geral na terceira sessão da décima oitava legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1882, p. 222.

¹⁰⁸ SARAIVA, José Antônio. *Relatório apresentado a Assembleia Geral na primeira sessão da décima oitava legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1881, p. 208.

¹⁰⁹ D’AVILA, op. cit., nota 107, p. 222.

Figura 1 – Mapa do Município de São Gonçalo, localizando a Ilha das Flores



Fonte: Google Earth, 2015.

2.3 A quarentena em questão

Apesar das garantias e favores concedidos aos estrangeiros que decidissem se estabelecer em território brasileiro, o movimento de entrada de imigrantes não atendia as expectativas do governo imperial. Entre 1876 e 1882, o Brasil recebeu uma média anual de apenas 23 mil imigrantes¹¹⁰, enquanto nos Estados Unidos essa estatística oscilou entre 700 e 800 mil. Para Alfredo d’Escragno Taunay, presidente interino da Junta Central de Higiene Pública, a principal razão para o Brasil não obter o resultado desejado estava na insalubridade da capital do Império, noticiada constantemente tanto pela imprensa nacional quanto pela estrangeira¹¹¹. Para Taunay,

¹¹⁰ Média com base nos Relatórios do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.

¹¹¹ TAUNAY, Alfredo d’Escragno. “Relatório da Junta Central de Higiene Pública apresentado ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império”. In: FIGUEIREDO, José Bento da Cunha. *Relatório apresentado a Assembleia Geral na primeira sessão da décima sexta legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1877, anexo F, p. 2.

sem a observância rigorosa dos preceitos de higiene pública nada pode prosperar [...] em países novos, cheios de recursos, mas sem população suficiente para os aproveitar, e cujo progresso e desenvolvimento depende não só das atividades físicas e morais de seus filhos, como do auxílio de estrangeiros que lhes tragam os progressos da indústria, agricultura, artes e ciências, e façam aproveitar os grandes recursos de que dispõem. Como, porém, alcançar esse desiderato, quando o estrangeiro, que para ele busca emigrar, recebe, e com razão, a cada instante, de ser vítima das epidemias e endemias que o infestam¹¹².

Durante a segunda metade do século XIX, o fantasma da febre amarela rondou a cidade do Rio de Janeiro, ano após ano. De acordo com Franco, em novembro de 1849 a febre amarela chegou à cidade do Rio de Janeiro, deixando um total de 4.160 mortos¹¹³. Diante da gravidade da situação, em 1850, o governo imperial nomeou a Comissão Central de Saúde Pública, presidida pelo Dr. Cândido Borges Monteiro e tendo como demais membros os Drs. Antônio Felix Martins, Joaquim José da Silva, José Bento da Rosa, José Francisco Xavier Sigaud, José Maria de Noronha Feital, José Pereira Rego, Luiz Vicente de Simoni, Manoel de Valadão Pimentel e Roberto Jorge Haddock Lobo. Meses depois, a Comissão responsável por toda e qualquer questão referente à epidemia de febre amarela deu lugar a Junta Central de Higiene Pública, órgão que passou a aconselhar e formular as políticas de atuação do governo imperial na área de saúde pública.

No ano de 1864, José Pereira Rego foi nomeado presidente da Junta Central de Higiene Pública. Porém, durante 1873 e 1876, foi afastado temporariamente do cargo em virtude da eclosão de dois graves surtos de febre amarela na cidade do Rio de Janeiro¹¹⁴. Nesse período, Pereira Rego presidiu uma comissão encarregada de estudar as causas do desenvolvimento da febre amarela, além de apontar os procedimentos necessários para eliminá-las. Nos seus estudos indicou que as condições sanitárias da Corte não teriam produzido as epidemias senão fosse a importação de um veneno específico¹¹⁵. Mas, apesar de jamais ter abandonado a ideia de que a doença fora desencadeada pela importação de um veneno, Pereira Rego suspeitou que

¹¹² TAUNAY, Alfredo d'Escragno. "Relatório da Junta Central de Higiene Pública apresentado ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império". In: FIGUEIREDO, José Bento da Cunha. *Relatório apresentado a Assembleia Geral na primeira sessão da décima sexta legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1877, anexo F, p. 2.

¹¹³ FRANCO, Odair. *História da Febre Amarela no Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Brasileira LTDA. 1969, p. 35.

¹¹⁴ Em 1873 e 1876 a febre amarela vitimou 3.659 e 3.476 pessoas, respectivamente.

¹¹⁵ CHALHOUN, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 67.

os surtos posteriores tiveram início no interior da cidade, tornando a febre amarela endêmica¹¹⁶.

De acordo com Chalhoub, não havia um consenso entre os médicos e as autoridades públicas encarregadas do combate à febre amarela, pois não havia, naquele tempo, “razões científicas e experimentais sólidas o suficiente para fazer frente à lógica aleatória dos mosquitos ao escolherem suas vítimas”¹¹⁷. Muitos higienistas associavam a febre aos ares pestilentos e viciados da cidade. Chalhoub descreve que existiam pântanos malcheirosos, poças de água estagnada e matéria em decomposição por todo o Rio de Janeiro¹¹⁸, visto que a ausência de um sistema de esgoto eficaz tornava comum o despejo de dejetos em lugares impróprios como praias, valas, ruas e terrenos baldios. Além disso, centenas de cortiços imundos e sem ventilação infestavam a área central da cidade, contribuindo para aumentar a precariedade das condições sanitárias, como demonstra a matéria publicada na *Gazeta de Notícias*:

Dentro desta cidade em que estamos há outras pequenas cidades que ninguém vê, a não serem os seus moradores. No meio de uma quadra de casas há um pequeno portão, com um longo corredor e no fim um pequeno pátio circundado de verdadeiros pombais onde vive uma população. É aí o cortiço. Fechado por todos os lados só penetra dentro dele o ar que nenhuma brisa altera nem agita, o ar preso ao solo pelos miasmas que dele sobem¹¹⁹.

Para alguns médicos e as autoridades encarregadas da saúde pública no Império, a negligência em relação aos problemas sanitários contribuía para a emanção de partículas venenosas que se desprendiam do solo, subindo em direção à atmosfera. Segundo alguns doutores, no intenso calor do verão era possível observar a produção e a liberação de tais partículas, conhecidas como miasmas. Acreditava-se que nesta época do ano os miasmas se espalhavam pela cidade, possibilitando a proliferação de diversas doenças, inclusive da febre amarela. A matéria publicada na *Gazeta de Notícias* demonstra ainda a ideia bastante consensual de que os cortiços eram um dos principais produtores dos “eflúvios miasmáticos”.

O trabalhador quando se recolhe ali, cheio de cansaço, ofegante ainda, com o corpo inundado de suor, mete-se num pequeníssimo quarto com mais cinco ou seis

¹¹⁶ CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 68-69.

¹¹⁷ Ibidem.

¹¹⁸ Ibidem, p. 66.

¹¹⁹ *Gazeta de Notícias*, 18/06/1876.

companheiros, em idêntico estado, e adormecem envolvidos de miasmas, formando em volta de si um ar viciado e pestilento que se não produz a febre amarela, pode produzir outra qualquer peste pior ainda¹²⁰.

Apesar de esclarecedora, a matéria publicada na *Gazeta de Notícias* mascara as discussões entre os contagionistas e os infeccionistas. Durante toda a segunda metade do século XIX, houve intensos e acalorados debates teóricos sobre os fatores que tinham contribuído para o surgimento e o desenvolvimento da febre amarela, bem como sobre as medidas práticas necessárias para combater a doença. Aqueles que acreditavam na teoria contagionista defendiam a adoção de medidas como o isolamento dos enfermos em hospitais e a imposição de quarentena aos navios ingressantes no porto. Os infeccionistas, por sua vez, acreditavam que as quarentenas e demais medidas destinadas a impedir a introdução da doença seriam inúteis, defendendo ações capazes de transformar as condições locais e impedir a produção das temidas “emanações miasmáticas”.

Embora o conhecimento sobre a doença não permitisse respostas seguras a várias questões, os médicos brasileiros constataram que entre os doentes acometidos pela febre amarela os imigrantes foram os que mais sofreram em termos de perdas de vidas humanas, conforme demonstra a tabela a seguir.

Tabela 4 - Nacionalidade dos doentes acometidos pela febre amarela na cidade do Rio de Janeiro, no ano de 1876

Nacionalidades	Doentes	Mortos
Brasileiros	420	99
Portugueses	3.808	1.208
Italianos	339	191
Franceses	195	93
Espanhóis	432	138
Ingleses	282	83
Alemães	146	41
Belgas	8	2
Suíços	11	4
Russos	86	19
Dinamarqueses	15	4

¹²⁰ *Gazeta de Notícias*, 18/06/1876.

Suecos	113	30
Noruegueses	61	16
Norte-americanos	36	11
Austríacos	35	10
Holandeses	11	4
Gregos	16	9
Outras nações	28	11
Não indicadas	224	77
Total:	6.266	2.050

Fonte: Relatório da Junta Central de Saúde Pública, 1876, Anexo F, p. 50.

Assim, conforme afirmou Odair Franco, a febre amarela “poupou os escravos pretos, fez algumas vítimas na raça mista, preferindo saciar-se nos brasileiros de origem europeia e matando principalmente os estrangeiros”¹²¹. As estatísticas indicam ainda que os imigrantes que estavam sujeitos as condições sanitárias da cidade por um período de tempo maior suportavam a doença melhor do que aqueles que estavam em processo de adaptação a esse meio ambiente. Nesse sentido, a defesa da ideia de aclimatação tornou-se a posição oficial do governo imperial. As recomendações eram que durante a estação calma, quando a cidade estava geralmente deflagrada pela febre amarela, os recém-chegados deveriam ser conduzidos diretamente para os depósitos de Mendes, Barra do Pirai e Porto Real, onde ficariam aguardando o encerramento do surto epidêmico.

Tabela 5 - Tempo de permanência dos imigrantes acometidos pela febre amarela na cidade do Rio de Janeiro, no ano de 1876

Tempo de Permanência	Doentes
De dias até seis meses	676
Até um ano	523
Até dois anos	175
Até três anos	72
Mais de três anos	55

Fonte: Relatório da Junta Central de Higiene Pública, 1876, Anexo F, p. 52.

¹²¹ FRANCO, Odair. *História da Febre Amarela no Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Brasileira LTDA. 1969, p. 39.

Com elevados índices de mortalidade entre os imigrantes recém-chegados, a capital do Império garantiu a fama de “túmulo dos estrangeiros”¹²². A imagem dos imigrantes contraindo febre amarela após chegar à cidade do Rio de Janeiro, vindo a falecer pouco depois em virtude da doença, tornou-se extremamente prejudicial às propostas de implementação de políticas migratórias. Antes de tudo, para se estabelecer um fluxo migratório significativo, era preciso reverter esse quadro. Foi com este objetivo que a Inspeção Geral de Terras e Colonização adquiriu a Ilha das Flores, estabelecendo ali uma hospedaria adequada para receber os imigrantes recém-chegados, impedindo-os de manter contato com a população da Corte e, principalmente, com as suas constantes epidemias.

2.4 A Hospedaria da Ilha das Flores

Em 01 de março de 1883, o ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Afonso Augusto Moreira Penna, ordenou que depois de desembarcar no Porto do Rio de Janeiro, todos os passageiros vindos de portos estrangeiros em 3ª classe deveriam ser imediatamente transportados, com as suas respectivas bagagens, até a Ilha das Flores, onde seriam acolhidos gratuitamente até o máximo de oito dias¹²³. Reznik e Fernandes destacam que neste caso ficavam excluídos os passageiros de 1ª e 2ª classe e também aqueles que já possuíam receptores – familiares ou amigos – instalados no município da Corte¹²⁴. Os demais deveriam embarcar nos pequenos batelões que os conduziria até a Hospedaria de Imigrantes, construída especialmente para recebê-los.

Após o desembarque na Ilha, os imigrantes eram imediatamente alojados nos dormitórios. Segundo o Guia do Emigrante,

¹²² TAUNAY, Alfredo d’Escragno. “Relatório da Junta Central de Higiene Pública apresentado ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império”. In: FIGUEIREDO, José Bento da Cunha. *Relatório apresentado a Assembleia Geral na primeira sessão da décima sexta legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1877, anexo F, p. 2.

¹²³ PENNA, Afonso Augusto Moreira. *Relatório apresentado a Assembleia Geral na quarta sessão da décima oitava legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1884, p. 214.

¹²⁴ REZNIK, Luis; FERNANDES, Rui Aniceto. “Imigração: documentação, política e história”. In: CANCINO, Hugo et al. (Org.). *Miradas desde la Historia social y la Historia intelectual*. América Latina en sus culturas: de los procesos independentistas a la globalización. Córdoba, Argentina: Centro de Estudios Históricos Prof. Carlos Segreti, 2012, p. 221.

o acesso a Ilha é facilitado por uma ponte, onde se acham assentados os aparelhos necessários para o desembarque das bagagens que são recolhidas a um vasto e seguro armazém situado próximo à mesma ponte, com a qual se comunica por trilhos de ferro, sendo as bagagens colocadas em vagonetes que prontamente as levam aos respectivos lugares¹²⁵.

Posteriormente, todos eram encaminhados para o Escritório da Diretoria, onde o escrivão realizava o registro dos imigrantes em livros, nos quais se anotavam a procedência, o nome do navio, a data de entrada, o número de ordem, o nome, a idade, o estado civil, a nacionalidade e a profissão de cada um. De acordo com o inspetor geral de terras e colonização, Francisco de Barros e Accioli de Vasconcellos, “essa relação é feita a vista das declarações que um a um vai fazendo [...] dificilmente se faz compreender o que se quer, sendo preciso recorrer muitas vezes aos passaportes para retificar seus nomes”¹²⁶.

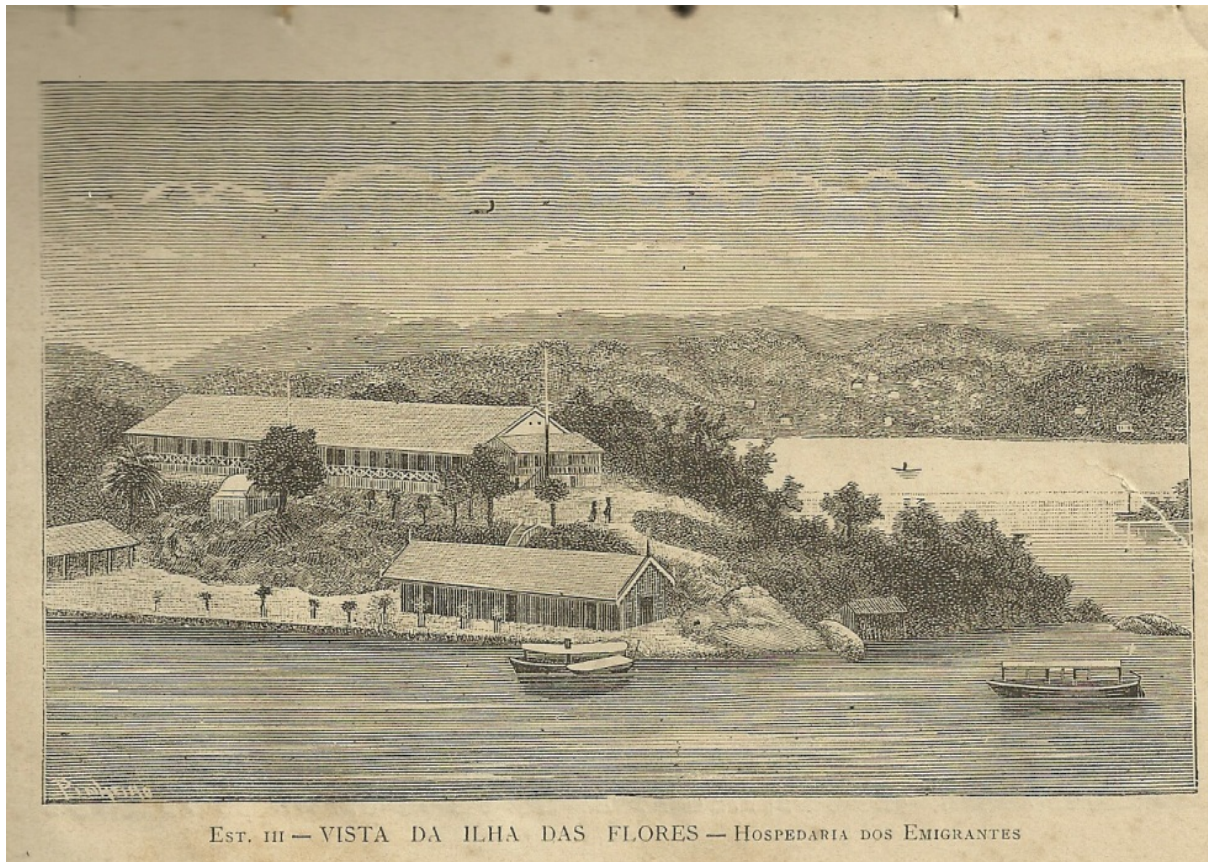
Percebe-se, portanto, que a questão da língua dificultava a rotina da hospedaria de imigrantes. Apesar da presença de um funcionário responsável pela tradução, nem sempre um único intérprete conseguia dar conta da variedade de línguas faladas pelos imigrantes das mais diversas nacionalidades. Todas essas etnias dividiam o mesmo espaço, pois, conforme demonstra a imagem abaixo, inicialmente, a Hospedaria da Ilha das Flores era constituída por um grande galpão em alvenaria, medindo 71m de comprimento e 13m de largura¹²⁷. Neste espaço funcionavam quatro salões para dormitório, três salas para enfermaria, dois escritórios e um consultório médico.

¹²⁵ VASCONCELLOS, Francisco de Barros Accioli de. *Guia do Emigrante para o Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1884, p. 12.

¹²⁶ VASCONCELLOS, Francisco de Barros e Accioli. “Relatório do Inspetor Geral de Terras e Colonização”. In: SILVA, Rodrigo Augusto da. *Relatório apresentado à Assembléia Geral na terceira sessão da vigésima legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889, anexo E, p. 10.

¹²⁷ PENNA, Afonso Augusto Moreira. *Relatório apresentado à Assembleia Geral na quarta sessão da décima oitava legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1884, p. 215-216.

Figura 2 – Vista da Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores



Fonte: FERREIRA, Felix. A província do Rio de Janeiro. Notícias para o emigrante. Rio de Janeiro: Imprensa a vapor H. Lombaerts & Comp., 1888. p. 23.

Após o registro, os imigrantes passavam pelo consultório médico a fim de verificar o seu estado de saúde, prevenindo assim a entrada de doenças infectocontagiosas. Fernandes e Silva descrevem que a inspeção médica funcionava como uma espécie de triagem, na qual os doentes eram encaminhados para o Hospital de São João Batista, em Niterói, ou, nos casos mais simples, internados nas enfermarias locais¹²⁸. Para auxiliar no tratamento de doenças, o estabelecimento contava, ainda, com uma botica, suprida com os mais diversos medicamentos. Aos sãos eram distribuídas roupas de cama limpas e sabão para cuidar da higiene das suas próprias roupas, na lavanderia localizada na margem esquerda da Ilha, próxima a Praia do Diretor.

Durante um grande período os alojamentos da hospedaria foram divididos de acordo com o gênero e o estado civil dos imigrantes. Desse modo, havia dormitórios para os jovens solteiros, os homens casados, as moças solteiras e as mulheres casadas com filhos pequenos. Devidamente acomodados, os imigrantes passavam por mais um momento de dificuldades, a

¹²⁸ FERNANDES, Rui; SILVA, Henrique. “Ilha das Flores e de histórias”. In: _____; ARAÚJO, Marcelo; MOURA, Rogério. (Org.). *São Gonçalo em perspectiva. Ensaios de histórias gonçalenses*. São Gonçalo: UERJ-FFP, 2012, p. 31.

adaptação à comida brasileira. O jornal *A Folha Nova*, comentando sobre o Guia do Emigrante¹²⁹, lança críticas as refeições servidas no refeitório da Hospedaria da Ilha das Flores, pois

a comida dos imigrantes, diz o folheto, “é sadia, abundante e bem preparada – tendo-se muito em vista servi-los de preferência com os alimentos a que se acham mais habituados, segundo os usos de cada nacionalidade”. E, como prova, vem a enumeração dos pratos compondo o jantar, na qual figura a farinha de mandioca, que não tínhamos o prazer de saber tão vulgarizada na Europa. [...]. Julgamos que seria mais adequado aos intuits administrativos substituir [...] por um bom prato de sopa ou polenta que seria mais apreciado pelos italianos, franceses, belgas ou alemães¹³⁰.

A cozinha e o refeitório estavam instalados em um edifício contíguo a hospedaria, conforme demonstra a imagem 3. O prédio estava provido de móveis, utensílios e materiais de apoio indispensáveis para atender 400 pessoas de uma só vez. Segundo o ministro Henrique Francisco d’Ávila, muitos destes objetos foram adquiridos do senador José Ignácio Silveira da Motta, durante os tramites de compra e venda da ilha¹³¹. Outras aquisições, como as 28 mesas de tampos de mármore que mobilhavam o refeitório, foram feitas na medida em que as obras foram sendo concluídas ou de acordo com a exigência do aumento do fluxo imigratório.

O relatório do ministro Afonso Augusto Moreira Penna afirma que a Hospedaria da Ilha das Flores deveria passar por alterações futuras, em virtude do aumento do número de imigrantes que ingressavam no país. Desse modo, o ministro anuncia que “outros melhoramentos irão sendo realizados à proposição das necessidades, tendo-se à vista que ao imigrante recém-chegado não falem condições de conforto”¹³².

¹²⁹ Folheto produzido pelo Governo do Império, distribuído em diversos países da Europa a fim de divulgar os favores concedidos aos imigrantes espontâneos.

¹³⁰ *A Folha Nova*, 13/10/1884.

¹³¹ D’AVILA, Henrique Francisco. *Relatório apresentado à Assembleia Geral na terceira sessão da décima oitava legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883, p. 222.

¹³² PENNA, Afonso Augusto Moreira. *Relatório apresentado à Assembleia Geral na quarta sessão da décima oitava legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1884, p. 216.

Tabela 6 – Imigrantes ingressos no Brasil, no Porto do Rio de Janeiro e na Hospedaria da Ilha das Flores (1883 – 1890)

Ano	Brasil	Rio de Janeiro	Ilha das Flores
1883	24.827	---	7.402
1884	19.608	17.999	8.138
1885	29.408	22.727	10.579
1886	25.741	22.236	12.501
1887	54.990	33.310	18.834
1888	131.745	55.863	33.384
1889	65.187	---	26.848
1890	107.100	85.162	66.494

Fonte: Relatórios do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. 1883-1890

A tabela acima demonstra que a previsão do ministro estava correta. Apesar da oscilação, a década de 1880 presenciou o crescimento do movimento de entrada de imigrantes no Brasil, resultado dos investimentos nas políticas imigratórias. Consequentemente, a Hospedaria da Ilha das Flores passou a receber um número maior de imigrantes o que exigiu a ampliação da sua estrutura. Para ampliar os dormitórios, em 1886, foi construído um edifício exclusivo para a enfermaria¹³³. O novo prédio possuía 8m de frente por 11m de fundo, sendo todo circundado por uma varanda. Este espaço foi dividido em uma sala de consulta médica, uma sala de parto e duas enfermarias – uma masculina e uma feminina. Sua construção, além de possibilitar a ampliação do espaço destinado aos alojamentos, diminuiu os riscos de contágio uma vez que isolou os doentes na ala norte da ilha¹³⁴.

No ano seguinte, visando atender a crescente demanda pelo uso do local, foi feito um plano orçamentário para ampliar a capacidade da hospedaria de 1.000 para 3.000 imigrantes¹³⁵. O plano incluiu a ampliação do armazém que servia como depósito de bagagem

¹³³ VASCONCELLOS, Francisco de Barros e Accioli de. “Relatório do Inspetor Geral de Terras e Colonização”. In: SILVA, Rodrigo Augusto da. *Relatório apresentado à Assembleia Geral na segunda sessão da vigésima legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1887, Anexo F.

¹³⁴ Na década de 1880, com exceção da enfermaria, todos os outros edifícios estavam localizados na ala sul da ilha.

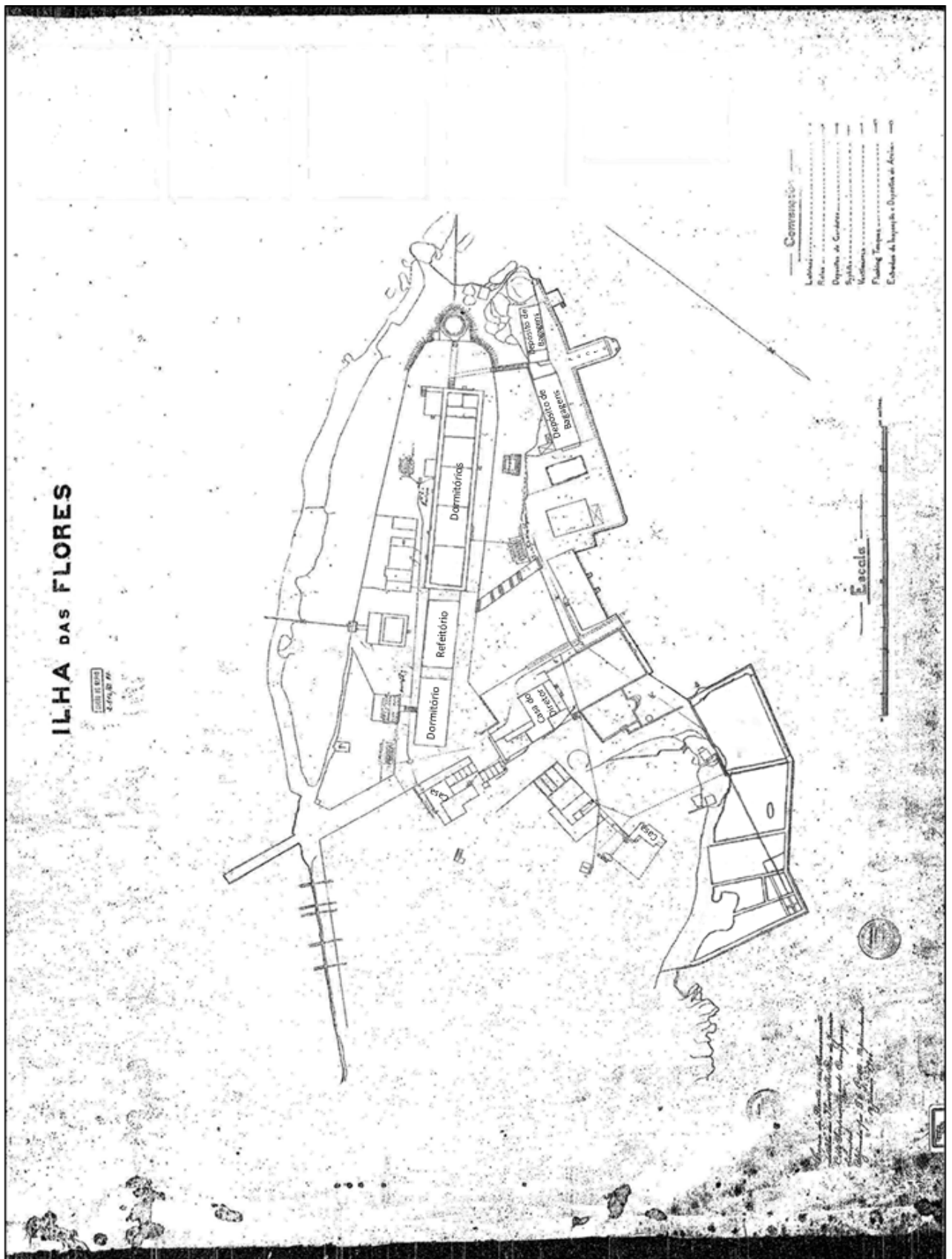
¹³⁵ VASCONCELLOS, Francisco de Barros e Accioli de. “Relatório do Inspetor Geral de Terras e Colonização”. In: SILVA, Rodrigo Augusto da. *Relatório apresentado à Assembleia Geral na terceira sessão da vigésima legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1888, Anexo E.

para 32m de comprimento e 11m de largura; a ampliação do refeitório para 30m de comprimento e 11 de largura; a construção de um compartimento exclusivo para os serviços da secretaria, localizado entre os depósitos de bagagens; além da construção de novos alojamentos, conforme mostra a imagem 3.

Em 1888, foram realizadas as obras no depósito de bagagens, no refeitório e na secretaria, elevando a capacidade de recepção para 2000 pessoas. Dois anos depois, a hospedaria teve sua capacidade aumentada para 3.000 imigrantes após a construção de um prédio contíguo ao refeitório. O novo edifício era composto por dois pavimentos. O térreo abrigava um imenso dormitório, enquanto o andar superior havia sido projetado para abrigar outro refeitório. No entanto, em virtude da intensa movimentação de imigrantes, houve a necessidade de transformar o segundo refeitório em novos alojamentos. No ano de 1890, foi construída ainda uma nova cozinha, adjacente aos dormitórios, destinada ao preparo das refeições dos funcionários.

No ano seguinte foi construído um necrotério, situado próximo a praia interior da Ilha; uma pequena casa para morada do Ajudante do Administrador; cinco pequenos quartos para alojamento dos serventes; quatro mictórios em diversos locais; sarjetas na extensão de 244m para a canalização das águas pluviais, por meio de manilhas; um alpendre de madeira coberto de zinco abrangendo toda a frente da hospedaria e uma cobertura em toda a extensão do cais para preservar do tempo as bagagens.

Figura 3 – Planta de Saneamento da Ilha das Flores



Fonte: AN_OG/MAP-136.

Segundo o ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas, Antônio Olintho dos Santos Pires, a Hospedaria da Ilha das Flores era apenas uma “estação de passagem”, onde o imigrante deveria permanecer por poucos dias, enquanto escolhia o seu destino¹³⁶. A legislação brasileira referente à imigração concedia apenas oito dias de hospedagem na Ilha das Flores, salvo em circunstâncias especiais. Durante este período o imigrante deveria conseguir um trabalho nas plantações de café ou adquirir um lote de terra em um dos núcleos coloniais do país. Assim, o Guia do Emigrante descreve que

tendo feito declaração da localidade onde desejam estabelecer-se, depois da demora necessária na hospedaria para repousarem das fadigas da viagem e para fazerem a lavagem de suas roupas, são os imigrantes gradualmente enviados aos seus destinos, seguindo pela estrada de ferro D. Pedro II os que demandam a província de S. Paulo e de Minas ou as estações intermédias da província do Rio de Janeiro e embarcando nos paquetes respectivos aqueles que querem ir para as províncias do litoral¹³⁷.

Ao Estado cabia ainda fornecer passagens gratuitas até o lugar escolhido, além de enviar, em todos os embarques, um agente da administração para acompanhar os imigrantes até o seu destino final.

Pode-se concluir que a Hospedaria da Ilha das Flores foi responsável pelo controle, triagem e encaminhamento dos imigrantes recém-chegados. Apostando no êxito da política imigrantista e na importância da Hospedaria da Ilha das Flores para a sua efetivação, o governo imperial não mediu esforços para realizar a manutenção da instituição, a fim de prover o conforto e a comodidade do imigrante. Percebe-se, portanto, que além do serviço de recepção e hospedagem, a Hospedaria da Ilha das Flores também contribuiu para a promoção da imagem do Brasil no exterior, atraindo assim cada vez mais imigrantes para o país. A intenção do Governo Imperial pode ser percebida através do já mencionado Guia do Emigrante para o Império do Brasil, no qual descreve que “na pitoresca Ilha das Flores, na formosa baía do Rio de Janeiro, a 50 minutos da cidade, na qual se goza de um ameno clima constantemente refrescado pelas brisas do mar, o que a torna essencialmente salubre e agradável aos seus habitantes”¹³⁸ é concedida hospedagem aos imigrantes.

¹³⁶ PIRES, Antônio Olintho dos Santos. *Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Indústria, Viação e Obras Públicas*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1896, p. 90.

¹³⁷ VASCONCELLOS, Francisco de Barros Accioli de. *Guia do Emigrante para o Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1884, p. 9.

¹³⁸ *Ibidem*.

Desse modo, as construções que integravam o complexo da Hospedaria da Ilha das Flores produziram um determinado discurso sobre a imigração no Brasil, no qual conferiu ao governo brasileiro um papel de destaque enquanto promotor das políticas imigratórias. Se por um lado a Hospedaria atestou a importância que a imigração teve para o país, por outro cada detalhe do complexo tornou visível o papel do Estado Nacional na sua construção e na construção de uma nova nação através das políticas imigratórias.

2.5 Os Livros de Registro de Imigrantes

A Hospedaria da Ilha das Flores propiciou ao Estado um maior controle sobre os imigrantes que entraram no Brasil pelo Porto do Rio de Janeiro. No acervo do Arquivo Nacional encontram-se os livros de registros dos imigrantes alojados na Hospedaria da Ilha das Flores entre os anos de 1883 a 1932. Esses livros têm no seu conteúdo as seguintes informações: procedência, nome do navio, data de entrada, número de ordem, nome, idade, estado civil, nacionalidade, profissão, destino e data de saída. Tais informações foram reunidas em um banco de dados, que permitiu a sistematização de conteúdos expressas nas tabelas contempladas nesse trabalho.

A tabela 7 mostra que, diferente do que ocorreu ao longo do período colonial, o número de imigrantes italianos superou o de portugueses. Esses dados evidenciam que durante a segunda metade do século XIX o deslocamento da população europeia adquiriu um novo sentido.

Tabela 7 - Nacionalidade dos imigrantes que passaram pela Ilha das Flores (1883-1887)

Nacionalidade	1883	1884	1885	1886	1887
Italianos	4.668	4.165	7.664	8.617	14.639
Portugueses	1.084	2.206	1.397	1.407	2.237
Alemães	636	661	581	1.378	621
Austríacos	947	456	326	230	240
Polacos	0	321	240	213	0
Espanhóis	78	268	209	355	574
Franceses	26	29	101	84	135
Belgas	0	1	2	66	159
Suíços	11	7	36	12	116
Ingleses	9	0	2	6	19
Holandeses	0	3	0	9	3
Suecos	2	0	17	42	12
Dinamarqueses	0	2	0	8	1
Noruegueses	0	0	2	0	0
Irlandeses	0	0	0	1	0
Russos	0	1	16	22	6
Outros	1	18	4	24	6
Total:	7.464	8.138	10.597	12.474	18.768

Fonte: Livros de Registros de Imigrantes da Hospedaria da Ilha das Flores. 1883 – 1887.

A tabela 8 demonstra que, entre 1883 e 1887, diferenciaram-se dois tipos de imigrantes. Um constituído por jovens solteiros ligados a certos setores do mercado de trabalho urbano, como o pequeno comércio e a construção civil. Outro, formado pela grande maioria, composto por jovens ou família de agricultores habituados ao trabalho no meio rural, geralmente ocupado por indivíduos sem qualificação profissional. Este segundo grupo esteve de acordo com o sistema implantado que optava preferencialmente pela introdução de europeus em unidades familiares, permitindo ao colono, através da cooperação da unidade familiar, um melhor aproveitamento das oportunidades de ganho. Enquanto aos cafeicultores possibilitava obter um suprimento de trabalho complementar barato, fornecido pela mão-de-obra feminina e infantil.

Tabela 8 - Profissão dos imigrantes que passaram pela Ilha das Flores (1883-1887)

Profissão	1883	1884	1885	1886	1887
Agricultores	3.668	282	---	8.604	17.364
Trabalhadores ¹³⁹	3.018	7.780	10.560	2.438	3
Domésticas	411	34	14	213	30
Sapateiros	52	3	2	215	245
Pedreiros	60	6	---	140	233
Carpinteiros	45	3	---	115	192
Ferreiros	15	1	---	75	93
Negociantes	17	3	3	69	78
Alfaiates	27	1	2	64	40
Mineiros	11	---	---	30	39
Padeiros	---	---	---	41	38
Marceneiros	1	2	---	27	30
Caixeiros	8	1	---	23	22
Costureiras	3	---	---	42	9
Carteiros	4	4	---	25	18
Marinheiros	10	1	---	27	8
Criados	4	---	---	23	18
Jardineiros	6	---	---	16	22
Pintores	1	1	1	13	23
Serradores	9	1	---	18	11
Mecânicos	2	---	---	18	16
Cozinheiros	6	---	---	11	15
Barbeiros	4	---	---	9	18
Proprietários	2	8	---	14	---
Fabricantes	3	---	---	14	6
Artistas	4	---	---	1	17
Oleiros	2	---	---	16	4
Professores	2	---	1	9	8

¹³⁹ Hobsbawm aponta que no ano de 1773 a Enciclopédia de Economia Doméstica e Agrícola, de Kriiniz, sequer mencionava a palavra “trabalhador”, o que mostra a insignificância de uma classe trabalhadora rural. No entanto, em 1849, essa situação havia se alterado. Cf. HOBBSAWM, Eric. *A era das revoluções, 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

Outros	69	7	14	164	168
Total:	7.464	8.138	10.597	12.474	18.768

Fonte: Livros de Registros de Imigrantes da Hospedaria da Ilha das Flores. 1883 – 1887.

Uma das principais características dos imigrantes refere-se ao estado civil, conhecido por meio da análise da Tabela 9. Revela-se a predominância de solteiros, o que deve ser relacionado ao perfil etário dessa amostra, que expressa a grande incidência de jovens e crianças, conforme demonstra a Tabela 10.

Tabela 9 – Estado Civil dos imigrantes que passaram pela Ilha das Flores (1883-1887)

Estado civil	1883	1884	1885	1886	1887
Solteiros	4.160	4.598	5.924	10.597	10.260
Casados	3.084	3.336	4.456	5.307	7.964
Viúvos	220	204	217	291	544
Total:	7.464	8.138	10.597	12.474	18.768

Fonte: Livros de Registros de Imigrantes da Hospedaria da Ilha das Flores. 1883 – 1887.

Tabela 10 – Faixa etária dos imigrantes que passaram pela Ilha das Flores (1883-1887)

Faixa Etária	1883	1884	1885	1886	1887
0 – 5 anos	727	949	1.114	1.389	1.831
6 – 10 anos	489	679	798	902	1.234
11 – 15 anos	434	618	746	878	993
16 – 20 anos	1.802	660	2.034	2.113	2.486
21 – 30 anos	1.928	2.482	2.605	2.845	7.790
31 – 40 anos	1.086	1.521	1.827	2.863	2.389
41 – 50 anos	586	737	968	1.048	1.558
Maiores de 50	412	492	505	436	572
Total:	7.464	8.138	10.597	12.474	18.768

Fonte: Livros de Registros de Imigrantes da Hospedaria da Ilha das Flores. 1883 – 1887.

A Tabela 11 contempla os principais destinos dos imigrantes. Na tabela constam apenas os registros que apontam mais de 20 repetições. O domínio do idioma conferia uma maior autonomia na condução de seu destino. Observa-se que o engajamento como agricultor na fazenda de café não consistia a única alternativa, pois grande parte dos imigrantes alojados

na Hospedaria da Ilha das Flores se dirigiu para a região sul, localidade com grande incidência de núcleos coloniais.

Tabela 11 – Destino dos imigrantes que passaram pela Ilha das Flores (1883-1885)

Destino	1883	1884	1885
Porto Alegre	2.628	2.099	2.867
São Paulo	2.286	3.208	4.102
Laguna	298	172	336
Cruzeiro	290	58	79
Pelotas	269	209	299
Corte	262	231	308
Rio Grande do Sul	167	160	183
Antonina	114	370	245
Benevento	80	18	27
Carandaí	72	80	64
Santa Catarina	61	13	42
Recreio	56	13	18
Santos	50	74	63
Juiz de Fora	47	33	59
Queluz	41	13	31
Paraná	39	---	55
Porto Novo	34	68	84
Campinas	27	---	47
Porto Novo do Cunha	27	---	---
Barra de Piraí	26	37	59
Itajaí	26	70	82
Campos	25	82	108
Desengano	25	65	79
Serraria	25	52	60
Belém	24	5	8
Curitiba	24	---	23
Vitória	22	19	34
Outros	419	989	1.235
Total:	7.464	8.138	10.597

Fonte: Livros de Registros de Imigrantes da Hospedaria da Ilha das Flores. 1883 – 1887.

A análise dos dados apresentados permite perceber que o fluxo imigratório esteve de acordo com os interesses do governo imperial, isto é, famílias de agricultores europeus destinadas a povoar e colonizar as regiões onde houvesse um vazio demográfico. Desse modo, o perfil dos imigrantes alojados na Hospedaria da Ilha das Flores demonstra o papel do Estado enquanto promotor das políticas imigratórias.

3 “ILHA DAS FLORES OU DE HORRORES?”

3.1 Novos rumos das políticas imigratórias

Em 1889, iniciou-se no Brasil o período republicano. De acordo com Lessa, a Primeira República foi marcada por conflitos e tensões, devido à instabilidade política relativa à construção de um novo Estado¹⁴⁰. Naquele momento, os proprietários de terras e as oligarquias estaduais se manifestavam contra o predomínio militar que prevaleceu até o ano de 1894. Posteriormente, as diversas facções oligárquicas buscaram ganhar cada vez mais espaço e predominância no processo de formação deste Estado. Essas disputas tiveram forte influência sobre a política imigratória brasileira, pois, segundo Maria Teresa Petrone, essa política oscilou “dependendo de quem estava no poder e quem maior pressão exercia sobre o aparato político-administrativo”¹⁴¹.

O primeiro decreto do governo republicano estabeleceu que o Brasil deveria se tornar uma República Federativa, na qual as antigas Províncias dariam lugar aos novos Estados, formando os Estados Unidos do Brasil. De acordo com Iotti, a partir de então teve fim o empreendimento colonial dirigido pelo governo central, pois, gradativamente, a União transferiu para os Estados e, sobretudo, para o setor privado a organização dos negócios ligados à imigração e à colonização¹⁴². Este processo de transferência se iniciou durante o governo provisório, quando foram publicados diversos atos legislativos sobre esta questão, dentre eles destaca-se o Decreto n. 528, de 28 de junho de 1890, conhecido como Lei Glicério.

Em 1890, ao prestar contas das ações empreendidas pela sua pasta no decorrer do ano anterior, o ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Francisco Glicério, afirmou que

na grande maioria dos casos o imigrante recém-chegado carece de ser guiado nos seus primeiros passos quase pela mão. [...] Daqui a necessidade, a que procurei

¹⁴⁰ LESSA, Renato. “A Invenção da República do Brasil: Da Aventura à Rotina”. In: CARVALHO, Maria Alice Resende de (Org.). *República do Catete*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001.

¹⁴¹ PETRONE, Maria Thereza. “Política imigratória e interesses econômicos (1824-1930)”. *Atti del Congresso euro-brasiliano sulle migrazioni*. Roma: Centro Studi Emigrazione, 1987, p. 263.

¹⁴² IOTTI, Luiza. “Imigração e Colonização”. *Justiça e História*. Porto Alegre, v. 2, p. 12, 2003.

atender com particular empenho, de manter serviços bem organizados e fundar outros para recepção, agasalho e transporte dos imigrantes para os pontos a que se destinam, bem como de a todos facilitar aquisição de terras, medidas e demarcadas, em núcleos constituídos de maneira que lhes ofereçam condições aceitáveis de vida, sejam fundados pelo Estado e diretamente administrado por agentes seus, sejam estabelecidos por particulares ou empresas, com regime previamente estipulado a que devam conformar-se os concessionários para que hajam direito aos favores prometidos¹⁴³.

Percebe-se, portanto, que apesar de dar continuidade à política imperial, mantendo alguns auxílios e recursos dos cofres públicos para introdução e localização de imigrantes no país, o ministro já acenava para uma política de imigração e colonização voltada para a ação de empresas particulares. A Lei Glicério atuou justamente na regularização desses serviços, traçando um amplo programa de imigração e colonização que previa a participação de setores privados, conforme demonstra o trecho a seguir:

Os proprietários agrícolas, assim como os bancos, companhias ou particulares proprietários de núcleos, que desejarem receber imigrantes, deverão apresentar a Inspeção Geral de Terras e Colonização o respectivo pedido, declarando o número de indivíduos ou de famílias que desejarem, a respectiva nacionalidade, e bem assim as vantagens que lhes oferecem, conforme a espécie do serviço que for indicada. Uma cópia deste pedido será enviada ao contratante do transporte, o qual a fará verter para o idioma do país a que pertencerem os imigrantes solicitados, sendo indicado na competente moeda o valor do salário oferecido¹⁴⁴.

Outra medida adotada ainda durante o governo provisório foi a reorganização da Inspeção Geral de Terras e Colonização, através do Decreto n. 603, de 26 de julho de 1890. O ato legislativo determinou que a Inspeção Geral seria composta pela Repartição Central de Terras e Colonização, com sede na Capital Federal; e pelas delegacias, agências de imigração e colonização, além das comissões técnicas, criadas em diversos Estados da União¹⁴⁵. Ademais, o referido decreto traçou os requisitos para a criação das delegacias e agências da seguinte forma:

Nos Estados para onde se dirigir a corrente de imigração estrangeira e que tiverem núcleos coloniais, assim como naqueles em que houverem terras devolutas que devem ser medidas e demarcadas, poderão ser criadas delegacias da Inspeção Geral de Terras e Colonização, as quais competirão a direção e fiscalização de todo o

¹⁴³ GLICÉRIO, Francisco. *Relatório apresentado ao chefe do Governo Provisório pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890, p. 78.

¹⁴⁴ IOTTI, Luíza (Org.). *Imigração e colonização: legislação de 1747-1915*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul / Caxias do Sul: EDUCS, 2001, p. 452.

¹⁴⁵ *Ibidem*, p. 460.

serviço respectivo [...]. Nas localidades para onde se dirigir crescido número de imigrantes serão criadas agências de imigração e colonização, às quais incumbe recebê-los, dirigi-los e localizá-los do melhor modo, observando as instruções que lhes forem expedidas¹⁴⁶.

Na prática, os dois atos legislativos contribuíram para a redução dos encargos da União ao descentralizar os serviços de introdução de imigrantes e povoamento do solo com trabalhadores estrangeiros. Tais medidas tornaram-se possíveis, pois, nas palavras do ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Antão Gonçalves de Faria,

ao iniciar-se no país a propaganda em favor da imigração, aos poderes públicos cabia intervir diretamente e mesmo dirigir todo o serviço relativo ao assunto, pois o espírito e rotina e a falta de iniciativa dos particulares e das províncias constituíam de fato sérios embaraços a importação do elemento estrangeiro, posteriormente tornou-se perfeitamente dispensável a manutenção do serviço oficial, e hoje, estou convencido, a ação direta e exclusiva do Governo, senão for subordinada a moldes diferentes, trará sem dúvida futura dificuldades, quer sob o ponto de vista dos nossos interesses econômicos, quer ainda com relação aos de ordem social¹⁴⁷.

A constituição de 1891 confirmou a posição do governo republicano ao transferir “os próprios nacionais, que não forem necessários para serviço da União [...] ao domínio dos Estados, em cujo território estiverem situados”¹⁴⁸. A partir daquele momento, as unidades da federação passaram a ter maior liberdade de ação nas questões relativas à imigração e à colonização. Segundo Iotti, esse posicionamento do governo republicano refletiu a atuação dos federalistas, mas, refletiu, também, “a pressão dos cafeicultores paulistas e de seus interesses em drenar para seu estado a maior parte da corrente imigratória”¹⁴⁹.

A recepção de imigrantes fez parte dos temas tratados pela política imigratória brasileira e, assim como esta, sofreu modificações ao longo dos anos. Após a Proclamação da República, as hospedarias de imigrantes da Capital Federal e dos municípios adjacentes foram subordinadas a Repartição Central, enquanto as dos demais estados ficaram sob responsabilidade dos delegados e agentes da imigração e colonização. Nesse contexto, surgiram novas hospedarias em diversos pontos do Brasil, como, por exemplo, a Hospedaria

¹⁴⁶ IOTTI, Luíza (Org.). *Imigração e colonização: legislação de 1747-1915*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul / Caxias do Sul: EDUCS, 2001, p. 466.

¹⁴⁷ FARIA, Antão Gonçalves de. *Relatório apresentado ao Vice-Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892, p. 25.

¹⁴⁸ IOTTI, op. cit., nota 146, p. 470.

¹⁴⁹ IOTTI, Luíza. “Imigração e Colonização”. *Justiça e História*. Porto Alegre, v. 2, p. 13, 2003.

do Cristal, localizada no estado do Rio Grande do Sul¹⁵⁰. Consequentemente, com a descentralização dos serviços de recepção, o fluxo de imigrantes da Hospedaria da Ilha das Flores diminuiu, levando a instituição a perder a importância que tinha na década anterior.

3.2 A Hospedaria da Ilha das Flores nas páginas dos jornais

Durante a década de 1880, o governo imperial gastou significativas somas para a manutenção da Hospedaria da Ilha das Flores, apostando no êxito da política imigrante e na importância da hospedaria para a sua efetivação. Na década seguinte, o governo republicano delegou aos Estados a responsabilidade de promover a imigração, bem como de receber e alojar os seus respectivos imigrantes. Por conseguinte, os gastos da União com a manutenção da Hospedaria da Ilha das Flores diminuíram drasticamente. Nesse mesmo período, a instituição passou a estampar as páginas de jornais, como *O Paiz* que denunciou a precariedade com que os imigrantes eram recebidos na instituição¹⁵¹.

O Paiz foi um jornal diário de grande circulação entre os anos de 1884 e 1934, chegando a ter edições com tiragens de mais de 60 mil exemplares¹⁵². Isso explica porque o seu cabeçalho ostentava o slogan: “*O Paiz* é a folha de maior tiragem e de maior circulação na América do Sul”. Assim, pode-se considerar que o referido periódico foi um dos principais formadores de opinião da sociedade brasileira, entre o fim do século XIX e o começo do século XX. Durante esse período, *O Paiz* se consolidou como um dos jornais de maior

¹⁵⁰ Ver UCOSKI, Gabriela. *História e aspectos do cotidiano da hospedaria de imigrantes do Cristal Porto Alegre (1890-1898)*. 2014. Dissertação (Mestrado) - PUC-RS, Porto Alegre, 2014.

¹⁵¹ Vale ressaltar a afirmativa de Hebe Mattos, na qual menciona que “os jornais de época, como os de hoje, refletem, na escolha e tratamento das notícias, posicionamentos específicos e múltiplos, constroem versões nem sempre unívocas e de difícil tratamento metodológico”. Cardoso e Vainfas complementam a citação de Mattos ao garantir que “um documento é sempre portador de um discurso e que, assim considerado, não pode ser visto como algo transparente”. Cabe, portanto, relacionar os jornais utilizados nessa pesquisa com o contexto da época a fim de buscar nexos entre as ideias contidas no documento, as formas pela qual elas se expressam e o conjunto de determinações que levaram ao seu acontecimento. Cf. MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista, Brasil - Século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. “História e Análise de Textos”. In: _____. *Domínios da História: Ensaio de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997, p. 539.

¹⁵² Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/artigos/o-paiz>>. Acesso em: 09 nov. 2014.

influência na vida política nacional, atuando como um importante órgão governista da República Velha¹⁵³.

Apesar do seu posicionamento a favor da República, *O Paiz* nem sempre apoiou os governantes republicanos. No governo de Floriano Peixoto, por exemplo, o redator chefe, Quintino Bocaiúva, escreveu regularmente no jornal incentivando uma campanha pela realização de eleições presidenciais, contra a prorrogação do mandato do “Marechal de Ferro”. No entanto, no começo do primeiro governo civil da República, comandado por Prudente de Moraes, Bocaiúva reconduziu o diário ao florianismo, reconciliando-se com o grupo político ligado ao ex-presidente. Tal posição se justifica pela oposição do grupo que dirigia o jornal frente à política de pacificação do Rio Grande do Sul, conduzida pelo governo Prudente de Moraes.

Desse modo, a partir do ano de 1896, *O Paiz* publicou uma série de notas finas e irônicas sobre a situação da Hospedaria da Ilha das Flores, conforme demonstra a matéria a seguir:

Sabemos que se acham alojados na Hospedaria da Ilha das Flores dois mil e tantos imigrantes e que são esperados por estes dias próximos mais mil.

Na quadra epidêmica que atravessamos e conhecida a grande receptividade que têm os estrangeiros recém-chegados pela febre amarela e outras moléstias próprias dos países quentes não nos admiraríamos se tivéssemos de lamentar uma hecatombe na referida ilha. E tal seria ela que nem prover nos é dado as suas consequências, sabendo-se que na ilha das flores não existe uma estufa de desinfecção, nem um pavilhão para isolar enfermos, nem sequer acomodações para tanta gente, e finalmente nem água potável, pois esta é transportada diariamente em barris que vão d'aqui.

[...] Decididamente a ilha das flores precisa de urgentes melhoramentos, e entre estes, aqueles que se destinam a sanar as faltas que apontamos são os mais necessários, são imprescindíveis e urgentíssimos¹⁵⁴.

Alguns dias depois, jornalistas d’*O Paiz* foram visitar pessoalmente a Hospedaria da Ilha das Flores para não servir de “eco inconsciente das queixas de uns e das defesas de outros”. A visita deu origem à matéria publicada nos dias 04, 05 e 06 de março, intitulada “Cenas Horríveis”, na qual reclama a atenção das autoridades médicas a fim de prevenir uma “calamidade sem igual nos anais dos flagelos que tem assolado o Rio de Janeiro”.

O relato descreve que

¹⁵³ Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/artigos/o-paiz>>. Acesso em: 09 nov. 2014.

¹⁵⁴ *O Paiz*, 23/02/1896.

às 8 horas e 45 principiamos a distinguir vultos na ilha que nos estava pela proa. Tínhamos à vista a sua praia ocidental. Os vultos eram mulheres e rapariguinhas em longa fila por onde a vaga morre.

- Que faz ali aquela gente? Perguntamos.
- Estão lavando a roupa, respondeu-nos um empregado da ilha que ia de viagem conosco.
- Lavando roupa em agua salgada?!
- Sim, senhor; e com sabão que o governo dá.
- E com sabão? Mas não há água doce?
- A que há mal chega para se beber.
- E isto é sempre assim?
- Sempre, e cada vez pior¹⁵⁵.

A falta d'água foi um problema constante da Hospedaria. Logo nos primeiros anos de funcionamento, a crescente movimentação de imigrantes e, conseqüentemente, o aumento do consumo, tornou insuficiente a água potável que era transportada diariamente por navios. Para tentar solucionar este problema, em 1892 um plano orçamentário foi enviado ao ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas¹⁵⁶. O orçamento solicitava a instalação de tubos de ferro entre a Ilha das Flores e o Barreto, a fim de abastecer a hospedaria com a água da cidade. Porém, como demonstra a notícia d'*O Paiz*, quatro anos depois a questão da falta de água continuava sem solução.

- Que imundice revoltante é esta? Perguntamos indignados ao primeiro empregado que nos apareceu.
- Pois como pode ser senão isto, se só há água para beber, e pouca?
- Então esta gente não se lava?
- Às vezes, no mar.
- E estas roupas?
- Quanto mais lavam, mais pretas e morrinhentas ficam. É em água salgada, com sabão!
- E este chão?
- Lava-lo só com água salgada, fica sujo da mesma maneira, e mais fedorento. Esfrega-se com areia, que é sempre mudada, e põe-se ácido fênico. Nisto passava um pequeno com uma garrafa branca cheia de água turva, e ao mesmo tempo reparamos que algumas garrafas passavam de mão em mão entre os míseros imigrantes.
- Que é isto nesta garrafa?
- É água de beber.
- Em garrafas?
- É muito disputada.
- E daquela cor?
- Pois a caixa está fendida, e a maré, quando enche ou vasa, aumenta-lhe ou diminui-lhe o volume d'água. É uma porcaria.
- Mas essa água doce misturada com a do mar faz mal a esta gente.

¹⁵⁵ *O Paiz*, 04/03/1896.

¹⁵⁶ ABREU, Candido Ferreira de. "Relatório do Inspetor Geral de Terras e Colonização". In: Antônio Gonçalves de FARIA. *Relatório apresentado ao Vice-Presidente dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893, Anexo D, p. 16.

- Pois faz, sim; eles têm andado atrapalhados com diarreias, mas o administrador pede concerto para a caixa, e da inspetoria não mandam ninguém concertar.
- E as diarreias generalizam-se?
- Ainda há muitas; tem-se combatido com quilos e quilos de bismuto¹⁵⁷.

Percebe-se, portanto, que os transtornos com a falta de água avultavam ainda mais o serviço do médico cuja principal atribuição era examinar todos os imigrantes que ingressavam na hospedaria, visando impedir a entrada de doenças infecciosas. O acúmulo dos serviços médicos, próprio da rotina do estabelecimento e somado as condições sanitárias da hospedaria, representava uma ameaça à saúde pública. Por isso, os jornalistas d'*O Paiz* produziram “forte alarme diante do perigo iminente”, reclamando a atenção das corporações médicas, dos institutos de higiene e dos administradores do país.

Ademais, de acordo com a matéria, as enfermarias instaladas na Ilha das Flores não possuíam a menor estrutura para receber os doentes para lá encaminhados. A área dedicada às atividades médicas carecia de espaço, visto que os seus leitos eram insuficientes para tamanha quantidade de enfermos. A iluminação do espaço era escassa, tal como a sua ventilação. Faltavam ainda lençóis limpos, além de camisolas para os pacientes. Por último, mas nem por isso menos importante, apenas uma enfermeira atuava naquele local.

Em uma sala estreita e mal iluminada, várias mulheres enfermas ocupavam leitos de ferro. Deficientíssima a cubagem do ar, era desagradável para o olfato a nossa permanência ali; entretanto, demoramo-nos para ver que essas mulheres em tratamento, deitadas, sob os lençóis, mantinham sobre o corpo a pesada, suja e grossa roupa que há três meses besuntam com o próprio suor, a poeira a espurcícia dos lugares por onde se roçam. [...]

- Que doença têm estas mulheres?

- Estas estão convalescendo. São Mulheres que deram à luz. [...]

Ao lado, os filhinhos envoltos em panos, medidos em verdadeiras bolsas, segundo os costumes do oriente da Europa. [...]

Em outra sala contígua estavam quatro parturientes já desembaraçadas, mas ainda sob os cuidados médicos. Nesta, como naquela enfermaria, notava-se uma temperatura altíssima, assoalhos negros, paredes imundas, a mais absoluta falta de higiene, quanto mais de conforto.

Passamo-nos para a terceira enfermaria, a das crianças, [...] encontramos ali oito leitos, e nesses oito leitos... doze crianças!

Havia, pois, quatro com dois enfermos em cada um! Dessas pobres criaturinhas o rosto denunciava a fraca erupção do sarampo. Estavam prostrados pela febre, impertinentes, respirando um ar confinado, com os leitos a palmo e meio de distância uns dos outros, quando a boa higiene exige que se guarde pelo menos a distância de metro e meio. [...]

Aqueles pobrezinhos vestiam ainda as pesadas e infectas roupas com que se rolavam no mato e no alojamento. Os lençóis encardidos enrodilhavam-se com os movimentos dos mais irrequietos, deixando ver colchões riscadinhos de azul, manchados de amarelo pelas dejeções, já secas, de outros que ali sofreram e se curaram ou morreram.

¹⁵⁷ *O Paiz*, 04/03/1896.

Vimos em torno dos leitos mulheres carinhosas que afagavam os doentinhos. Eram as suas próprias mães, chamadas a prestar serviços de enfermeiras, por não poder acudir a todo o hospital uma única senhora contratada para esse ofício¹⁵⁸.

Outro problema era que na Ilha das Flores não existia enfermaria de isolamento, colocando em risco os pacientes acometidos por outras doenças ao misturá-los com os que haviam contraído doenças contagiosas, aumentando ainda mais a probabilidade de irromper uma epidemia.

No que se refere aos alojamentos, foram encontrados problemas semelhantes aos das enfermarias, como a falta de asseio, de iluminação, de ventilação e de objetos indispensáveis ao bom funcionamento da hospedaria.

Imagine-se um vasto recinto em quadro, telha vã, caibros à vista, paredes de tábuas, sem janelas e só rodeado de portas; esse recinto recoberto de tarimbas; e essas tarimbas recamadas de centenas de homens, de mulheres, de crianças, uns deitados, outros sentados, uns falando, outros chorando, todos imundos e imundas, repelente e fétida a roupa que vestem, os sacos, as trouxas, as peles, as centenas de objetos que os rodeiam servindo-lhes de colchão, de travesseiros, de repositório dos seus haveres mais indispensáveis¹⁵⁹.

A segunda parte da matéria publicada n' *O Paiz* continua a descrever as condições dos alojamentos, relatando as impressões obtidas com a visita feita aos outros dois dormitórios.

Penetramos n'outro alojamento. [...] Em berços feitos com tábuas de caixa de batatas, em jirais de jacás forrados de molambos, em imundas e guedelhudas peles de carneiro, antros microbianos, dormem, choram ou traquinam crianças louras que a brotoeja tortura e a muquirana persegue. Nuvens de moscas esvoaçam por cima de todas essas criaturas, disputando a farta nutrição que lhes dá tamanha porcaria. Ainda outro alojamento descobrimos mais adiante. Esse terceiro nem ao menos possui tarimbas; ali os imigrantes dormem a lastro¹⁶⁰.

Os problemas se espalhavam por todas as partes. Latrinas entupidas e sem higiene afastavam os imigrantes, que preferiam utilizar outros espaços da ilha para as suas necessidades físicas.

Começamos a ver, pelo chão, aqui, ali, acolá, mais além, ao longo das paredes, junto das árvores, beirando o mato, dejeções humanas, in magna quantidade. Chamamos um servente e perguntamos-lhe a explicação de tamanho abuso.

¹⁵⁸ *O Paiz*, 05/03/1896.

¹⁵⁹ *O Paiz*, 04/03/1896.

¹⁶⁰ *O Paiz*, 05/03/1896.

- Isto é uma coisa irremediável, senhor, não há vigilância possível, disse-nos ele. Os imigrantes não querem ir as latrinas e fazem as suas necessidades por toda a parte, zombando de todos os esforços para trazer isto limpo. [...]
- Mas por que não querem eles ir as latrinas? Perguntamos nós.
- Porque ficam muito longe e porque lá dentro morre-se asfixiado: não há água¹⁶¹.

Havia dejetos próximos à cozinha e ao refeitório, aumentando ainda mais as péssimas condições do local. Para completar o cenário de abandono, os imigrantes que ajudavam o cozinheiro não possuíam avental, valendo-se de suas próprias vestes, sujas e esfarrapadas, para realizar os serviços aos quais se destinavam. As citações abaixo nos permitem observar que a cozinha e o refeitório da hospedaria eram tão repugnantes quanto os demais ambientes da ilha.

Ao redor de uma grande tábua agitavam-se oito polacos, de vestes repelentes, manuseando e reduzindo a pequenos pedacinhos a carne que devia ser guisada. [...] Aquela carne, à matroca por cima de uma mesa ensebada, e por entre mãos de gente repugnante, só poderia alegrar famintos. Assim, sem ser lavada, ia para dentro dos caldeirões, donde é tirada com pás para os tachos que a levam ao refeitório¹⁶². Neste refeitório não há, mesmo, nada que seduza o paladar, antes o apetite é contrariado pelo cheiro forte do ácido fénico espalhado sobre a areia que recama o assoalho imundo. Muitos mesmo não comem ali, carregam para o alojamento n'um prato particular o quitute que lhes pertence¹⁶³.

Em seu relato, os jornalistas d'*O Paiz* acrescentam que, como se não bastasse o descaso com as dependências da hospedaria, a má administração se estendia ao transporte dos imigrantes. As lanchas da Inspetoria Geral de Terras e Colonização, utilizadas para locomover os estrangeiros que chegavam e saíam da Ilha das Flores estavam sem uso por falta de conserto. Desse modo, para realizar o movimento marítimo diário, a inspetoria recorria a embarcações alugadas, mesmo possuindo três lanchas com três mestres, três maquinistas, três foguistas, três carvoeiros e seis marinheiros.

A última publicação, que encerra a matéria sobre o estado da Hospedaria da Ilha das Flores, ressalta que a referida instituição é o lugar onde “esses homens [imigrantes] recebem a primeira impressão do país onde vem buscar o trabalho e o bem-estar que a pátria lhes recusa”. Para os jornalistas d'*O Paiz*,

quem acolhe imigrantes por este processo perde o direito de atribuir a maquinações dos nossos adversários a propaganda que em certas regiões europeias se faz contra o

¹⁶¹ *O Paiz*, 05/03/1896.

¹⁶² *Ibidem*.

¹⁶³ *O Paiz*, 06/03/1896.

nosso país, indicando-o aos que querem deixar a pátria como o menos próprio para dar o bem-estar e a prosperidade que eles desejam¹⁶⁴.

Com base no trecho acima podemos afirmar que os imigrantes não estavam simplesmente condicionados a estruturação da economia mundial. Ou seja, o movimento migratório que marcou o final do século XIX e início do século XX não ocorreu exclusivamente em virtude de mudanças econômicas. Apesar de todas as dificuldades em seus países de origem, os imigrantes possuíam um leque de escolhas e possibilidades. Entre as muitas opções disponíveis estava a escolha do país de destino. A citação demonstra que a circulação de informações sobre o tratamento prestado aos imigrantes recebidos na Hospedaria da Ilha das Flores contribuía para afastar a imigração para o Brasil, levando a maioria dos europeus a preferir outros destinos, como os Estados Unidos e a Argentina.

Pode-se concluir, portanto, que os imigrantes foram sujeitos históricos capazes de perseguir seus objetivos e mobilizar para tais fins os recursos que possuíam a sua disposição, incluindo as informações as quais tinham acesso. Nesse sentido, seguimos o pressuposto de Giovanni Levi, no qual afirma que “nenhum sistema normativo é, de fato, suficientemente estruturado para eliminar todas as possibilidades de escolha consciente, de manipulação ou de interpretação das regras”¹⁶⁵. Entretanto, Levi também defende que é necessário realizar uma reflexão sobre a relação entre grupo e indivíduo, normas e práticas, determinismo e liberdade, ou ainda entre racionalidade absoluta e racionalidade limitada, pois a autonomia de um sujeito não é incondicional, mas constantemente restrita por sistemas gerais de normas¹⁶⁶.

Assim, as condições econômicas aliadas à disponibilidade de informações, facilitada pelo desenvolvimento tecnológico e pelas relações sociais mantidas entre os polos envolvidos, resultaram em um grande movimento migratório. O governo brasileiro procurou atrair parte desses emigrantes, promovendo campanhas publicitárias sobre os favores concedidos aos europeus que desejassem se fixar no Brasil. Entre os favores destacava-se o direito a hospedagem gratuita, durante os primeiros dias em território brasileiro. Nesse contexto, a Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores tornou-se um importante instrumento para o êxito da política imigrantista. Mas, como pôde se verificar nas matérias citadas, na década de 1890,

¹⁶⁴ *O Paiz*, 06/03/1896.

¹⁶⁵ LEVI, Giovanni. “Usos da biografia”. In: FERREIRA, Marieta & AMADO, Janaína. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p. 180.

¹⁶⁶ *Ibidem*, p. 179.

o poder central abriu mão da imagem da Hospedaria da Ilha das Flores como meio de propaganda para atrair novos imigrantes.

3.3 A reestruturação das políticas imigratórias

Em 1907 as políticas imigratórias e, conseqüentemente, a Hospedaria da Ilha das Flores, passaram por uma completa reestruturação, pois, com exceção de São Paulo, nenhum estado obteve condições para manter a imigração subvencionada.

Na tabela abaixo pode-se observar o número de imigrantes ingressos no Brasil entre os anos de 1891 e 1896. Em sua grande maioria, esses números se referem a movimentação dos portos do Rio de Janeiro e de Santos, pois o Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas e, posteriormente, o Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas não tinham conhecimento sobre a quantidade de estrangeiros entrados por outros portos brasileiros.

Tabela 12 – Imigrantes ingressos no Brasil, no Porto do Rio de Janeiro e na Hospedaria da Ilha das Flores (1891-1906)

Ano	Brasil	Rio de Janeiro	Ilha das Flores
1891	218.939	191.151	63.829
1892	86.213	54.509	19.088
1893	123.926	48.948	18.311
1894	63.294	33.733	7.527
1895	164.371	91.778	25.832
1896	158.129	99.550	32.567
1897	---	44.255	1.581
1898	---	27.650	1.570
1899	---	20.020	3.576
1900	---	13.801	3.654
1901	---	13.324	3.979
1902	---	14.358	3.287
1903	---	14.950	2.719
1904	---	19.914	6.973

1905	---	23.017	3.725
1906	---	---	4.989

Fonte: Relatórios Ministeriais. 1891-1906.

Percebe-se que, apesar das oscilações, houve uma redução gradual no número de entrada de imigrantes no território brasileiro, sobretudo no que se refere ao Porto do Rio de Janeiro. Apenas em 1895 e 1896 houve um número satisfatório, em virtude do contrato firmado entre a União e a Companhia Metropolitana, que previa a introdução de um milhão de imigrantes ao longo de dez anos¹⁶⁷. O contrato, firmado no ano de 1892 só começou a ser cumprido em 1895, levando a União a reincidi-lo pela lei n. 360, de 30 de dezembro de 1895. Assim, em 05 de setembro de 1896, cessou o ingresso de imigrantes à custa do governo federal, que passou a se responsabilizar apenas pela recepção dos imigrantes espontâneos.

As estatísticas sobre o ingresso de imigrantes no Brasil só não apresentaram um pior resultado, pois o estado de São Paulo, favorecido pelos rendimentos provenientes da economia cafeeira, possuía recursos para manter a imigração subsidiada. O mesmo não ocorreu com os demais estados que, sem o auxílio da União, não puderam arcar com os subsídios da imigração.

Diante das dificuldades dos demais estados em promover a imigração, o governo central passou a intervir novamente nos assuntos referentes a esta questão, após a promulgação do decreto n. 6.455, de 19 de abril de 1907, que aprovou as bases regulamentares para o serviço de povoamento do solo nacional. No artigo 1º do referido decreto ficou estabelecido que

o serviço de povoamento do solo nacional será promovido pela União, mediante acordo com os Governos Estaduais, empresas de viação férrea ou fluvial, companhias ou associações outras, e particulares, observadas as garantias necessárias à sua regularidade¹⁶⁸.

A fundação de núcleos coloniais sob a administração da União e auxílio do Estado ocorria após o governo central escolher a localidade mais apropriada para tal finalidade. Se as terras fossem devolutas ou de propriedade do Estado, o governo federal deveria entrar em

¹⁶⁷ SOUZA, Antônio Francisco de Paula. *Relatório apresentado ao vice-presidente da república dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro de Estado dos Negócios da Indústria, Viação e Obras Públicas*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893.

¹⁶⁸ IOTTI, Luíza. *Imigração e colonização: legislação de 1747-1915*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul; Caxias do Sul: EDUCS, 2001, p. 496.

acordo com o governo do estado a fim de lhe ser cedida a área precisa para a formação do núcleo. Depois de medidos e demarcados, os lotes eram vendidos aos imigrantes, mediante pagamento à vista ou a prazo, sendo o produto da venda pertencente à União.

Ademais, de acordo com o decreto, a União se responsabilizava pela introdução de imigrantes que, sendo agricultores e acompanhados de família, desejassem se fixar nos lotes dos núcleos coloniais. A introdução de imigrantes, por conta da União, deveria ser efetuada por companhias de navegação ou por armadores, autorizados pelos dirigentes do governo federal mediante o estabelecimento de contrato. Sobre os imigrantes espontâneos, o decreto prevê que

enquanto não se tornar suficientemente abundante e crescente a entrada de imigrantes espontâneos no país, a União fornecerá gratuitamente – sem que os beneficiados tenham de indenizar o Governo ou quem quer que seja – aos estrangeiros que exerçam a profissão de agricultores e cheguem acompanhados de suas famílias, ou a chamado das mesmas¹⁶⁹.

A União também se comprometeu em introduzir imigrantes que, sob o patrocínio dos Estados, fossem localizados, como proprietários, em núcleos que os governos estaduais resolvessem fundar por conta própria, ou por contrato com proprietários de terras. A todos esses imigrantes eram garantidos os serviços de desembarque, recepção, hospedagem, alimentação, tratamento médico e medicamentos, no caso de doença, pelo tempo necessário, até seguirem para a localidade de sua escolha, conforme determinava os artigos 117, 118 e 119.

Art. 117. Os serviços de recepção, desembarque, hospedagem, sustento e expedição dos imigrantes serão efetuados por conta da União, no Porto do Rio de Janeiro.

Art. 118. Nos portos estaduais, os serviços de que trata o artigo antecedente ficarão a cargo do Estado interessado, podendo a União concorrer com os auxílios indicados neste capítulo, mediante mútuo acordo.

Art. 119. A União auxiliará os Estados nas despesas de recepção, desembarque, hospedagem e sustento, se os imigrantes tiverem sido introduzidos por conta do Governo Federal, ou se forem espontâneos, achando-se nas condições previstas nestas bases¹⁷⁰.

Segundo o decreto, cabia, ainda, a União o transporte dos imigrantes espontâneos ou introduzidos à custa do governo federal até o seu destino final, fosse por vias férreas, marítimas ou fluviais. O decreto destacava que todos esses serviços – desde o desembarque

¹⁶⁹ IOTTI, Luíza. *Imigração e colonização: legislação de 1747-1915*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul; Caxias do Sul: EDUCS, 2001, p. 509.

¹⁷⁰ *Ibidem*, p. 511.

até o destino final – “merecem assíduos cuidados da administração pública, sendo eles sempre cercados de todo o desvelo e atenção”¹⁷¹.

Por último, o decreto determinava que o governo federal deveria empregar todos os esforços necessários para tornar conhecidas no exterior “as vantagens naturais, a multiplicidade de recursos e a facilidade de vida que o Brasil oferece aos indivíduos laboriosos que queiram empregar a atividade em qualquer ponto do seu território”¹⁷².

No mês seguinte, foi criada, pelo decreto n. 6.449, de 16 de maio de 1907, a Diretoria Geral do Serviço de Povoamento. A referida repartição se encarregou de realizar e inspecionar todos os trabalhos referentes aos serviços de imigração e colonização, promovidos ou auxiliados pelo governo federal. Competia-lhe especialmente:

- I. Promover a introdução de imigrantes por iniciativa ou por conta do Governo Federal e superintender os serviços de recepção, desembarque, hospedagem, e expedição dos mesmos.
- II. Efetuar o registro ou matrícula dos imigrantes recebidos por iniciativa ou por conta do Governo Federal, e dos espontâneos, que constarem das notas fornecidas pelas companhias de navegação, com indicação de nome, estado, idade, nacionalidade, profissão, dia da chegada, destino que tomarem, e nome dos vapores que os tiverem transportado.
- III. Prover o estabelecimento imediato dos imigrantes espontâneos recém-chegados, que necessitem o patrocínio da administração pública, e daqueles que forem introduzidos por iniciativa ou por conta do Governo Federal [...] ¹⁷³.

A Diretoria Geral do Serviço de Povoamento foi dividida em três seções, responsáveis pela administração central, expediente e trabalhos técnicos, contabilidade e movimento migratório, respectivamente. A terceira seção coube a recepção e o desembarque dos imigrantes e das suas bagagens, além da condução dos mesmos até as hospedarias de imigrantes, onde deveriam ser prestados os esclarecimentos e as informações necessárias à fácil colocação. Desse modo, as hospedarias de imigrantes localizadas na cidade do Rio de Janeiro, ou nos municípios adjacentes, ficaram sob responsabilidade da Diretoria Geral do Serviço de Povoamento.

¹⁷¹ IOTTI, Luíza. *Imigração e colonização: legislação de 1747-1915*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul; Caxias do Sul: EDUCS, 2001, p. 512.

¹⁷² *Ibidem*, p. 513.

¹⁷³ *Ibidem*, p. 514.

3.4 A Hospedaria de Imigrantes volta a florescer

Em julho de 1907, sob a responsabilidade da Diretoria Geral do Serviço de Povoamento, a Hospedaria da Ilha das Flores passou por uma completa reestruturação a fim de prover melhor desempenho nos serviços de recepção, hospedagem, alimentação, tratamento médico e encaminhamento dos imigrantes. Embora o planejamento de obras não tenha se concretizado em sua totalidade, as intervenções alteraram profundamente a configuração da Ilha das Flores, bem como a estrutura da hospedaria.

O relatório do ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas, Miguel Calmon Du Pin e Almeida, descreve que

[A Ilha das Flores] é uma pequena Ilha com cerca de 80.000 metros quadrados. Apresenta dois morros, tendo o do Sul 12m e o do Norte 19m, no ponto mais elevado acima do nível do mar. [...] Não oferecendo a ilha senão muito limitada superfície horizontal, ou mesmo planas, [...] há necessidade de formar [...] esplanadas nas coroas dos morros e no pequeno vale que os separa, ou junto aos cais, aproveitando a estreita nesga plana próxima ao litoral. Nestas condições não sendo bastante grandes estes espaços, em parte já ocupados por edifícios que devem ser conservados, parece conveniente reservar a Ilha das Flores para os alojamentos ou pavilhões de imigrantes e suas dependências e para a residência dos empregados e edifícios da administração, transferindo o hospital geral e de isolamento, necrotério, farmácia, residência de médico e de farmacêutico para a Ilha dos Ananazes¹⁷⁴.

O hospital geral e de isolamento não chegaram a existir, nem na Ilha das Flores, nem na Ilha dos Ananazes. O necrotério, a farmácia, as residências do médico e do farmacêutico não foram transferidos para a Ilha situada em frente à Ilha das Flores, apesar da mudança prevista no planejamento de obras. Desse modo, entre os serviços citados acima, somente a terraplanagem do morro ao norte foi realizada, conforme demonstra o anexo 1, item 4. As pedras provenientes das escavações foram utilizadas para prolongar o cais da frente por toda orla do mangue, através de aterro contíguo.

O relatório do ministro continua descrevendo que

em frente as pontes de desembarque da Ilha das Flores encontram-se dois barracões e um alpendre. Num dos barracões devem ser instaladas estufas para a desinfecção de roupas e bagagens dos imigrantes, e uma lavanderia a vapor, com aproveitamento da mesma caldeira que servir aquelas; o outro que é de madeira convirá substituir por instalações mais adequadas às diversas dependências da administração, como

¹⁷⁴ ALMEIDA, Miguel Calmon Du Pin e. *Relatório apresentado ao presidente dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908, p. 1520.

escritório de recepção e registro de imigrantes, casas de vigia, depósito de bagagens pesadas e etc¹⁷⁵.

A substituição das construções em madeira não se limitou ao barracão em frente às pontes de desembarque, pois, em 1907, apenas a residência do administrador da Hospedaria estava em perfeito estado de conservação. Os demais edifícios foram demolidos ou tiveram que passar por uma ampla reforma, como o pavilhão ao sul da Ilha.

Inicialmente, o pavilhão da ala sul era uma construção em alvenaria, medindo 71m de comprimento. No ano de 1888, ergueu-se ao lado do prédio dois anexos em madeira, ampliando o seu comprimento para 84m. Durante as obras de 1907, a parte em alvenaria foi completamente reformada, enquanto a de madeira, quase em ruínas, foi posta a baixo. As tabelas em anexo, sob número 1 e 2, apontam que no lugar das construções em madeira foram construídas novas instalações, elevando o comprimento do edifício para 124m. Ao todo, o edifício passou a comportar mil imigrantes, mesmo abrigo uma grande sala central para refeitório, capaz de receber 160 indivíduos.

Outras obras estavam em execução como a construção de um prédio em frente ao pavilhão principal, anteriormente descrito¹⁷⁶. O novo edifício substituiu um barracão de madeira, composto por dois quartos, refeitório de funcionários, cozinha e despensa. Em seu lugar foram instaladas cozinha a vapor, copa, despensa, refeitório para os empregados e estufa para enxugar pratos e talheres, a fim de garantir maior rapidez no serviço da hospedaria¹⁷⁷.

O grupo de mictórios e latrinas, situados no fim da esplanada sul, também foram demolidos e removidos para a encosta do morro para serem ligados ao coletor de esgoto. A construção de uma rede regular de esgoto possibilitou o tratamento de dejetos em tanques sépticos, impedindo o seu lançamento direto para o mar. Outro pavilhão com mictórios *Beatz*, latrinas, banheiros e lavatórios foi construído, no local onde anteriormente ficava a lavanderia. Para abastecer os complexos sanitários, bem como a lavanderia e a estufa de desinfecção, foi projetada uma usina para eletrolisar a água do mar, que não chegou a ser construída.

No que se refere ao fornecimento de água, o anexo 3 demonstra que houve a substituição do encanamento que ligava a ilha ao continente, a fim de abastecer a hospedaria com a água da cidade de Niterói. Ademais, foram instalados canos ao longo do primeiro

¹⁷⁵ ALMEIDA, Miguel Calmon Du Pin e. *Relatório apresentado ao presidente dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908, p. 1521.

¹⁷⁶ *Ibidem*, p. 1522.

¹⁷⁷ *Ibidem*.

pavilhão para realizar a captação das águas pluviais, como demonstra o anexo 6. O relatório do ministro também traz informações sobre a construção de uma nova caixa d'água no morro norte, aumentando o suprimento de água para 400 mil litros¹⁷⁸.

Na ala norte foram edificadas pavilhões de cimento armado, medindo 80m de comprimento por 12m de largura, todos circundados por varandas. O projeto inicial previa a construção de quatro pavilhões, mas, conforme demonstra os anexos 4, 5 e 6, somente 3 pavilhões foram erguidos. Internamente, os edifícios possuíam 3m de altura, a fim de permitir uma maior circulação de ar e evitar determinados tipos de doenças, como o tifo. Durante a elaboração do projeto de construção, a preocupação com as condições sanitárias foi constante, pois cada um desses edifícios era capaz de alojar comodamente 500 imigrantes que ficaram acomodados lado a lado, em beliches de ferro.

As imagens abaixo retratam os pavilhões e a caixa d'água da ala norte. Atualmente, estas construções conservam um aspecto muito semelhante ao original.

Figura 4 – Alojamentos de imigrantes na Ala Norte



Fonte: Ilha das Flores. Sem data. Autor desconhecido. Coleção Leopoldino Brasil.

¹⁷⁸ ALMEIDA, Miguel Calmon Du Pin e. *Relatório apresentado ao presidente dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1910, p. 247.

Figura 5 – Caixa d’água da Hospedaria de Imigrantes



Fonte: Ilha das Flores. Sem data. Autor desconhecido. Coleção Leopoldino Brasil.

Ao Norte existia ainda um grupo de casas que servia como residência dos empregados mais qualificados. De acordo com o relatório do ministro, este grupo “não deve ser conservado, por estarem as casas, que são anti-higiênicas, baixas, úmidas e acanhadas, muito estragadas”¹⁷⁹. Para substituir essas habitações foram projetadas “quatro [...] casas modernas e de estilo apropriado ao local”¹⁸⁰. Quanto as casas de operários e empregados subalternos, construíram-se novas habitações, voltadas para a Praia do Abricó, substituindo aquelas cuja demolição foi julgada necessária.

Projetou-se também iluminação elétrica para todos os edifícios da Ilha das Flores, de modo a substituir a antiga iluminação de querosene. Outras pequenas obras foram realizadas como a reparação dos viveiros de peixes e do depósito de gênero de estiva, a reforma do almoxarifado e da residência do escriturário, além da demolição de um barracão, quase em ruínas, que servia como carpintaria e depósito de madeiras.

Segundo o ministro,

¹⁷⁹ ALMEIDA, Miguel Calmon Du Pin e. *Relatório apresentado ao presidente dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908.

¹⁸⁰ *Ibidem*.

construídos os novos barracões do morro norte, pavilhões sanitários, as casas dos empregados superiores e subalternos que devem residir na ilha, a cozinha a vapor e suas dependências, a lavanderia a vapor e a estufa de desinfecção, a rede de esgoto e iluminação elétrica, o estabelecimento para a eletrolisação da água do mar para lavagem, banhos e desinfecções, restaurado o viveiro de peixes que existe na ilha e que é uma obra importante, necessitando apenas de reparo, construída uma nova caixa d'água no morro norte em cota suficiente, aumentando o suprimento de água em pelo menos 400.000 litros e estabelecida na ponta leste da Ilha um forno para a incineração de lixo, melhoramentos que já estão estudados e orçados, ficará a ilha em condições de bem preencher os fins a que se destina¹⁸¹.

A reestruturação da Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores demonstra os esforços da Diretoria Geral do Serviço de Povoamento e, conseqüentemente, do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas em prover conforto e comodidade aos imigrantes recém-chegados, buscando, assim, promover a imagem do país e atrair um maior número de imigrantes para o Brasil. A estratégia surtiu efeito e, entre 1907 e 1914, a entrada de imigrantes no território brasileiro tornou a aumentar, diminuindo apenas em virtude da Primeira Grande Guerra.

¹⁸¹ ALMEIDA, Miguel Calmon Du Pin e. *Relatório apresentado ao presidente dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo de anos, foram produzidos inúmeros estudos sobre a temática da imigração para o Brasil. Entretanto, no que se refere às pesquisas sobre o sistema de recepção dos imigrantes, estas, ainda, são escassas. A presente dissertação buscou contribuir para o desenvolvimento dessas pesquisas, ao tomar por objeto a Hospedaria da Ilha das Flores. Nesse sentido, visando compreender os motivos que levaram a criação da referida hospedaria, empreendeu-se a análise do contexto histórico em que as hospedarias de imigrantes começaram a ser construídas e como esse processo desenvolveu-se no Brasil. Assim, verificou-se que a construção desses locais esteve diretamente ligada a *Grande Migração*, fenômeno que marcou o final do século XIX e início do século XX.

A *Grande Migração* pôde ser compreendida como um desdobramento da expansão do capitalismo, no século XIX. O crescimento industrial foi um dos responsáveis pela desarticulação da zona rural de várias formas: o cercamento dos campos, a transformação da terra em mercadoria, as inovações técnicas e tecnológicas de produção. Todas essas mudanças ocasionaram a transferência de grande parte da população agrícola para as áreas urbanas, tornando-os aptos a ingressar no universo fabril. Tal quadro atendia a demanda por mão-de-obra nas fábricas que então se construíam ou se expandiam, exigindo cada vez mais a transformação dos camponeses em trabalhadores urbanos.

Nem mesmo todas as fábricas e indústrias da Europa foram capazes de fornecer emprego para a vasta e crescente população urbana. As cidades transformaram-se assim em aglomerados urbanos-populacionais, onde não havia habitações para todos, tornando comum a formação de albergues e pensionatos. Fome, miséria e doenças foi o cenário com o qual essa população recém-saída do campo se deparou. Nesse contexto, cerca de 31 milhões de europeus optaram consciente, ou inconscientemente, por deixar sua terra natal e tentar uma nova vida na América. Tal fenômeno não se restringiu a esses continentes, no entanto, essa relação foi a que deixou marcas significativas, especialmente na constituição das nações americanas.

Outro desdobramento importante da industrialização ocorreu nos meios de transporte. A expansão das estradas de ferro e a substituição dos veleiros pelos vapores aceleraram a transmissão de informações e movimentação de cargas e pessoas, contribuindo, portanto, para o aumento do fluxo migratório. Os navios à vapor, em particular, tornaram-se elementos importantes na imigração, pois possuíam uma capacidade muito superior à das embarcações a

vela. Para os passageiros, mesmo os de 3ª classe, isso significou mais espaço e comodidade. Para as companhias de navegação, um grande investimento que possibilitava atender a crescente demanda de passageiros.

Se por um lado o quadro europeu era propenso à expulsão de parte dessa população por outro o cenário americano mostrava-se atrativo e promissor. Nesse período, o Brasil passava por importantes transformações, como a expansão da lavoura cafeeira para o oeste paulista; a crise do sistema escravista que culminou no fim da escravidão; a aceitação das teorias racialistas pela elite dirigente e intelectual. A combinação desses fatores despertou no governo brasileiro o desejo de atrair a mão-de-obra europeia. Desse modo, adotou-se uma legislação que facilitava a entrada de imigrantes no Brasil.

As políticas imigratórias seguiram duas direções. Por um lado, buscou-se incentivar a imigração de europeus para povoar os vazios demográficos, adotando uma lógica de ocupação de terras públicas baseada na pequena propriedade e na agricultura familiar, através do sistema de formação de colônia. Tal medida, além de garantir a defesa das áreas próximas das fronteiras, deveria estimular a produção de uma policultura capaz de abastecer as cidades e as grandes fazendas monocultoras.

A obtenção de mão-de-obra para as lavouras foi o segundo viés que direcionou as políticas oficiais. A política de imigração e colonização promovida pelo governo imperial provocou a reação dos cafeicultores, preocupados com o abastecimento de mão-de-obra para as plantações de café. A legislação brasileira orientava o fluxo de imigrantes para os núcleos coloniais, justamente no período em que a cultura cafeeira se expandia para novas áreas. Além disso, tornava-se cada vez mais difícil obter escravos para a lavoura, devido à proibição do tráfico transatlântico de africanos (1850) e, posteriormente, a promulgação da lei do Ventre Livre (1871). Nesse contexto, os cafeicultores reivindicavam para suas lavouras os estrangeiros que ingressavam no Brasil.

Para os dirigentes políticos e intelectuais, a introdução de trabalhadores europeus significava mais do que uma solução para os problemas de povoamento ou de substituição de mão-de-obra. Segundo as projeções racialistas do período, a imigração estrangeira – ou melhor, a imigração europeia – significaria uma facilitação à chegada do progresso. Em outras palavras, além de trabalhar nos campos, o indivíduo que vinha do outro lado do oceano deveria servir como elemento branqueador e civilizador.

Dada a importância atribuída ao trabalhador europeu, o governo brasileiro adotou uma série de medidas para promover e estimular a imigração. Em 1876, por exemplo, o Ministério da Agricultura promoveu a reestruturação dos departamentos dedicados à imigração,

colonização e gestão das terras públicas, criando a Inspetoria Geral de Terras e Colonização. Uma das principais preocupações da Inspetoria, imediatamente após sua criação, era a proteção dos imigrantes em relação às doenças que assolavam a Corte Imperial.

Na cidade do Rio de Janeiro, ao longo do século XIX, especialmente na sua segunda metade, irromperam muitas epidemias. Cólera-morbus, varíola, tuberculose, doenças intestinais e malária foram flagelos crônicos na capital do Império, mas a doença mais temida nesse período foi a febre amarela. A imagem dos imigrantes contraindo febre amarela após chegar à cidade do Rio de Janeiro, vindo a falecer pouco tempo depois em virtude da doença, tornou-se extremamente prejudicial às propostas de implementação de políticas imigrantistas, pois fez com que se promovesse na Europa campanhas anti-imigratória para o Brasil.

O isolamento dos imigrantes em regiões afastadas da Corte foi a solução encontrada, à época para proteger os recém ingressos no país e tentar mudar a imagem externa que se consolidava. Foi com este objetivo que o Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas adquiriu a Ilha das Flores, estabelecendo ali uma hospedaria adequada para receber os imigrantes recém-chegados, impedindo-os de manter contato com a população da Corte e, principalmente, com as suas constantes epidemias. Concluiu-se, portanto, que a Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores – além de desempenhar as funções de registro, controle e encaminhamento dos imigrantes – atuou como um importante instrumento para promover a imagem do Brasil no Exterior, contribuindo, portanto, para atrair ainda mais imigrantes.

A análise dos relatórios do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas e, posteriormente, da Indústria, Viação e Obras Públicas, revelou que a legislação referente à imigração e à colonização sofreu constantes alterações ao longo do tempo. Após a proclamação da República, por exemplo, as políticas imigratórias foram sendo gradativamente descentralizadas, reduzindo os gastos da União nos assuntos concernentes a imigração e a colonização. Igualmente, se reduziu as despesas com a manutenção da Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores, que passou a estampar as páginas dos jornais, como *O Paiz*, que denunciava a precariedade com que os imigrantes eram recebidos na referida instituição.

Concluiu-se, portanto, que nos anos de 1890, o poder central abriu mão da imagem da Hospedaria da Ilha das Flores como meio de propaganda para atrair novos imigrantes. O resultado foi uma redução no número de entrada de imigrantes no território nacional, conforme pôde se observar nos registros sobre a movimentação do Porto do Rio de Janeiro, presentes nos relatórios ministeriais. Apenas em 1895 e 1896 houve um número satisfatório, em virtude do contrato firmado com a Companhia Metropolitana, que previa a introdução de

um milhão de imigrantes ao longo de dez anos. O contrato, firmado no ano de 1892 só começou a ser cumprido em 1895, levando a União a reincidi-lo pela lei n. 360, de 30 de dezembro de 1895. Assim, em 05 de setembro de 1896, cessou o ingresso de imigrantes à custa do governo federal, que passou a se responsabilizar apenas pela recepção dos imigrantes espontâneos.

O resultado da entrada de imigrantes no território brasileiro não era o esperado pelo governo central quando transferiu os serviços referentes à imigração e colonização para os estados. Ao contrário, esperava-se que todos obtivessem o mesmo sucesso que São Paulo, onde a cafeicultura gerava recursos suficientes para financiar a introdução, recepção, hospedagem e localização dos imigrantes. Nos demais estados, a falta de verba tornou-se a principal causa para o fracasso da política descentralizadora.

Diante da dificuldade dos estados em promover a imigração, no ano de 1907, a União foi obrigada a intervir novamente nessa questão. Nesse mesmo ano a Hospedaria da Ilha das Flores passou por uma completa reestruturação, a fim de prover conforto e comodidade aos imigrantes recém-chegados, buscando, assim, promover a imagem do país e atrair um maior número de imigrantes para o Brasil. A estratégia surtiu efeito e, entre 1907 e 1914, a entrada de imigrantes no território brasileiro tornou a aumentar, diminuindo apenas em virtude da Primeira Grande Guerra.

REFERÊNCIAS

- ALEGRE, Silvia. ‘O café dá para tudo’. A participação das elites cafeeiras no negócio de atração e transporte de imigrantes. *Anais eletrônicos do XXII Encontro Estadual de História da ANPUH-SP*. Santos, 2014.
- ALVES, Jorge Fernandes. “Terra de esperanças – O Brasil na emigração portuguesa”. *Portugal e Brasil – Encontros, desencontros, reencontros*. Cascais: Câmara Municipal, VII Cursos Internacionais, 2001.
- ARRUDA, José Jobson de Andrade. “A expansão europeia oitocentista: emigração e colonização”. In: SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia; PEREIRA, Conceição Meireles (Org.). *A emigração portuguesa para o Brasil*. Porto: CEPES; Afrontamento, 2007.
- BAILY, Samuel. “La cadena migratória de los italianos em la Argentina”. In: DEVOTO, Fernando y ROSOLI, Gianfausto. *La inmigración italiana em la Argentina*. Buenos Aires, 1985.
- CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. “História e Análise de Textos”. In: _____. *Domínios da História: Ensaios de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997.
- CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietudes*. Porto Alegre: Ed. Universidade, 2002.
- FAUSTO, Boris (Org.). *Fazer a América. A imigração em massa para a América Latina*. São Paulo: EDUSP, 2000.
- FERNANDES, Rui; SILVA, Henrique. “Ilha das Flores e de histórias”. In: FERNANDES, Rui Aniceto; ARAÚJO, Marcelo; MOURA, Rogério. (Orgs.). *São Gonçalo em perspectiva. Ensaios de histórias gonçalenses*. São Gonçalo: UERJ-FFP, 2012.
- FRANCO, Odair. *História da Febre Amarela no Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Brasileira LTDA, 1969.
- GONÇALVES, Paulo César. *Mercadores de braços: riqueza e acumulação na organização da emigração europeia para o Novo Mundo*. 2008. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História Econômica, São Paulo, 2008.
- HOBSBAWM, Eric. *A era do capital, 1848-1875*. Tradução de Luciano Costa Neto. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- _____. *A era das revoluções, 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

IOTTI, Luíza (Org.). *Imigração e colonização: legislação de 1747-1915*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul; Caxias do Sul: EDUCS, 2001.

_____. “Imigração e Colonização”. *Justiça e História*. Porto Alegre, v. 2, 2003.

LEITE, Joaquim da Costa. “O transporte de emigrantes: da vela ao vapor na rota do Brasil, 1851-1914”. *Análise Social*, Lisboa, v. XXVI, 1991.

LESSA, Renato. “A Invenção da República do Brasil: Da Aventura à Rotina”. In: CARVALHO, Maria Alice Resende de (Org.). *República do Catete*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001.

LOPES, Maíne. “Como un justo reconocimiento a los inmigrantes”? A imigração na Argentina pelo Museo Nacional de la Inmigración de Buenos Aires. 2012. Dissertação (Mestrado) - UNISINO, São Leopoldo, 2012, p. 25..

MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista, Brasil - Século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MENEZES, Lená de Medeiros. A imigração europeia como passaporte para o progresso e a civilização no Brasil do século XIX. *Atas do XIV Congresso Internacional AHILA*. Castellón de la Plana: Universitat Jaume I, 2005.

MORENO, Barry. *Images of America*. Ellis Island. South Carolina: Arcadia Publishing, 2003.

PAIVA, Odair; MOURA, Soraya. *Hospedaria de Imigrantes de São Paulo*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

PETRONE, Maria Thereza. *O imigrante e a pequena propriedade*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

_____. “Política imigratória e interesses econômicos (1824-1930)”. *Atti del Congresso euro-brasiliano sulle migrazioni*. Roma: Centro Studi Emigrazione, 1987.

RAVENSTEIN, Ernest. “As leis das migrações”. In: MOURA, Hélio (Org.). *Migração interna*, textos selecionados. Fortaleza: BNB/ENTENE, 1980, p. 25-88.

REBELO, Fernanda. *A travessia: imigração, saúde e profilaxia internacional (1890-1926)*. 2010. Tese (Doutorado) - FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2010, p. 102.

REZNIK, Luis; FERNANDES, Rui Aniceto. “Imigração: documentação, política e história”. In: CANCINO, Hugo et al. (Org.). *Miradas desde la Historia social y la Historia intelectual*. America Latina en sus culturas: de los procesos independentistas a la globalización. Córdoba, Argentina: Centro de Estudios Históricos Prof. Carlos Segreti, 2012.

_____; _____. Hospedarias de Imigrantes nas Américas: a criação da hospedaria da Ilha das Flores. *História*, São Paulo, v.33, n.1, p. 234-253, jan./jun. 2014.

SEGAWA, Hugo. “Arquitetura de hospedarias de imigrantes”. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 30, jun. 1989.

SEYFERTH, Giralda. “Colonização, imigração e a questão racial no Brasil”. *Revista USP*, São Paulo, n. 53, 2002.

TRENTO, Ângelo. *Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1988.

TRUZZI, Oswaldo. “Redes em processos migratórios”. *Tempo Social*. São Paulo, v. 20, n. 1, jun. 2008.

FONTES

Livros de Registros:

Arquivo Nacional, OB 006-92.

Arquivo Nacional, OB 007-92.

Arquivo Nacional, OB 005-93.

Arquivo Nacional, OB 006-93.

Arquivo Nacional, OB 007-93.

Arquivo Nacional, OB 010-93.

Relatórios Ministeriais:

ABREU, Candido Ferreira de. “Relatório do Inspetor Geral de Terras e Colonização”. In: Antônio Gonçalves de FARIA. *Relatório apresentado ao Vice-Presidente dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893, Anexo D.

ALMEIDA, Thomaz José Coelho de. *Relatório apresentado à Assembleia Geral na primeira sessão da décima sexta legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1877.

DANTAS, Manoel Pinto de Souza. *Relatório apresentado à Assembleia Geral na primeira sessão da décima terceira legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas*. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1867.

D’AVILA, Henrique Francisco. *Relatório apresentado à Assembleia Geral na terceira sessão da décima oitava legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883.

FARIA, Antão Gonçalves de. *Relatório apresentado ao Vice-Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892.

GALVÃO, Ignácio da Cunha. “Relatório apresentado ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas pelo Agente Oficial de Colonização”. In: DANTAS, Manoel Pinto de Souza. *Relatório apresentado à Assembleia Geral na segunda sessão da décima terceira legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas*. Rio de Janeiro: Typographia do Diário do Rio de Janeiro, 1868, Anexo AQ.

GLICÉRIO, Francisco. *Relatório apresentado ao chefe do Governo Provisório pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890.

PENNA, Afonso Augusto Moreira. *Relatório apresentado à Assembleia Geral na quarta sessão da décima oitava legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1884.

PIRES, Antônio Olintho dos Santos. *Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Indústria, Viação e Obras Públicas*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1897.

SARAIVA, José Antônio. *Relatório apresentado à Assembleia Geral na primeira sessão da décima oitava legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1882.

SINIMBÚ, João Lins Vieira Cansansão de. *Relatório apresentado a Assembleia Geral na primeira sessão da décima sétima legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas*. Rio de Janeiro: Imprensa Industrial de João Paulo Ferreira Dias, 1878.

SOUZA, Antônio Francisco de Paula. *Relatório apresentado ao vice-presidente da república dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro de Estado dos Negócios da Indústria, Viação e Obras Públicas*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893.

VASCONCELLOS, Francisco de Barros e Accioli. “Relatório do Inspetor Geral de Terras e Colonização”. In: SILVA, Rodrigo Augusto da. *Relatório apresentado à Assembleia Geral na terceira sessão da vigésima legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889, anexo E.

_____. “Relatório do Inspetor Geral de Terras e Colonização”. In: SILVA, Rodrigo Augusto da. *Relatório apresentado à Assembleia Geral na terceira sessão da vigésima legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1888, Anexo E.

_____. “Relatório do Inspetor Geral de Terras e Colonização”. In: SILVA, Rodrigo Augusto da. *Relatório apresentado à Assembleia Geral na segunda sessão da vigésima legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1887, Anexo F.

Periódicos:

ALMANAQUE LAEMMERT, 1868.

A Folha Nova, 13/10/1884.

Gazeta de Notícias, 18/06/1876.

O Paiz, 23/02/1896.

O Paiz, 04/03/1896.

O Paiz, 05/03/1896.

O Paiz, 06/03/1896.

Mapas:

Arquivo Nacional, OG/MAP-136.

ANEXO – Resumo das despesas das obras feitas ou em execução na Ilha das Flores

RESUMO DAS DESPESAS FEITAS COM AS OBRAS DA ILHA DAS FLORES ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 1907.

1. Demolições, reformas, reconstruções e construções novas no grande barracão do morro sul, inclusive o accrescimento para 124 metros, com 2.058 ^{m²} ,40, trabalho concluído.	183:832\$351
2. Pavilhão sanitario do morro sul, annexo ao grande barracão, com 92 ^{m²} ,50.	25:642\$604
3. Casa de empregado, n. 1, folha de dezembro, em construção	5:901\$016
4. Excavação para formação da explanada do morro norte para assentamento dos barracões de cimento armado, folha de dezembro, em andamento	9:013\$224
5. Remoção de entulhos e sobras das demolições e das obras para conservação da limpeza permanente dos caminhos e terrenos da ilha, folha de dezembro	1:315\$320
Somma	<u>225:704\$515</u>

Fonte: ALMEIDA, Miguel Calmon Du Pin e. *Relatório apresentado ao presidente dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908.

Resumo das despesas com cada uma das obras feitas ou em execução na ilha das Flores, até 30 de Novembro de 1908, segundo as respectivas folhas de medição provisoria

NUMEROS	DESIGNAÇÃO DAS OBRAS	IMPORTANCIAS
1	Reforma do antigo barracão do morro Sul, inclusive as demolições dos outros dous de madeira, reconstrucções e construcções novas no antigo e seu acrescimo para 124 metros, com 2.145 ^m 2,21, concluida:	
	Folha de julho de 1907	4:627\$352
	» » agosto » »	25:167\$737
	» » setembro de 1907.	70:193\$567
	» » outubro até 24 de novembro, menos as verbas 27 e 29, referentes ao movimento de terras começado no morro Norte e o pessoal de conservação e limpeza da ilha (5:760+1:224\$998)	76:858\$697
		176:847\$353
2	Pavilhão sanitario do morro Sul, annexo a esse grande barracão, contendo 12 latrinas, 12 banheiros, 10 mictorios e 8 lavatorios, com 92 ^m 2,50, concluido:	
	Folha de dezembro de 1907	25:642\$804
3	Casa de empregados n. 1, com 127 ^m 2,40, concluida:	
	Folha de dezembro de 1907.	5:901\$016
	» » janeiro de 1908	8:023\$930
	» » fevereiro de 1908.	11:554\$453
		25:479\$399
4	Installação de agua, pia na cozinha, tanque de lavagem, coberto com caixa de agua, calçadas extteriores de contorno com sargetas cimentadas nessa casa:	
	Folha de março de 1908	3:546\$900
5	Casa de empregados n. 2, com 88 ^m 2,22, concluida:	
	Folha de janeiro de 1908.	6:195\$654
	» » fevereiro de 1908	4:899\$440
	» » março de 1908	6:544\$970
		17:640\$104

NUMEROS	DESIGNAÇÃO DAS OBRAS	IMPORTANCIAS
6	Instalação de agua, pia de cozinha, tanque de lavagem coberto com caixa de agua, calçadas exteriores cimentadas, com sargetas, nessa casa:	
	Folha de março de 1908	3:324\$600
7	Casa de empregados n. 3, com 89 ^{m²} ,70, concluida :	
	Folha de janeiro de 1908 6:377\$146	
	» » fevereiro de 1908 3:668\$500	
	» » março de 1908 7:896\$380	17:942\$026
8	Instalação de agua, pia na cozinha, tanque de lavagem coberto, com caixa de agua, calçadas exteriores cimentadas, com sargetas, nessa casa:	
	Folha de março de 1908	3:069\$680
9	Casa de empregados n. 4, com 133 ^{m²} ,80, concluida:	
	Folha de março de 1908 4:030\$678	
	» » abril de 1908. 3:777\$060	
	» » maio de 1908. 11:741\$361	
	» » junho de 1908 7:210\$895	26:759\$994
10	Instalação de agua, pia na cozinha, tanque de lavagem coberto com caixa de agua, calçadas exteriores cimentadas, com sargetas, nessa casa:	
	Folha de junho de 1908.	3:826\$200
11	Excavação e taludamento do barranco nos fundos das casas ns. 1, 2 e 3:	
	Folha de março de 1908.	1:114\$200
12	Preparo do terreno da casa n. 2 (dreno):	
	Folha de março de 1908	222\$840
13	Demolição da casa do Sr. Ferreira e dependencias no local da casa n. 4 e transporte dos materiaes:	
	Folha de março de 1908	733\$800
14	Assentamento de um novo cano de chumbo inglez, articulado, de 21/2" entre as Neves e a ilha, em substituição do anterior, inutilizado:	
	Folha de março de 1908	5:200\$000

Fonte: ALMEIDA, Miguel Calmon Du Pin e. *Relatório apresentado ao presidente dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1910, p. 250.

NUMEROS	DESIGNAÇÃO DAS OBRAS	IMPORTANCIAS
15	Demolição de um galinheiro velho, construção de outro, de varias cercas e outras dependencias: Folha de março de 1908	214\$540
16	Remoção de entulhos e sobras das demolições e construções, conservação da limpeza permanente dos caminhos e terrenos da ilha: Folha de outubro e novembro de 1907 1:224\$998 » » dezembro de 1907 1:315\$320 » » janeiro de 1908 705\$360 » » fevereiro de 1908 1:112\$800 » » março de 1908 1:072\$700 » » abril de 1908. 1:488\$480 » » maio de 1908. 389\$700 » » junho de 1908 694\$560 » » agosto de 1908 830\$000 » » outubro de 1908. 600\$000 Somma.	9:433\$718
17	Excavações para formação das esplanadas para assentamento de quatro pavilhões de cimento armado de 80 ^m ,84×12 ^m ,68 cada um, no morro Norte, em terra, pedra solta e rocha (de que grande parte foi extrahida a guilhos, com o cubo de 26980 ^m ³,775, concluidas: Folha de novembro. 4800 ^m ³,000 5:760\$000 » » dezembro. 10242 ^m ³,319 9:013\$224 » » janeiro. 6000 ^m ³,000 24:000\$000 » » fevereiro. 3000 ^m ³,000 12:000\$000 » » março. 1500 ^m ³,000 15:000\$000 » » abril 1000 ^m ³,000 10:000\$000 » » maio 438 ^m ³,456 4:384\$560 26980 ^m ³,775 pr. m. 2\$970	80:157\$784

Fonte: ALMEIDA, Miguel Calmon Du Pin e. *Relatório apresentado ao presidente dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1910, p. 251.

NUMEROS	DESIGNAÇÃO DAS OBRAS	IMPORTANCIAS
18	Transporte do producto dessas excavações para os taludes da explanada e terraplenagem, concluída:	
	Folha de março	3:699\$000
	» » abril	8:693\$572
	» » maio	10:216\$872
		22:579\$444
19	Ligações da 1ª e 3ª explanadas e da 3ª com o caminho geral:	
	Folha de março	392\$565
	Pavilhão de cimento armado n. 1, com a área de 1025 ^{m²} ,05:	
	Folha de janeiro	10:455\$000
	» » fevereiro	2:566\$450
	» » março	43:237\$235
	» » abril	26:671\$988
	» » maio	14:917\$529
	» » junho	18:725\$712
	» » julho	5:770\$600
	» » agosto	12:460\$636
	» » setembro	2:116\$280
	» » outubro	1:232\$000
	» » novembro	3:300\$000
		141:458\$437
20	Pavilhão de cimento armado n. 2, com a área de 1025 ^{m²} ,05:	
	Folha de abril	13:685\$595
	» » maio	26:873\$550
	» » junho	15:702\$420
	» » julho	30:705\$477
	» » agosto	16:527\$528
	» » setembro	11:139\$324
	» » outubro	9:453\$400
	» » novembro	9:724\$816
		133:819\$210

Fonte: ALMEIDA, Miguel Calmon Du Pin e. *Relatório apresentado ao presidente dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1910, p. 252.

NUMEROS	DESIGNAÇÃO DAS OBRAS	IMPORTANCIAS
22	Pavilhão de cimento armado n. 3, com a área de 1025 ^m ²,05:	
	Folha de junho	38:070\$945
	» » julho	2:599\$180
	» » agosto	39:720\$428
	» » setembro	25:345\$061
	» » outubro	14:068\$780
	» » novembro	14:014\$810
		133:810\$210
23	Construção da rede de esgotos, seus anexos, tanques de tratamento bacteriológico do efluente, inclusive fundações especiais dos percoladores e ramificações dos esgotos:	
	Folha de julho	3:000\$000
	» » agosto	33:611\$000
	» » setembro	28:021\$300
	» » outubro	10:487\$670
	» » novembro	27:074\$900
		103:094\$870
24	Canalização de águas pluviais ao longo do primeiro pavilhão:	
	Folha de outubro	2:201\$000
	Material metálico destinado à instalação da lavanderia a vapor (máquinas diversas) e materiais de esgoto, no valor de	12:350\$000
	Total	950:864\$431

Fonte: ALMEIDA, Miguel Calmon Du Pin e. *Relatório apresentado ao presidente dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1910, p. 253.